

**OS MUNICÍPIOS E A SALVAGUARDA DO
PATRIMÓNIO CULTURAL (1949-2015)**

Vânia Raquel Ramos Formas

**Dissertação de Mestrado em Práticas Culturais para
Municípios**

Junho de 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios,
realizada sob a orientação científica do Mestre João Martins Claro.

Versão corrigida e melhorada após defesa pública.

*Aos meus avós paternos, Amélia e Manel,
que me ensinaram que a educação é o nosso maior património.*

«(...) Todos esses documentos artísticos ou arqueológicos, espalhados tão profusamente por todos os nossos concelhos, constituem não só o índice revelador da cultura de épocas passadas, mas também representam (...) o património espiritual que os nossos maiores nos transmitiram e que nos cumpre, portanto, (...) conservar e defender (...).»

João de Espregueira da Rocha Páris,
*Projecto de lei de protecção e conservação dos valores
monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal, 1948*

AGRADECIMENTOS

Manifesto o meu mais sincero e reconhecido agradecimento a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a motivação e a concretização deste trabalho, nomeadamente:

Ao Professor João Martins Claro, pela orientação e pela confiança que depositou em mim.

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia, coordenador do Mestrado em Práticas Culturais para Municípios, pela preciosa ajuda na fase de escolha do tema, bem como pela sua permanente disponibilidade.

Aos meus colegas do Caso Notável, em particular, à Maria João, ao Victor, à Andrea, à Alexandra e à Daniela, pelo apoio e por compreenderem as minhas ausências sem julgamentos ou pressões.

Aos meus colegas e amigos que desde o início acompanharam com expectativa a evolução deste trabalho. Um profundo obrigado à Jéssica, com quem partilho uma generosa e verdadeira amizade, pelo apoio constante, reflectido nas leituras atentas e críticas às páginas deste trabalho, sempre acompanhadas de comentários e sugestões enriquecedoras. Um especial obrigado à Rita, pela paciência e por incansavelmente me ouvir e incentivar.

À minha família, especialmente à minha Mãe, pelo apoio e carinho incondicionais e por nunca me deixar desistir. Ao Daniel, pela absoluta confiança que desde o primeiro momento demonstrou, convicto que eu alcançaria todos os objectivos traçados para este trabalho e pelo apoio incondicional que demonstra nos mais simples gestos de amor.

E finalmente, aos meus queridos avós paternos, Amélia e Manel, quem mais apoiou, a todos os níveis, o meu percurso académico. Estiveram e estarão sempre presentes, no centro da minha vida. É com amor, admiração, gratidão e saudade que lhes dedico este trabalho.

OS MUNICÍPIOS E A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (1949-2015)

VÂNIA RAQUEL RAMOS FORMAS

RESUMO

A presente dissertação estuda a evolução histórica das atribuições e competências dos municípios no ordenamento jurídico português do património cultural, desde a primeira metade do século XX até à actualidade. No decorrer do trabalho, procuramos identificar, sistematizar e analisar os principais momentos e marcos legislativos dessa evolução – a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho e a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – atendendo ao contexto político-administrativo em que se inserem. Deste modo, pretendemos compreender como e quando foi legalmente reconhecido o património cultural de interesse municipal, em que momento e em que medida o Estado transferiu a sua administração para a esfera dos órgãos municipais e como se desenvolveu a articulação entre a administração central e as autarquias locais na salvaguarda do património cultural.

PALAVRAS-CHAVE: património cultural; direito do património cultural; salvaguarda; municípios; bens culturais de interesse municipal.

THE MUNICIPALITIES AND THE SAFEGUARD OF THE CULTURAL HERITAGE (1949-2015)

VÂNIA RAQUEL RAMOS FORMAS

ABSTRACT

The present dissertation studies the historical evolution of the attributions and competences attributed to municipalities in the Portuguese legal order of cultural heritage, from the first half of the 20th century to the present time. In the course of this project, we sought to identify, systematize and analyze the main moments and legislative milestones of said evolution - Law No. 2:032, from June 11th 1949; Law No. 13/85, from July 6th and Law No. 107/2001, from September 8th - taking into account the political-administrative contexts in which they are inserted. Thus, we seek to understand how and when the cultural heritage of municipal interest was legally recognized, when and to what extent the State transferred its administration to the sphere of municipal entity and how the constant articulation between the central administration and the municipalities has been developed in order to safeguard cultural heritage.

KEY-WORDS: cultural heritage; cultural heritage law; safeguard; municipalities; cultural heritage of municipal interest.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: O CONTEXTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. Conceito de «património cultural»	4
1.1.1.«Cultura».....	4
1.1.2. «Património»	7
1.1.3. «Património cultural».....	10
a) Aproximação ao conceito	11
b) Opção por um conceito operativo	16
c) Aproximação ao conceito de «bens culturais de interesse municipal»	17
d) A salvaguarda do património cultural como tarefa fundamental do Estado ...	19
1.2. Direito do património cultural	20
1.2.1. Natureza jurídica dos bens culturais	20
1.2.2. Conceito de «direito do património cultural»	21
CAPÍTULO 2: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL (1949-2015)	26
2.1. Antecedentes da intervenção municipal na salvaguarda do património cultural .	27

2.2. A intervenção municipal na salvaguarda do património cultural durante a Segunda República	32
2.2.1. A Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949	35
2.3. A intervenção municipal na salvaguarda do património cultural a partir da Terceira República	40
2.3.1. A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho	43
2.3.2. A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
FONTES E BIBLIOGRAFIA	65
WEBGRAFIA	78
ANEXOS	79

LISTA DE ABREVIATURAS

Fontes de direito

CRP – Constituição da República Portuguesa

LBPC – Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural)

Órgãos do Estado e órgãos internacionais

DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural

MC – Ministério da Cultura

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Publicações oficiais

DAR – Diário da Assembleia da República

DG – Diário do Governo

DR – Diário da República

DS – Diário das Sessões

JO – Jornal Oficial da União Europeia

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como título *Os municípios e a salvaguarda do património cultural*, enquadrando-se num limite cronológico que se estende desde o ano de 1949 até ao ano de 2015, recorte temporal que compreende a publicação da Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949 e a edição da mais recente legislação de desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro¹.

A historiografia produzida em torno da temática do património municipal e do papel dos municípios na sua protecção e valorização não está ainda, em nossa perspectiva, satisfatoriamente desenvolvida e aprofundada, encontrando-se estes estudos normalmente inseridos em artigos ou em capítulos de obras dedicadas ao estudo do ordenamento jurídico português do património cultural. É disso exemplo o capítulo «Património Municipal», da obra *Património Arquitectónico e Arqueológico: Noções e Normas de Protecção*, da autoria de Flávio Lopes, que aborda a protecção dos bens de interesse municipal e a articulação entre a DGPC, as direcções regionais de cultura e as câmaras municipais².

Para a elaboração deste estudo privilegiaremos um conjunto bibliográfico heterogéneo e profícuo, centrado em duas temáticas estruturais, que têm merecido, nas últimas décadas, uma investigação científica relevante. Referimo-nos por um lado, aos estudos em torno da noção e âmbito do património cultural e do seu regime jurídico. São disso exemplo, entre outros, artigos e obras como: ALEXANDRINO, José de Melo, «O Conceito de Bem Cultural» in *Direito da Cultura e do Património Cultural*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 223-244; BARRANHA, Helena (org.), *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST Press e ICOMOS-Portugal, 2016; CLARO, João Martins, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 278-328; FRANÇA, José-Augusto, «O património cultural – sentido e evolução» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp.

¹ A presente dissertação foi produzida no âmbito do Mestrado em Práticas Culturais para Municípios da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na sequência da Licenciatura em História na mesma instituição. Por conseguinte, não pretendemos desenvolver um estudo jurídico sobre a história do direito administrativo aplicável aos municípios, pese embora o tema escolhido se revista de um carácter interdisciplinar.

² Cf. LOPES, Flávio, *Património Arquitectónico e Arqueológico – Noção e Normas de Protecção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014.

23-39; LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014; MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar - Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998, e PINTO, Eduardo Vera-Cruz, «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 205-251.

Por outro lado, reportamo-nos aos estudos que dedicam um especial enfoque ao direito administrativo, ao regime jurídico das autarquias locais e à história municipal e local, entre os quais podemos destacar, a título de exemplo: AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª ed, Coimbra, Almedina, 2015; OLIVEIRA, Cândido de, *Direito das Autarquias Locais*, 2ª ed, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, e OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

A salvaguarda do património cultural constitui uma matéria transversal a toda a sociedade contemporânea, que permanece em constante transformação. Este assunto de todos e de cada um dos membros da comunidade, enquanto interesse difuso tutelado constitucionalmente (artigo 52.º da CRP), reveste-se de especial importância ao nível municipal, não só enquanto agente potenciador e vivificador do desenvolvimento local, mas também enquanto elemento agregador das populações locais, que reconhecem no património cultural de interesse municipal uma herança comum. Daqui decorre o interesse da evolução histórica das atribuições e competências dos municípios no ordenamento jurídico português do património cultural, enquanto objecto de estudo.

Posto isto, o nosso trabalho tem como objectivo situar a acção dos municípios no processo de evolução do regime jurídico português do património cultural. Procuraremos detectar marcos legislativos e encontrar tendências de centralização e de descentralização político-administrativa, na órbita das atribuições e competências municipais na área do património cultural, por forma a compreender de que modo e até que ponto evoluiu o papel dos municípios na salvaguarda do património cultural.

Neste sentido, a presente dissertação organiza-se em dois capítulos distintos. O primeiro capítulo, intitulado «O contexto do património cultural – enquadramento teórico», tem um carácter fundamentalmente contextualizador, abordando a conceptualização do património cultural e a noção de direito do património cultural. Este momento do trabalho assentará essencialmente numa análise a partir dos estudos já

publicados, mas não deixará de fazer menção a normas jurídicas nacionais, internacionais e comunitárias, que se revestem de uma especial importância para o património cultural.

O segundo capítulo, subordinado ao título «A evolução histórica das atribuições e competências dos municípios no ordenamento jurídico português do património cultural (1949-2015)», focar-se-á na identificação, sistematização e análise com base numa periodização historicista, das normas jurídicas que reconheceram aos municípios um papel importante em matéria de protecção e valorização do património cultural. Para tal, começaremos por abordar os antecedentes da intervenção municipal na defesa do património cultural, o que nos remete para um limite cronológico situado entre, aproximadamente, o início do século XVIII e o segundo quartel do século XX.

Prosseguiremos depois com a exposição do nosso objecto de estudo, analisando a evolução da intervenção municipal na salvaguarda do património cultural, durante o Estado Novo e a partir da Terceira República. Procuraremos perceber como e quando o Estado reconheceu legalmente o património cultural de interesse municipal, em que contexto transferiu a sua tutela para as câmaras municipais e como se desenvolveu a articulação entre a administração central e as câmaras municipais pela salvaguarda do património cultural. Para a elaboração desta fase do trabalho daremos primazia a um corpo documental vasto, composto por legislação e outros textos legislativos, cuja baliza temporal se estende desde o ano de 1721 até ao ano de 2015. A análise destes documentos será complementada por bibliografia já publicada sobre os temas visados.

A título de última consideração metodológica, importa esclarecer que a presente dissertação não segue, deliberadamente, as regras do Acordo Ortográfico de 1990, adoptando-se a grafia utilizada precedentemente à sua entrada em vigor. Exceptuam-se todas as transcrições, que respeitam a grafia original.

No início deste estudo, almejamos tratar de forma aprofundada e exaustiva todos os conteúdos que a temática indiciada no título pudesse propor. Ao longo do trabalho, verificamos que a nossa ambição era inexequível por não se coadunar com os limites de extensão do trabalho e bem assim, com o calendário fixado para a entrega do mesmo. Por este conjunto de razões, não foi possível incluir neste estudo, entre outros, o levantamento exaustivo e a posterior análise do universo de bens culturais classificados, ou em vias de classificação, como de interesse municipal, nem mesmo foi possível, desenvolver uma análise à acção concreta dos municípios na concretização das suas atribuições e competências na área da salvaguarda do património cultural, o que poderá incentivar um estudo de aprofundamento destes temas, num futuro próximo.

CAPÍTULO 1: O CONTEXTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Conceito de «património cultural»

A expressão «património cultural» compõe-se morfologicamente por duas classes de palavras, o substantivo «património» e o adjetivo «cultural». Quer o objecto designado pelo substantivo «património», quer o significado que o adjetivo «cultural» determina são difíceis de delimitar pois ambos os termos são complexos, polissémicos e indeterminados. Por isso, e antes de mais, convém proceder a uma breve análise dos termos «cultura» e «património», demarcando a sua origem e evolução semântica, para observar depois o conceito de «património cultural»³.

A título complementar, procuraremos estabelecer uma aproximação à noção de «bens culturais de interesse municipal», não para consagrar o conceito, mas para clarificar o entendimento do sentido e o alcance de tal expressão, tornando-a operativa para efeitos deste trabalho. Justificaremos ainda a salvaguarda do património cultural como tarefa fundamental do Estado.

1.1.1.«Cultura»

A palavra latina «cultura» significava, originalmente, agricultura, lavoura ou criação de gado. O termo deriva do verbo *colo, colis, colere, colui, cultum*, que pode significar cultivar, cuidar, honrar, proteger ou prestar culto⁴.

³ Não pretendemos desenvolver aqui uma análise linguística dos termos «cultura» e «património», nem definir conceitos eminentemente intrincados, cuja variedade de significados gera múltiplas contradições. Procuraremos somente proceder a uma aproximação às noções de «cultura» e de «património» de modo a tornar tais conceitos operativos para efeitos deste trabalho.

⁴ Cf. EAGLETON, Terry, *A ideia de cultura*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 11-13; <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

O termo *culture*⁵ (cultura) terá surgido, entre os séculos XII e XIII, para designar um pedaço de terra cultivada⁶. Nos séculos XV e XVI o termo adquire um novo significado, deixando de corresponder ao «estado» da coisa cultivada e passando a indicar a «acção» de cultivar a terra. É durante este período que surge o sentido não literal do termo, podendo significar o desenvolvimento de uma faculdade intelectual.

Este sentido metafórico será pouco usual até ao final do século XVII e somente no século XVIII se estabelece efectivamente⁷. Simultaneamente, a palavra *culture*, num sentido metafórico, vai surgindo muitas vezes associada a outro vocábulo que a determina, como por exemplo, «cultura das artes» ou «cultura das ciências». Não obstante, a palavra passará, gradualmente, a ser empregue de modo independente para indicar a «formação» ou a «educação» do espírito. Subsequentemente ultrapassa o sentido da «acção» de educar, para designar o «estado» do espírito que foi cultivado pela educação⁸. Ainda no século XVIII, a palavra «cultura» torna-se, no vocabulário francês, quase equivalente a «civilização»⁹. Ambos os termos pertencem ao mesmo campo semântico e exprimem as mesmas noções essenciais¹⁰. Todavia, como explica Denys Cuche: «A “cultura” evoca mais os progressos individuais, a “civilização”, os progressos colectivos»¹¹.

No século XIX, em França, a acepção figurada do termo «cultura», adquire um sentido mais vasto. Justifica o mesmo autor: «A noção de “cultura” enriquece-se com uma dimensão colectiva e deixa de se referir apenas ao desenvolvimento intelectual do

⁵ Terá sido na língua francesa do século XVIII que ocorreu a evolução semântica determinante do termo «cultura» (*culture*) que levou, posteriormente, à formulação do seu conceito e à sua difusão para outras línguas, como por exemplo o alemão e o inglês. Assim, as nossas considerações tecem-se fundamentalmente sobre a utilização francesa da palavra «cultura». Cf. CUCHE, Denys, *A noção de cultura nas ciências sociais*, Lisboa, Fim de Século, 2000, p. 30.

⁶ Cf. CUCHE, *op. cit.*, p. 30; <http://www.cnrtl.fr/etymologie/culture>. [último acesso 19/01/2018]; <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018]; <http://www.littre.org/definition/culture> [último acesso 19/01/2018].

⁷ Cf. CUCHE, *op. cit.*, p. 31.

⁸ Segundo Denys Cuche: «(...) Os pensadores das Luzes (...) concebem a cultura como um carácter distintivo da espécie humana. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade (...). A palavra inscreve-se pois plenamente na ideologia das Luzes: a “cultura” é associada às ideias de progresso, de evolução, de razão, que encontramos no núcleo vivo do pensamento da época (...). A ideia de cultura participa do optimismo do momento, assente na confiança na perfectibilidade do ser humano. O progresso nasce da instrução, quer dizer da cultura, em crescimento constante». CUCHE, *op. cit.*, p. 32.

⁹ Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX desenrolou-se um debate franco-alemão, de cunho ideológico, sobre o conceito de «cultura», do qual sobressaem duas concepções da palavra, uma universalista e outra particularista, respectivamente. Cf. CUCHE, *op. cit.*, pp. 34-38.

¹⁰ Cf. CUCHE, *op. cit.*, p. 32.

¹¹ *Idem, ibidem*.

indivíduo»¹². De ora em diante, o termo passa a designar um conjunto de especificidades características de uma comunidade, num sentido amplo¹³. No entanto, só na segunda metade do século XX, com o advento da «Nova História»¹⁴, o conceito de «cultura» enquanto conjunto das realizações humanas, materiais e imateriais, se desenvolveu e impôs inteiramente¹⁵.

Verificamos assim que o termo «cultura» tem sido, e continua a ser, utilizado em sentidos muito diversos e aplicado a realidades variadas¹⁶. No que se refere às produções naturais ou agrícolas, o termo pode significar, de acordo com o *Dictionnaire de l'Académie française* (9ª edição):

Action de cultiver;

Art, manière particulière de cultiver;

Élevage de certains animaux ou art d'utiliser certaines productions naturelles;

Culture microbienne, développement voulu et contrôlé de microorganismes placés à une température convenable dans un milieu nutritif favorable¹⁷.

No que diz respeito ao desenvolvimento do espírito e do corpo, o termo pode significar, de acordo com o dicionário acima indicado:

Effort personnel et méthodique par lequel une personne tend à accroître ses connaissances et à donner leur meilleur emploi à ses facultés;

Ensemble des connaissances qu'on a acquises dans un ou plusieurs domaines;

Culture physique, ensemble d'exercices visant au développement harmonieux du corps¹⁸.

¹² CUCHE, *op. cit.*, p. 37.

¹³ Cf. *Idem*, pp. 37-38.

¹⁴ A «Nova História» é uma corrente historiográfica surgida na década de 70 do século XX, que coincide com a terceira geração da escola dos «*Annales*». Entre os seus principais autores encontram-se: Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro e Pierre Nora. A «Nova História» tem uma aspiração de história global, mas prescinde de alcançar objectivos como a verdade absoluta. Procura a compreensão dos grandes espaços e das grandes massas históricas. Movimenta a História das Mentalidades. Com a «Nova História» ocorre uma renovação no modo de encarar os conceitos anteriormente estabelecidos. Cf. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As Escolas Históricas*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003, pp.136-152.

¹⁵ Cf. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique, *Dicionário de conceitos históricos*, São Paulo, Contexto, 2009, p. 87.

¹⁶ Raymond Williams distinguiu três grandes sentidos modernos sobre a complexa história da palavra «cultura»: «Partindo das suas raízes etimológicas no trabalho rural, a palavra começa por significar algo como «civilidade» tornando-se, no século XVIII, mais ou menos sinónimo de «civilização», na acepção de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material». WILLIAMS, Raymond, *Keywords: a vocabulary of culture and society*, London, Fontana Paperback, pp. 76-82; Citado em EAGLETON, *op. cit.*, p. 20.

¹⁷ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

¹⁸ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

No que concerne às produções do espírito e aos seus valores¹⁹, o termo pode significar, de acordo com o mesmo dicionário:

Ensemble des acquis littéraires, artistiques, artisanaux, techniques, scientifiques, des mœurs, des lois, des institutions, des costumes, des traditions, des modes de pensée et de vie, des comportements et usages de toute nature, des rites, des mythes et des croyances qui constituent le patrimoine collectif et la personnalité d'un pays, d'un peuple ou d'un groupe de peuples, d'une nation;

Ensemble des valeurs, des références intellectuelles et artistiques communes à un groupe donné; état de civilisation d'un groupe humain²⁰.

Esta última acepção do termo é aquela que mais se aproxima do que se pretende integrar na locução «património cultural».

A multiplicidade de conceitos de «cultura» pode ser ilustrada através das considerações de T. S. Eliot: «[cultura é] o modo de vida total de um povo, desde o nascimento à morte, de manhã à noite e mesmo no sono»²¹. Este sentido do termo, que se pode enquadrar em qualquer uma das suas inúmeras dimensões, nomeadamente a antropológica, exalta o carácter dinâmico, em permanente renovação e enriquecimento, do fenómeno que é a cultura.

1.1.2. «Património»

O termo «património», derivado do latim *patrimonium*, que provém de *pater* (pai), designa, na sua acepção jurídica originária, «herança paterna»²². Na sociedade romana, o termo corresponde aos bens de família ou ao conjunto dos bens que descendem do pai e da mãe e são herdados pelos seus sucessores²³. Outros tipos de herança cultural, afectos ao culto religioso, à cessão de poder ou ao prestígio adquirido através da posse de bens patrimoniais de valor artístico ou arquitectónico, existem em simultâneo com o sentido

¹⁹ Esta acepção da palavra sofreu a influência combinada do termo alemão *kultur* e do termo anglo-saxónico *culture*. Cf. <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

²⁰ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

²¹ ELIOT, Thomas Stearns, *Notes Towards the Definition of Culture*, London, Faber & Faber, 1948, p. 120; Citado em EAGLETON, *op. cit.*, p. 145.

²² Cf. <http://www.littre.org/definition/patrimoine> [último acesso 19/01/2018].

²³ Cf. <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

original²⁴. Tendo evoluído a palavra manteve a aceção de transmissão sucessória. Neste sentido, de acordo com o *Dictionnaire de l'Académie française* (9ª edição), o *Dictionnaire Littré* e o *Dictionnaire Larousse*, respectivamente, «património» pode ser definido como:

Ensemble des biens que l'on hérité de ses ascendants ou que l'on constitue pour le transmettre à ses descendants²⁵;

Le bien d'héritage qui descend, suivant les lois, des pères et mères à leurs enfants²⁶;

Les biens matériels qu'un individu tient, par héritage, de ses ascendants et qu'il transmet à ses descendant²⁷.

No âmbito jurídico, o conceito de «património» procede do direito privado e apresenta diversos significados²⁸, referindo-se, de um modo geral, ao conjunto de relações jurídicas pertencentes a uma pessoa, com valor económico²⁹. Nesta aceção, o termo designa: «Ensemble des biens et des obligations d'une personne physique ou morale»³⁰.

Por extensão semântica, o termo pode ser entendido numa perspectiva mais alargada que compreende o conjunto de testemunhos, materiais ou imateriais, do Homem e do seu meio³¹. Como adiante veremos (v. n.º 1.1.3.), esta noção é aquela que mais se aproxima do que se pretende integrar na expressão «património cultural».

Foi a partir da Revolução Francesa, em virtude de um contexto político e social propício à destruição ou perda de monumentos, que começou a medrar a consciência da necessidade de proteger e conservar aqueles bens com valor de testemunho e de memória histórica³². Assim, desde os finais do século XVIII e durante o século XIX, a noção do

²⁴ Cf. CUSTÓDIO, Jorge, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p. 63.

²⁵ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

²⁶ <http://www.littre.org/definition/patrimoine> [último acesso 19/01/2018].

²⁷ <http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/patrimoine/77550> [último acesso 19/01/2018].

²⁸ Carlos da Mota Pinto distingue três sentidos em que o termo pode ser aplicado. Quando é utilizado num sentido alargado designa o «património global», ao qual corresponde: «(...) o conjunto de relações jurídicas activas e passivas (direitos e obrigações) avaliáveis em dinheiro de que uma pessoa é titular». Quando é empregue para nomear o «património bruto» ou «património ilíquido», refere-se: «(...) [ao] conjunto de direitos avaliáveis em dinheiro, pertencentes a uma pessoa, abstraindo, portanto, das obrigações». Por último, quando é aplicado num sentido mais restrito, indica o «património líquido», ou seja: «(...) o saldo patrimonial (relações jurídicas activas ou direitos menos as obrigações ou relações jurídicas passivas)». PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 1992, pp. 342-345.

²⁹ Cf. PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, pp. 342-345.

³⁰ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

³¹ Cf. <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

³² Cf. DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dirs.), *Conceitos-chave de museologia*, São Paulo, ICOM, 2013, p. 73:

outrora designado «monumento histórico» ampliou-se e passou-se à noção de «património arquitectónico»³³.

A partir da segunda metade do século XX, o conceito distendeu-se de forma a abranger, paulatinamente, todo o conjunto de bens culturais, materiais ou imateriais, assim como os bens naturais. Deste modo, passaram a integrar a noção de «património», o «património folclórico», o «património científico» e, mais tardiamente, o «património industrial». A própria integração das particularidades culturais e naturais de âmbito local concorreu para a formação e constituição de uma noção de património de índole universal³⁴. Neste sentido, «património» pode ser entendido como:

(...) A conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos;

(...) Uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação (...) ³⁵;

(...) O conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores³⁶;

(...) Testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas³⁷.

Não obstante, o termo adquiriu, tardiamente, por analogia, um sentido metafórico que designa o «património genético», tendo em vista as características genéticas ou hereditárias dos seres vivos³⁸.

http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf [último acesso 21/03/2018].

³³ Sobre a perspectiva histórica do «monumento», do «monumento histórico» e do «património» vide, entre outros: CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000; CUSTÓDIO, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes, *op. cit.*; RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments*, Paris, Seuil, 1984.

³⁴ Cf. DESVALLÉES; MAIRESSE., *op. cit.*, pp. 74-75.

³⁵ ICOMOS-Canada French-Speaking Committee (1982), Declaração de Deschambault (Carta para a preservação do património do Quebec) – “Definition of Heritage and Preservation”: <https://www.icomos.org/en/pub/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/3555-charter-for-the-preservation-of-quebec-s-heritage-2> [último acesso 21/03/2018]; Citado em BARRANHA, Helena (org.), *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST Press e ICOMOS-Portugal, 2016, p. 26.

³⁶ Conferência Internacional sobre Conservação, de 26 de Outubro de 2000 - Carta de Cracóvia (Princípios para a conservação e o restauro do património construído), «Anexo – Definições»: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [último acesso 21/03/2018]; Citado em BARRANHA, *op. cit.*, p. 26.

³⁷ UNESCO (2002), Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, artigo 7.º: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> [último acesso 21/03/2018].

³⁸ Cf. <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

A heterogeneidade de ideias e de significados que compõem a noção de «património» revelam a permeabilidade e a constante mutação do termo. Como refere José-Augusto França: «Aquilo que hoje encontramos ou conhecemos como Património não é o mesmo que há 10 ou 20 ou 50 anos se sabia e quem daqui a 10 anos trabalhar sobre Património vai ter ideias felizmente diferentes daquelas que hoje temos»³⁹. De facto, o termo «património» tem vindo a sofrer, ao longo do tempo, uma profunda e radical evolução, adquirindo novos significados conceptuais e novos usos.

1.1.3. «Património cultural»

Antes de procedermos à análise da noção de «património cultural» importa tecer duas breves considerações preliminares relativas quer à distinção entre o conceito de «património» e o conceito de «património cultural», quer às razões da opção pela expressão «património cultural».

Assim, e relativamente à primeira consideração, o termo «património», como vimos anteriormente (v. n.º 1.1.2.), pode ser definido de múltiplas formas e aplicado a diferentes realidades, sendo que uma delas incorpora um sentido ligado às produções do espírito e ao desenvolvimento dos valores de cultura e de civilização. A esse sentido corresponde o «património cultural». Ora, sendo o património cultural uma realidade muito vasta e abrangente, que não exclui «outros patrimónios», nem todo o património cultural é susceptível de ser objecto de uma especial protecção e valorização por parte do Estado, sob pena de se banalizar esse mesmo património. É fundamental a existência de um equilíbrio sistemático entre a política e o regime de protecção e valorização do património cultural e a manutenção de outros princípios constitucionais⁴⁰ de modo a não colocar em causa a defesa e a fruição, no presente, dos bens herdados do passado, nem comprometer o enriquecimento e o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

A título de última consideração preliminar, importa esclarecer que a opção pela locução «património cultural» assenta numa razão de ordem normativa, pois esta é a

³⁹ FRANÇA, José-Augusto, «O património cultural – sentido e evolução» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, p. 25.

⁴⁰ Referimo-nos aos princípios relativos aos direitos, liberdades e garantias (Parte I, Título II).

expressão preferencialmente utilizada pelo ordenamento jurídico português, desde a legislação à doutrina, visando abarcar a totalidade do património cultural⁴¹.

a) Aproximação ao conceito

A noção de «património cultural», quer provenha da percepção comum, das ciências sociais ou dos textos jurídicos (legislativos ou doutrinários), remete para algo vinculado à cultura, enquanto fenómeno que comporta as mais variadas produções humanas; à civilização, enquanto progresso intelectual, espiritual e material da humanidade; e à natureza, enquanto fenómeno exterior ao Homem. A conceptualização e problematização do «património cultural» exigem, assim, uma visão interdisciplinar, capaz de harmonizar a história, a antropologia, o direito, a filosofia da cultura e a teoria do património.

De entre as muitas definições que se podem encontrar em dicionários, nas ciências sociais, na legislação ou na doutrina, seleccionámos algumas noções que consideramos rigorosas. Assim, «património cultural» significa, de um modo geral:

Ensemble des biens, des richesses matérielles ou immatérielles qui appartiennent à une communauté, une nation et constituent un héritage commun⁴²;

L'ensemble des sites naturels et culturels auxquels est reconnue une valeur universelle exceptionnelle et qui font l'objet d'une protection particulière⁴³;

Conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras⁴⁴;

⁴¹ A CRP utiliza a locução «património cultural» nos artigos: 9.º, alínea e); 52.º, n.º 3, alínea a); 78.º, n.º 1, 2, alínea c); e 165.º, n.º 1, alínea g). Na legislação, diversos diplomas utilizam a expressão «património cultural»: a LBPC adoptou centralmente esta locução; o Regime Jurídico das Autarquias Locais utiliza esta expressão nos artigos 33.º, n.º 1, alínea t); a mesma expressão utiliza o Código de Processo nos Tribunais Administrativos no artigo 9.º, n.º 2 e a Lei de Participação Procedimental e de Acção Popular no artigo 1.º, n.º 2. No mesmo sentido segue a generalidade da doutrina portuguesa que utiliza a expressão «património cultural», como se verificou, por exemplo, no Curso de Direito do Património Cultural, realizado no Instituto Nacional de Administração (1995) e no I Curso Pós-Graduado em Direito do Património Cultural, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016).

⁴² <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

⁴³ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?60;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

⁴⁴ DESVALLÉES; MAIRESSE, *op.cit.*, p. 74.

É constituído pelos bens culturais, isto é, pelos bens que constituem “testemunho cultural possuidor de valor de civilização”⁴⁵;

(...) O conjunto de sinais materiais - tanto artísticos como simbólicos – transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, como legado que pertence a toda a humanidade, o património cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana⁴⁶;

(...) Um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares, através do tempo⁴⁷.

Tais concepções demonstram que o património cultural é, não só, um elemento de identidade dos grupos humanos, reunindo em si manifestações sociais, mas também uma realidade mutável no tempo. As vivências do quotidiano e da contemporaneidade vão-no metamorfoseando consecutivamente, alterando os seus valores. Ao mesmo tempo, o progressivo desenvolvimento da cultura, das mentalidades, do direito, da ciência e da tecnologia, modifica a forma e o processo de valorar, de proteger e de fruir os bens herdados do passado⁴⁸.

Sendo claro que o «património cultural» pode ser definido de variadas maneiras, o que nos dias de hoje se considera ser «património cultural» pode ser entendido num sentido lato ou num sentido restrito. Num sentido lato, o conceito de «património cultural» inclui também o «património natural», ou seja, os bens ambientais e a paisagem. Num sentido restrito, o conceito de «património cultural» alude para algo vinculado à cultura e à civilização, integrando, para além dos bens com suporte material, os bens imateriais. Estas concepções assentam numa distinção entre o «património cultural» ou «bens culturais» e o «património natural» ou «bens naturais»⁴⁹.

⁴⁵ CORREIA, Fernando Alves, «Propriedade de bens culturais: restrições de utilidade pública, expropriações e servidões administrativas» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, p. 395; Citado em ALEXANDRINO, José de Melo, «O Conceito de Bem Cultural» in *Direito da Cultura e do Património Cultural*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011, p. 233, nota 27.

⁴⁶ UNESCO (1989), Draft Medium Term Plan (1990-1995): <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000825/082539eb.pdf> [último acesso 21/03/2018]; Citado em BARRANHA, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁷ Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 (Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005). “DR I Série”. 177 (2008-09-12) 6640-6652: <https://dre.pt/application/file/a/453922> [último acesso 21/03/2018].

⁴⁸ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar - Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998, p. 44.

⁴⁹ Cf. NABAIS, José Casalta, *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Coimbra, Edições Almedina, 2010, p. 37; MINISTÉRIO DA CULTURA, *op.cit.*, pp. 125-126.

A concepção alargada do conceito de «património cultural», que abarca tanto os bens culturais como os bens naturais, manifesta-se significativamente no direito internacional, no direito da União Europeia e no ordenamento jurídico italiano⁵⁰.

Efectivamente, no que diz respeito ao direito internacional, esta é a vertente adoptada pela UNESCO na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 16 de Novembro de 1972, que visa proteger os bens patrimoniais, culturais ou naturais, dotados de um valor universal excepcional. Considera o diploma, no seu preâmbulo que: «(...) determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elemento do património mundial da humanidade no seu todo».

Também no direito da União Europeia se evitam clivagens entre o património cultural e o património natural, considerados de forma unitária. Esta opção está presente em algumas Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, como a Directiva n.º 2011/92/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que codifica a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho de 1985, referentes à avaliação e estudos de impacte ambiental, que engloba o património cultural e o património natural. Por exemplo, a Directiva n.º 2011/92/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, estabelece, no artigo 3.º, o seguinte:

A avaliação de impacto ambiental identificará, descreverá e avaliará de modo adequado, em função de cada caso particular e nos termos dos artigos 4.º a 12.º, os efeitos directos e indirectos de um projecto sobre os seguintes factores:

- a) O homem, a fauna e a flora;
- b) O solo, a água, o ar, o clima e a paisagem;
- c) Os bens materiais e o património cultural;
- d) A interacção entre os factores referidos nas alíneas a), b) e c).

A mesma orientação segue a doutrina e a legislação italiana, que trata o património cultural e o património natural de forma unitária. Vejamos o conceito de «bem cultural» proposto pela *Comissão Franceschini*⁵¹, na primeira das suas 84 declarações, em 1966:

Pertencem ao património cultural da Nação todos os bens que tenham referência à história da civilização. Estão submetidos à lei os bens de interesse arqueológico, histórico,

⁵⁰ Cf. FOLQUE, André (coord.), *O Provedor de Justiça: Património e direitos culturais*, Lisboa, Provedor de Justiça – Divisão de Documentação, 2013, p. 13; NABAIS, *op. cit.*, p. 37.

⁵¹ A *Comissão Franceschini*, instituída em Itália pela Lei n.º 310, de 26 de Abril de 1964, corresponde a uma comissão de estudo para a tutela e a revalorização das coisas com interesse histórico, arqueológico, artístico e paisagístico. Cf. ALEXANDRINO, «O Conceito de Bem Cultural», p. 230.

ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliográfico, bem como qualquer outro bem que constitua testemunho material com valor de civilização.⁵²

Relativamente à concepção mais restrita de «património cultural», que abrange os bens culturais com suporte material e os bens imateriais, esta encontra igualmente suporte no direito internacional, no direito da União Europeia e em alguns ordenamentos jurídicos europeus, nomeadamente no direito interno português. No campo do direito internacional, este conceito é adoptado pela Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma em 24 de Junho de 1995. O diploma estabelece, no artigo 2.º, o seguinte:

(...) Entende-se por «bens culturais» os bens que, por motivos religiosos ou profanos, possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção.

Na mesma senda seguiu o direito comunitário no Tratado de Lisboa, de 13 de Dezembro de 2007. Consagra o diploma, no artigo 3.º, n.º 3, o seguinte: «(...) A União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu».

No mesmo sentido prossegue a doutrina e a legislação de diversos Estados Europeus, como por exemplo, de Portugal, de Espanha, de França ou da Alemanha, cuja disciplina jurídica considera de forma independente o património cultural e o património natural. Entre estes, vejamos o exemplo português. Desde logo a CRP estabelece, no artigo 165.º, n.º 1, alínea g), o seguinte: «1. É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre (...): (...) g) Bases do sistema de protecção da natureza, do equilíbrio ecológico e do património cultural». Tal indicia a opção por um ramo do direito autónomo e não unitário. De facto, e prosseguindo neste plano, quer a tradição legislativa, quer a actual solução legal, instituem disciplinas jurídicas distintas para o património cultural e para o património natural. Neste sentido, atentemos ao conceito de «património cultural» consignado na Lei n.º 13/85, de 6 de Julho. Refere a anterior Lei do Património Cultural Português, no artigo 1.º, o seguinte:

⁵² *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 1, 1996, pp. 119 e ss; Citado em ALEXANDRINO, «O Conceito de Bem Cultural», p. 230.

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Com a mesma orientação, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, apresenta um conceito de «património cultural» autónomo, que abarca os bens materiais e os bens imateriais, portadores de interesse cultural relevante⁵³. Para além do ordenamento jurídico tratar autonomamente o património cultural e o património natural, também na organização política e administrativa, a esfera cultural é independente da esfera do ambiente, estando cada um destes sectores sob a tutela de um departamento governamental próprio⁵⁴. No entanto, independentemente da opção legislativa de tratar de forma autónoma o património cultural e o património natural, é o próprio legislador que impõe práticas de articulação entre políticas sectoriais⁵⁵, pois não só um bem pode ter simultaneamente uma valia cultural e ambiental, como o património cultural constitui um dos componentes do ambiente⁵⁶.

Por tudo isto, consideramos que qualquer noção de «património cultural» adoptada manifesta a sua matriz cultural, constituída por elementos próprios que representam a identidade da comunidade em que se formou e se desenvolveu e para a qual ganha valor, reclamando, por outro lado, a necessidade de protecção, de valorização e de fruição. Por ser uma construção cultural da sociedade, o património cultural tem um carácter dinâmico, mantendo-se em permanente evolução⁵⁷.

⁵³ Cf. Artigo 2.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DR I Série-A”. 209 (2001-09-08) 5808-5829: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d6a41774d53394d587a45774e3138794d4441784c6e426b5a673d3d&fich=L_107_2001.pdf&Inline=true [último acesso 21/03/2018].

⁵⁴ Actualmente, o património cultural é tutelado pelo Ministério da Cultura, do qual depende a Direcção-Geral do Património Cultural. Por sua vez, o património natural está sob a tutela do Ministério do Ambiente, no qual se insere o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

⁵⁵ A articulação de políticas a que nos reportamos efectiva-se, por exemplo, na Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (artigos 13.º e 14.º, n.º 2) e na Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro (artigo 13.º, alíneas d) e e)).

⁵⁶ Corresponde a uma componente do património natural e construído que integra as componentes ambientais humanas (património natural e construído, paisagem e poluição) às quais se contrapõem as componentes ambientais naturais (ar, luz, água, solo vivo e subsolo, fauna e flora). Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 42, nota 74.

⁵⁷ Pese embora a complexidade da definição de «património cultural», resultante de diversas teorizações sobre o mesmo, parece consensual que, por se tratar de um conceito que está em permanente construção e evolução, não se deve tornar estático e fechado na legislação, até porque, uma definição consagrada seria redutora, limitando a sua abrangência. Como refere Eduardo Vera-Cruz Pinto: «(...) [considera-se património cultural] aquilo que for consensualmente assim entendido na comunidade, no momento em que a questão se ponha. O Direito tem de apropriar-se destes conceitos, para realizar os seus fins, mas como nunca consegue captar a sua essência e globalidade, por forma a tornar generalizada a sua aceitação, não deve procurar cristalizações verbais». PINTO, Eduardo Vera-Cruz, «Contributos para uma perspectiva

Não obstante o que se tem vindo a afirmar, é facto que nem todo o património cultural é susceptível de ser objecto de especial protecção e valorização, pois ele é, num sentido literal, demasiado vasto, abrangendo todos os bens culturais⁵⁸, independentemente do seu valor. É neste domínio que o Estado intervém, estabelecendo um conjunto sistematizado de regras jurídicas que definem e distinguem o património cultural, integrado por bens testemunhos de cultura e de civilização portadores de um relevante interesse cultural, distinção essa realizada através da utilização de instrumentos administrativos, jurídicos, legislativos, políticos e técnicos. Com efeito, esta problemática remete para uma noção de direito do património cultural que trataremos adiante (v. n.º 1.2.).

b) Opção por um conceito operativo

Depois de referenciadas algumas noções de património cultural, torna-se pertinente seleccionar uma definição entre as muitas que podemos encontrar nas ciências sociais, na doutrina ou na legislação, que será adoptada ao longo deste trabalho.

Entendemos que o conceito adoptado na LBPC é aquele que mais se adequa ao nosso estudo, pois manifesta uma concepção aberta e dinâmica do património cultural, abarcando não só os bens materiais, como os bens imateriais, alicerçando-se em conceitos desenvolvidos internacionalmente, nomeadamente através do Conselho da Europa e da UNESCO. Assim, determina a LBPC, no artigo 2.º, que para os seus efeitos, integram o património cultural⁵⁹:

histórica do direito do património cultural em Portugal» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, p. 238, nota 3.

⁵⁸ «Bens culturais» são os bens que constituem «testemunho cultural possuidor de valor de civilização». IRELLI, Cerulli, «Beni Culturali, Diritti Colletivi e Proprietà Pubblica» in *Scritti in Onore di Massimo Severo Giannini*, Vol. I, Milano, Giuffrè, 1988, p. 139. São os elementos ou componentes constitutivos do património cultural. Sempre que nada indicie o contrário, as locuções «património cultural» e «bens culturais» devem ser consideradas sinónimas. Cf. NABAIS, *op. cit.*, pp. 20-21.

Sobre «bens culturais» vide, entre outros: ALEXANDRINO, «O Conceito de Bem Cultural», pp. 223-244; GIANNINI, Massimo Severo, «I beni culturali» in *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 1976, pp. 3-38; IRELLI, *op. cit.*

⁵⁹ O presente diploma determina um conceito abrangente de «património cultural», que compreende os bens materiais, móveis e imóveis, portadores de interesse cultural relevante e os bens imateriais. Ao mesmo tempo, concretiza as noções de «património arqueológico», «património arquivístico», «património audiovisual», «património bibliográfico», «património fonográfico» e «património fotográfico».

- 1 - (...) Todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização;
- 2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional (...);
- 3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade;
- 4 - (...) Aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas;
- 5 - (...) Quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos;
- 6 - (...) Não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

A mesma Lei define, no artigo 14.º, bens culturais como:

- 1 - (...) Os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura;
- 2 - Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.

Por fim, importa salientar que o conceito de «património cultural» adoptado na LBPC não é estático, nem está cristalizado. Pelo contrário, deverá ser interpretado enquanto um conceito mutável e flexível, que absorve e expressa o entendimento que a comunidade, ou o Estado, tem nos dias de hoje sobre o que considera ser «património cultural», traduzindo, por isso, o contexto político-ideológico, económico e social em que se insere.

c) Aproximação ao conceito de «bens culturais de interesse municipal»

A Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, o primeiro marco legislativo da protecção do património cultural a introduzir a categoria dos «valores concelhios» no quadro das formas de protecção legal dos bens culturais, não nos dava uma noção da categoria de classificação que introduzia. No entanto, a designação de «valores concelhios» parece-nos adequada, uma vez que visava contemplar todos os elementos ou conjuntos de valor

arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes numa determinada circunscrição concelhia ou municipal⁶⁰.

Por sua vez, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, primeira Lei do Património Cultural Português, adoptou a designação de «valor local» que, em nosso entender, era algo vaga, omitindo o elemento municipal ou concelhio que nos parece essencial e sem que justificasse ou fornecesse uma noção desta categoria. Limitava-se a estabelecer no artigo 7.º, n.º 2, o seguinte:

Os bens imóveis podem ser classificados como monumento, conjunto e sítio [...] e os móveis, unitária ou conjuntamente, como de valor cultural, podendo ainda todos os bens ser classificados como de valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional.

Ambas as leis apresentavam um sistema de classificação assente na categorização gradativa dos bens culturais, organizada em patamares de interesse, sem que a diferença de graus entre as diversas categorias estivesse devidamente justificada.

Já a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, apresenta uma definição de «bens culturais de interesse municipal», considerando nos termos do artigo 15.º, n.º 6, o seguinte: «Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município».

Ainda que a LBPC não concretize cabalmente tal conceito, a presente definição afigura-se-nos adequada. Desde logo, recupera na designação «bens de interesse municipal» a autarquia concelhia ou municipal. Por outro lado, o legislador não só optou por uma expressão de fácil inteligibilidade, aberta e dinâmica, compreendendo os bens móveis e imóveis, que por serem portadores de um valor cultural relevante para um determinado município devem ser salvaguardados e valorizados enquanto tal, como delimita o âmbito do município, distinguindo-o implicitamente do interesse público e do interesse nacional.

⁶⁰ Cf. Base I, da Lei n.º 2/32, de 11 de Junho de 1949 (Promulga disposições sobre protecção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico concelhios). “DG I Série”. 125 (1949-06-11) 411: <https://dre.pt/application/file/258385> [último acesso 21/03/2018].

d) A salvaguarda do património cultural como tarefa fundamental do Estado

Alcançado este ponto, cabe mencionar, ainda que muito sucintamente, o propósito do Estado em proteger e valorizar o património cultural.

O texto original da CRP, de 1976, não contemplava o património cultural como princípio fundamental nem reservava, neste âmbito, tarefas específicas ao Estado. Com a primeira revisão constitucional, em 1982, que aditou ao artigo 9.º, a alínea e), passou a ser uma das tarefas fundamentais do Estado «proteger e valorizar o património cultural do povo português (...)». Para tal, o Estado ficou incumbido, em colaboração com todos os agentes culturais, de «promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum», nos termos do artigo 78.º, n.º 2, alínea c). Entretanto, com a revisão constitucional de 1989, foi aditado ao já citado artigo 9.º, a alínea f), que determinou ser uma das tarefas fundamentais do Estado «assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa». De tal modo, a defesa do património cultural tornou-se num dever do Estado, exigindo deste o comprometimento de todas as suas funções, designadamente as funções administrativa, jurisdicional, legislativa e política⁶¹.

Nesta medida, o Estado, enquanto aparelho coercivo na prossecução da concretização dos princípios fundamentais e dos direitos socioculturais, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, concretizando tais pressupostos na LBPC⁶². Assim, o Estado visa, nos termos do artigo 1.º, n.º 2, da LBPC: «(...) assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito nacional».

Por outro lado, deve o Estado, através da salvaguarda e valorização do património cultural, nos termos do artigo 3.º, n.º 1, da LBPC: «(...) assegurar a transmissão de uma

⁶¹ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, p.127.

⁶² O património cultural constitui, nos termos do artigo 161.º, alínea c), da CRP, uma matéria reservada à Assembleia da República e em matéria de reserva relativa, o artigo 165.º, n.º 1, alínea g), estabelece que é da exclusiva competência da Assembleia da República legislar, salvo autorização do Governo, sobre as «(...) bases do sistema de protecção (...) do património cultural». Verifica-se uma repartição horizontal de atribuições entre a Assembleia da República e o Governo, bem como uma repartição vertical de atribuições entre o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios. Cf. RIBEIRO, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural - em especial os museus*, p. 129, nota 310.

herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular».

Finalmente, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da LBPC, o Estado promove a protecção e a valorização do património cultural como «(...) instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais», constituindo, nos termos do n.º 3, do mesmo artigo, o conhecimento, o estudo, a protecção, a valorização e a divulgação do património cultural, um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Por tudo isto, podemos concluir que o imperativo constitucional de protecção e valorização do património cultural integra os direitos fundamentais, mas representa também uma função político-social de concretização desses direitos.

1.2. Direito do património cultural

Neste ponto de desenvolvimento do presente estudo, parece-nos adequado começar por fazer uma breve menção à natureza jurídica dos bens culturais, debruçando-nos, de seguida, sobre o conceito de «direito do património cultural».

1.2.1. Natureza jurídica dos bens culturais

O património cultural corresponde a uma ideia de imaterialidade, não obstante as diferenças existentes entre os bens culturais com suporte material, fungível ou não, e os bens culturais sem suporte material. Este entendimento reflecte uma compreensão unitária e autónoma do património cultural, independentemente da sua propriedade ou titularidade ser pública ou privada. Por outras palavras, não é apenas sobre os bens culturais de titularidade pública que se forma o regime jurídico do património cultural, mas sim, sobre todos os bens culturais, quer sejam propriedade de sujeitos privados ou de sujeitos de direito público⁶³.

⁶³ Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 43.

Ao contrário de uma concepção tradicionalista, que tende a considerar os bens culturais integrantes do domínio público ou do domínio privado do Estado como os bens padrão do património cultural, ou seja, os bens públicos, a doutrina actual caminha no sentido de fazer incidir o regime jurídico do património cultural sobre as coisas e as realidades de interesse cultural, como bens imateriais ligados à sua fruição universal e sem susceptibilidade de apropriação⁶⁴. Como afirma José Casalta Nabais:

(...) Segundo uma tal doutrina, os bens culturais constituem uma categoria jurídica unitária e autónoma, moldada em torno do interesse cultural que visam satisfazer, cujos traços estruturais podemos situar nas características da imaterialidade, da sociabilidade e da publicidade⁶⁵.

Assim, enquanto bens meritórios⁶⁶ a sua escolha incumbe às entidades públicas, que a efectivam através de uma escolha pública assente na regra da maioria, cuja realização é assegurada pelo orçamento público. Para tal, é necessário um regime jurídico construído, sustentado no princípio da unidade tendencial da disciplina do património cultural⁶⁷.

1.2.2. Conceito de «direito do património cultural»

Para uma compreensão do conceito de «direito do património cultural», tomemos novamente de empréstimo as palavras de José Casalta Nabais que define este fenómeno como:

(...) Um conjunto de normas de direito público – isto é, de normas de direito constitucional, de direito comunitário, de direito internacional e de direito administrativo (no qual se inclui (...) o direito fiscal) –, que estabelecem (...) um regime de direito público, relativamente a um objecto específico, constituído pelos bens culturais. Bens

⁶⁴ Cf. NABAIS, *op. cit.*, pp. 43-48.

⁶⁵ *Idem*, p. 48.

Sobre estas características, vide: ROLLA, Giancarlo, «Beni culturali e funzione sociale» in *Scritti in Onore di Massimo Severo Giannini*, vol. II, Milano, Giuffrè, 1988.

⁶⁶ Entende-se por bens meritórios, os bens que satisfazem necessidades colectivas e necessidades individuais. Cf. RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, «Sobre os bens meritórios» in *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XXXIX, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 381-386.

⁶⁷ Cf. NABAIS, *op. cit.*, pp. 49-50.

estes que, sendo testemunhos com valor civilizacional (...) são sempre, em si mesmos, bens imateriais ou espirituais⁶⁸.

Importa, no entanto, referir que o direito do património cultural não é constituído somente por normas de direito público. O direito civil incide, naturalmente, sobre as coisas móveis e imóveis sujeitas a formas de protecção. O que se verifica é que na medida em que uma coisa está protegida o regime jurídico privado apresenta especificidades. Podemos dar como exemplo, o direito de preferência e a impossibilidade de usucapião.

Embora a política represente uma forte componente no ordenamento jurídico do direito do património cultural, devido ao importante papel das políticas públicas socialmente activas, no estudo deste sector não se pode substituir o direito pela política, pois o que se encontra é um enquadramento jurídico das políticas a seguir, estabelecidas pelas leis dos referidos sectores, nomeadamente através das leis de bases⁶⁹.

Neste sentido, uma lei de bases do património cultural deve estabelecer os objectivos da política dos bens culturais, que podem organizar-se em três categorias: um «objectivo imanente», resultante da centralidade constitucional do valor da dignidade da pessoa humana; «objectivos primários» que correspondem à realização do «objectivo imanente», nomeadamente através da protecção, valorização e enriquecimento do património cultural; e «objectivos instrumentais» correspondentes à concretização dos instrumentos auxiliares da realização do «objectivo imanente» e dos «objectivos primários», destacando-se os objectivos de conhecimento, de estudo, de protecção, de valorização e de divulgação do património cultural⁷⁰.

Por outro lado, devemos mencionar a relativa diversidade de bens culturais. Tendo em conta a existência ou a inexistência de suporte material e o tipo de suporte material em que se alicerçam, contam-se: bens culturais materiais, cujo valor cultural depende de um suporte físico, móvel ou imóvel, do qual são exemplo os patrimónios arqueológico, arquitectónico e artístico; bens materiais com suporte material fungível, susceptíveis de ser substituídos por outros bens do mesmo género, da mesma qualidade ou quantidade, onde se inscrevem os patrimónios audiovisual, fotográfico e fonográfico; e bens

⁶⁸ NABAIS, *op. cit.*, p. 50.

⁶⁹ Cf. *Idem*, pp. 50-51.

⁷⁰ Cf. Artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro; MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, pp. 145 e ss; NABAIS, *op. cit.*, pp. 50-51.

imateriais ou sem suporte material, cujo valor cultural é meramente espiritual e incorpóreo, onde residem os valores linguísticos, etnográficos e etnológicos⁷¹.

Ainda no plano da noção de «direito do património cultural» é de referir que as suas normas têm dois objectivos fundamentais: a «protecção» e a «valorização» do património cultural⁷².

Devemos entender a categoria de «protecção» ou «tutela» num sentido lato, contendo todo o estatuto jurídico do património cultural. Esta engloba duas categorias, de um lado a «protecção» ou «tutela»⁷³ na qual se inscrevem dois segmentos, a «conservação» que corresponde ao «(...) conjunto de acções destinadas a impedir a destruição, deterioração ou perda dos bens e cabe basicamente aos titulares do correspondente dever (...)»⁷⁴ e a «preservação» ou «defesa» que diz respeito ao «(...) conjunto de acções ou omissões que todos devemos adoptar em defesa dos bens culturais»⁷⁵; de outro lado, a «valorização»⁷⁶, a qual compreende igualmente dois segmentos, a «valorização económica», relacionada com a «(...) sustentação e sustentabilidade económica dos bens (...) [que] não está apenas ao serviço da valorização, mas também da própria conservação e defesa dos mesmos»⁷⁷; e a «valorização cultural» ou «valorização substantiva» que tem em vista o «(...) enriquecimento e engrandecimento cultural dos bens através do aumento dos méritos artísticos e históricos que lhes conferem a qualidade de bens culturais (...)»⁷⁸.

Não obstante, devemos ainda acrescentar a noção de «salvaguarda», a qual deve ser entendida como «a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e da sua envolvente»⁷⁹.

⁷¹ Cf. CLARO, João Martins, «Aspectos Jurídicos do Património Cultural Imaterial» in *Museus e Património Imaterial*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, pp. 142-143; NABAIS, *op. cit.*, pp. 51-52.

⁷² Cf. Artigo 12.º, da Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro; NABAIS, *op. cit.*, p. 52.

⁷³ A «protecção» ou «tutela» pressupõe um entendimento estático dos bens culturais. Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 52.

⁷⁴ NABAIS, *op. cit.*, p. 52.

⁷⁵ *Idem, ibidem*.

⁷⁶ A «valorização» pressupõe um entendimento dinâmico dos bens culturais. Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 52.

⁷⁷ NABAIS, *op. cit.*, p. 52.

⁷⁸ *Idem*, pp. 52-53.

⁷⁹ UNESCO, Recomendação de Nairobi, de 26 de Novembro de 1976 (Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea), «1 - Definições»: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> [último acesso 21/03/2018].

Como observámos, o direito do património cultural revela uma ampla diversidade de normas que se exprime quer a nível vertical, quer a nível horizontal. O composto vertical verifica-se nos diferentes níveis de normas em que se compõe, designadamente, normas de nível constitucional, normas de nível internacional, normas de nível comunitário, normas de nível legislativo e normas de nível regulamentar⁸⁰.

Por sua vez, o composto horizontal relaciona-se com diferentes vectores. Em primeiro lugar, prende-se com a diversidade dos bens culturais, entre os quais encontramos normas referentes aos bens culturais com suporte material infungível; normas referentes aos bens culturais com suporte material fungível; e normas referentes aos bens culturais imateriais ou sem suporte material⁸¹. Saliente-se que, o regime legal do património cultural ancora-se na coexistência entre um regime geral e diversos regimes especiais de protecção e valorização dos bens culturais⁸².

Em segundo lugar, relaciona-se com a titularidade da tutela pública do património cultural em que se enquadram o património mundial ou da humanidade, cuja tutela também diz respeito à comunidade internacional; os bens culturais da União Europeia⁸³, cuja tutela pertence, parcialmente, à União Europeia; os bens culturais de interesse nacional, cuja tutela pertence ao Estado e os bens culturais de interesse municipal, cuja tutela pertence às comunidades municipais ou locais⁸⁴.

Em terceiro lugar, relaciona-se com o tipo de tutela que recai sobre os bens culturais, ou seja, as normas ou medidas que proíbem ou sancionam acções ou infracções contra os bens culturais. Neste domínio existe uma significativa variedade normativa que inclui tanto uma tutela de índole não sancionatória, que pode conter uma disciplina de

⁸⁰ Cf. UNESCO, Recomendação de Nairobi, de 26 de Novembro de 1976, p. 53.

⁸¹ Cf. *Idem*, p. 54.

⁸² Os regimes especiais de protecção e valorização dos bens culturais podem integrar a LBPC, como ocorre com os regimes do património arqueológico, do património arquivístico, do património audiovisual, do património bibliográfico, do património fonográfico, do património fotográfico e dos bens imateriais ou podem constar em legislação própria, como acontece com o património cultural subaquático, regulado pelo Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho. Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 54.

⁸³ Uma vez que a cultura é um ramo quase fundamentalmente exclusivo de cada Estado membro, são reduzidos os bens culturais objecto desta tutela, cingindo-se a mesma à exportação de bens para outros Estados e à restituição de bens saídos ilicitamente de um Estado membro para outro. Cf. NABAIS, *op. cit.*, p. 55, nota 97.

⁸⁴ Cf. NABAIS, *op. cit.*, pp. 54-55.

medidas de natureza cautelar⁸⁵ ou não cautelar⁸⁶, como uma tutela de índole sancionatória⁸⁷.

⁸⁵ No que respeita a medidas de natureza cautelar encontramos na LBPC o embargo administrativo (artigo 47.º) e o embargo judicial (artigo 9.º, n.ºs 2 e 4) de obras ou trabalhos em bens imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, e respectivas zonas de protecção, cuja execução decorra ou se apreste a iniciar em desconformidade com a LBPC. Cf. Artigo 9.º, n.ºs 2 e 4 e artigo 47.º, da Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro; NABAIS, *op. cit.*, pp. 56-57.

⁸⁶ Quanto a medidas de natureza não cautelar encontramos na LBPC a execução coerciva de obras ou intervenções de conservação obrigatória que não tenham sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado (artigo 46.º, n.º 2), bem como a imposição de reposição da situação anterior, por parte dos proprietários ou detentores que tenham realizado operações urbanísticas em desconformidade com a lei, o que pode implicar a reconstrução ou demolição dessas obras (artigo 42.º, n.º 3) ou a reposição da situação do bem anterior à obra (artigo 49.º, n.º 4). Cf. Artigo 42.º, n.º 3, artigo 46.º, n.º 2 e artigo 49.º, n.º 4, da Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro.

⁸⁷ Nas medidas de âmbito sancionatório encontra-se, por um lado, a possibilidade de expropriação dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação (artigo 50.º, n.º 1, alíneas a), b) e c) e n.º 2, da LBPC) e, por outro lado, a tutela penal e contra-ordenacional, que enquadra as infracções criminais e contra-ordenacionais praticadas contra bens culturais (artigos 100.º a 110.º, da LBPC); Cf. Artigo 50.º, n.º 1, alíneas a), b) e c) e n.º 2, artigos 100.º a 110.º, da Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro; NABAIS, *op. cit.*, p. 58.

CAPÍTULO 2: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL (1949- 2015)

Como temos vindo a observar, os comandos legais destinados a tutelar os bens ou coisas que hoje, consensualmente, designamos como «património cultural» exprimem a percepção de cada comunidade relativamente a esse património e o modo como o mesmo deve ser protegido, valorado e culturalmente fruído, numa determinada época histórica. Ou seja, o ordenamento jurídico do património cultural revela, em cada momento, os valores da comunidade que o produziu⁸⁸.

A preocupação relativa à protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico contabiliza um longo percurso, traduzido em diversos actos normativos e administrativos. Todavia, até ao século XIX não existiu efectivamente um direito do património cultural em Portugal. Verificava-se, antes, a presença ocasional de providências legais, geralmente isoladas, que visavam colmatar situações urgentes e pontuais de pesquisa, de defesa e de restauro do património⁸⁹.

Paulatinamente, a política nacional de protecção do património cultural desenvolveu-se e consolidou-se, orientada por conceitos estruturados internacionalmente, inserindo-se nas práticas culturais europeias e internacionais. Constituiu-se em torno dos bens culturais uma ampla rede de sistemas jurídicos, tendencialmente complexos, que espelham as opções políticas, a organização administrativa e a tradição jurídica portuguesa, assim como a evolução conceptual e o entendimento da sociedade relativamente aos testemunhos da sua herança cultural⁹⁰.

Neste quadro, o município - de origem anterior à fundação de Portugal, a mais nuclear das autarquias locais e a principal instituição da administração local portuguesa, que se tem mantido permanentemente na nossa organização administrativa, oscilando

⁸⁸ Cf. LOPES, *op. cit.*, p. 19; MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, p. 44.

⁸⁹ Cf. CUSTÓDIO, Jorge, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)» in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, p. 36; PINTO, «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal», p. 222.

⁹⁰ Cf. LOPES, *op. cit.*, p. 19; LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Protecção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pp. 11-12.

entre movimentos de centralização e descentralização político-administrativa - adquire, na primeira metade do século XX, atribuições e competências que o colocam, a partir de então, na rota da salvaguarda do património cultural. Não obstante, a intervenção local sobre o património arquitectónico e arqueológico é remotamente anterior, como teremos oportunidade de verificar (v. n.º 2.1.1.).

Nas décadas seguintes e, sobretudo, já no século XXI, produziu-se e consolidou-se um considerável corpo legislativo, que alargou em extensão e profundidade o âmbito das atribuições e competências dos municípios, em matéria de protecção e valorização do património cultural.

Neste enquadramento, começaremos por abordar os antecedentes da intervenção municipal na salvaguarda do património cultural, prosseguindo depois com a análise dessa intervenção durante o Estado Novo e a partir da Terceira República.

2.1. Antecedentes da intervenção municipal na salvaguarda do património cultural

As primeiras providências articuladas de conservação e de restauro do património móvel e edificado remontarão ao século XVIII. Como referem Miguel Soromenho e Nuno Vassalo e Silva:

(...) [Estas surgem] condensadas agora num único quadro conceptual e acompanhadas por uma ampla produção legislativa, pelo aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção, pelo aparecimento da ideia de «restituição» e de um discurso integrador do objecto no seu contexto histórico. É a época que vê surgir toda uma literatura específica relativa a métodos «científicos» de restauro e cuja divisão do trabalho contempla mesmo o aparecimento de oficinas especializadas (...) ⁹¹.

Simultaneamente, alarga-se o conceito de «monumento» e consequentemente o objecto da legislação. Também se atribuem aos municípios, pela primeira vez, especiais deveres de protecção do património ⁹².

⁹¹ SOROMENHO, Miguel; SILVA, Nuno Vassalo e, «Da Idade Média ao Século XVII» in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, p. 28.

⁹² Cf. *Idem*, pp. 28-29.

É exemplo deste alargamento conceptual e de responsabilidades um Alvará de D. João V, datado de 20 de Agosto de 1721⁹³, que atribuiu à então recente Academia Real da História Portuguesa: «[o exame dos] (...) monumentos antigos, que havia, e se podiam descobrir no Reino, dos tempos, em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arábios (...)»⁹⁴. Sob pena de sanções determinava-se:

(...) Que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos (...) ou lâminas, ou chapas, (...) medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daqueles tempos, nem dos inferiores até o reinado do Senhor D. Sebastião (...)»⁹⁵.

Para fazer cumprir a lei, neste Alvará atribuíram-se especiais responsabilidades de protecção e conservação do património cultural aos municípios:

(...) Encarrego as Câmaras das Cidades e Vilas deste Reino [que] tenham muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretario da dita Academia Real, para ele a comunicar ao Director, Censores e mais Académicos (...) e porque os que acharem algumas lâminas, chapas, medalhas e moedas antigas, as quererão vender e reduzir a moeda corrente, as Câmaras serão obrigadas a comprá-las e pagá-las prontamente pelo justo valor, e as remeterão logo ao Secretario da Academia, que fazendo-as presentes ao Director e Censores, se mandará satisfazer às Câmaras o seu custo (...)»⁹⁶.

Esta medida inseria-se na continuidade do processo de centralização do poder político, no contexto de um Estado interventivo na administração municipal⁹⁷. Se, por um lado, no plano interno, se procurava reforçar a autoridade régia, por outro lado, esta providência representava um mecanismo de instrumentalização da cultura e do património, por parte da Coroa, na medida em que se pretendia, no plano externo,

⁹³ As transcrições seguintes são feitas de acordo com o texto original, tendo sido unicamente actualizada a grafia.

⁹⁴ Alvará de 20 de Agosto de 1721 (Alvará em que se declarou, que incorresse nas mesmas penas dos que fabricam moeda falsa a pessoa, que desfizesse edifício, estatua, mármore, lamina, ou chapa, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreros antigos, ou desfizer moeda, ou medalha antiga): <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/104/146/p109> [último acesso 21/03/2018].

⁹⁵ Alvará de 20 de Agosto de 1721.

⁹⁶ Alvará de 20 de Agosto de 1721.

⁹⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª ed, Coimbra, Almedina, 2015, p. 463.

aumentar o prestígio de Portugal ao nível das potências europeias⁹⁸, nomeadamente através da exaltação dos testemunhos da glória nacional. Como se pode ler no Alvará:

(...) Seria muito conveniente à luz da verdade e conhecimento dos séculos passados, que, no que restava de semelhantes memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este dano, em que pode ser muito interessada a glória da Nação Portuguesa, não só nas matérias concernentes à História Secular, mas ainda à Sagrada (...). E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir um prejuízo tão sensível e tão danoso à reputação e glória da antiga Lusitânia (...)»⁹⁹.

Posteriormente, em 4 de Fevereiro de 1802, por ordem do Príncipe Regente, o futuro D. João VI, e do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Alvará de 1721 foi republicado. O documento determinava a transferência das funções pertencentes ao Secretário da Academia Real da História Portuguesa¹⁰⁰, «(...) quanto à correspondência com as Câmaras sobre os monumentos que se acharem (...)»¹⁰¹, para o Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa. O Alvará reiterava as disposições relativas às responsabilidades atribuídas às câmaras e, por isso, estas deveriam zelar pelas antiguidades encontradas nos seus limites administrativos, bem como comunicar ao bibliotecário-mor todos os achados das mesmas¹⁰².

Após a Revolução Liberal, num quadro político e social marcado, por um lado, pela Guerra Civil e pelo fim do absolutismo e de muitas estruturas do Antigo Regime e, por outro lado, pela afirmação da ideologia liberal e romântica, começou a formar-se a consciência da existência de um património cultural, iniciando-se o processo de consolidação legislativa, com vista à sua protecção e valorização¹⁰³. A institucionalização do liberalismo provocou grandes transformações políticas, económicas e sociais com repercussões a nível cultural.

⁹⁸ Cf. SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, António Henrique (dirs.), *Nova História de Portugal: Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 206-210.

⁹⁸ Alvará de 20 de Agosto de 1721.

⁹⁹ Alvará de 20 de Agosto de 1721.

¹⁰⁰ A Academia Real da História Portuguesa foi extinta por volta de 1760. Cf. CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», p. 38.

¹⁰¹ Alvará de 4 de Fevereiro de 1802 (Alvará ordenando que se não desfaçam Estatuas, Cipos, &c. a benefício da Real Biblioteca de Lisboa): <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p73> [último acesso 21/03/2018].

¹⁰² Cf. Alvará de 4 de Fevereiro de 1802; CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», p. 38.

¹⁰³ Cf. CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», pp. 36-37; OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 179 e ss; PINTO, «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal», p. 223.

Os acontecimentos deste período, nomeadamente a extinção das ordens religiosas, a venda de bens nacionais e a alteração da organização municipal, tiveram um forte impacto no património, alterando as responsabilidades do Estado e dos municípios, verificando-se, a nível político e administrativo, uma tendência de centralização de competências¹⁰⁴.

A lei Joanina não era mais exequível no quadro do novo regime político, administrativo e institucional, tendo-se actualizado o seu conteúdo. O diploma adquiriu uma orientação centralizadora, transferindo-se atribuições relativas ao património, das Câmaras Municipais para os Governadores Civis¹⁰⁵. A este respeito Jorge Custódio refere o seguinte:

(...) Era aos representantes locais do Estado que deveriam ser comunicados os achados, por via dos administradores dos concelhos. Os governadores informariam o Ministério do Reino e este, por sua vez, o Bibliotecário. Competia a este inspector regular a remoção dos bens móveis para os depósitos locais e destes para os museus e bibliotecas. Aos agentes e fiscais do Ministério das Obras Públicas competia cumprir com as determinações ligadas ao reconhecimento dos achados¹⁰⁶.

Durante este período e até ao final da monarquia constitucional, não houve uma significativa produção legislativa relativa ao património cultural e as responsabilidades do Estado e dos municípios, neste domínio, eram quase inexistentes¹⁰⁷.

Posteriormente, a Primeira República (1910-1926) encetou um corte radical com a legislação monárquica e centrou-se na protecção artística e no inventário de objectos arqueológicos e monumentais, bem como de obras de arte¹⁰⁸.

O primeiro diploma publicado pelo regime republicano, no âmbito do património cultural, foi o Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911, que reorganizou os serviços artísticos e arqueológicos, sob a responsabilidade do Governo Provisório.

¹⁰⁴ É neste quadro político, social e cultural que deverá entender-se a acção de alguns intelectuais, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão que, influenciados pelas correntes e programas culturais europeus, procuraram chamar a atenção dos poderes políticos e sensibilizar a opinião pública para a defesa do património herdado do passado. Sobre esta matéria vide, entre outros: MOURÃO-FERREIRA, David, *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

¹⁰⁵ Cf. CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», pp. 44-45.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 44.

¹⁰⁷ Cf. CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», pp. 46-54; PINTO, «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal», pp. 224-228.

¹⁰⁸ Cf. CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR, 2010, pp. 85 e ss.; CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», pp. 55 e ss.

O diploma definiu orientações para o arrolamento dos bens artísticos e arqueológicos do país e instituiu o princípio de o Estado ter de velar pela sua conservação. Reestruturaram-se alguns serviços, até então dispersos, que foram integrados em estruturas regionais, descentralizadas, denominadas de Circunscrições Artísticas. Estas eram três, em todo o país, com sede em Lisboa, Coimbra e Porto. Em cada uma das circunscrições instituíram-se Conselhos de Arte e Arqueologia, com atribuições de carácter consultivo, deliberativo e executivo¹⁰⁹.

Em 1924 foi publicada a Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro, que reorganizou os Serviços de Belas Artes do Ministério da Instrução Pública¹¹⁰. Através deste diploma foi atribuída à Direcção Geral de Belas Artes a coordenação e a unidade dos trabalhos das diferentes entidades, a cujo cargo ficaram os serviços artísticos e arqueológicos. Foi criado ainda o Conselho Superior de Belas Artes, com funções consultivas e deliberativas, a quem competia, entre outras responsabilidades, completar o arrolamento do património artístico e arqueológico nacional¹¹¹.

Durante a vigência do regime republicano, a administração local sofreu significativas transformações, caminhando no sentido da descentralização, ao estabelecer-se constitucionalmente a autonomia municipal¹¹². Porém, esta tendência não se repercutiu inteiramente na política patrimonial, dado que a tutela permaneceu governamental e não se dotaram os municípios de responsabilidades sobre o património.

¹⁰⁹ Cf. CUSTÓDIO, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, pp. 85 e ss; CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», pp. 55-56.

¹¹⁰ A Lei em causa viria a ser regulamentada pelo Decreto n.º 11:445, de 13 de Fevereiro de 1926, cujas medidas relativas ao património monumental foram recuperadas sem grandes alterações. Este diploma atribuiu a competência de manter actualizado o inventário geral dos imóveis classificados à Direcção Geral de Belas Artes; instituiu zonas de protecção ao património classificado, não inferior a 50 metros; e determinou normas referentes à alienação de imóveis classificados e o direito de preferência do Estado nessas situações. Cf. Decreto n.º 11:445, de 13 de Fevereiro de 1926 (Regulamento da Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924). “DG I Série”. 34 (1926-02-13) 135-147: <https://dre.pt/application/file/a/209279> [último acesso 21/03/2018]; NABAIS, *op. cit.*, p. 92; LOPES, *op. cit.*, p. 24.

¹¹¹ Cf. Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924 (Reorganiza os serviços de Belas Artes, que passam a coordenar as entidades que têm a seu cargo os serviços artísticos e arqueológicos do País e as suas relações com o Governo). “DG I Série”. 281 (1924-12-18) 1858-1863: <https://dre.pt/application/file/562563> [último acesso 21/03/2018].

¹¹² Cf. Artigo 66.º, da Constituição Política da República Portuguesa de 1911 (Promulgada pelo Decreto de 21 de Agosto de 1911). “DG I Série”. 195 (1911-08-22): <https://dre.pt/application/file/a/607926> [último acesso 21/03/2018]; OLIVEIRA, Cândido de, *Direito das Autarquias Locais*, 2ª ed, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 37-39; OLIVEIRA, *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, pp. 259-264.

2.2. A intervenção municipal na salvaguarda do património cultural durante a Segunda República

A Segunda República, ou Estado Novo (1926-1974), foi um longo período que correspondeu a um regime político autoritário, assente no dirigismo e no intervencionismo económico, social e cultural, fortemente centralizado a nível administrativo.

Durante este período restringiu-se a autonomia autárquica e reforçou-se intensamente o controlo Estatal sobre os municípios. Como afirma Diogo Freitas do Amaral: «(...) Instalou-se (...) um claro predomínio da administração central sobre a administração municipal (...)»¹¹³. Face ao crescimento exponencial das atribuições do Estado e da sua administração indirecta, viu-se reduzida a importância da administração municipal. Verificou-se uma tendência de centralização administrativa com a admissão de algum municipalismo¹¹⁴. A concepção autoritária e proteccionista do Estado reflectiu-se na singular ideologia e na política patrimonial do Estado Novo que rompeu com as orientações e experiências seguidas tanto pela monarquia constitucional como pela Primeira República.

Durante o Estado Novo, a política nacional de protecção e valorização do património cultural desenvolveu-se sem significativas alterações legislativas, pese embora a produção de legislação nesta área tenha sido mais intensa quando comparada com os regimes políticos anteriores. Fazendo uso das considerações de Flávio Lopes:

(...) As principais normas legais constavam do Decreto 20:985, de 7 de Março de 1932. Para fazer face à progressiva evolução dos critérios de salvaguarda do património (...) com (...) novas preocupações dirigidas para a preservação da cidade histórica (...) centros históricos foram classificados e protegidos como monumentos nacionais e imóveis de interesse público e alguns conjuntos urbanos consolidados foram protegidos através da delimitação de zonas especiais de protecção. Neste período, a preocupação fundamental do Governo foi garantir uma adequada articulação entre os serviços de vocação mais normativa (Ministério da Educação) e os de índole mais operativa (Ministério das Obras Publicas)¹¹⁵.

¹¹³ AMARAL, *op. cit.*, p. 82.

¹¹⁴ Cf. AMARAL, *op. cit.*, p. 464; CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», p. 57.

¹¹⁵ LOPES, *op. cit.*, p. 33.

O Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932, reorganizou os Serviços de Belas Artes e criou o Conselho Superior de Belas Artes. O diploma estabeleceu normas para a protecção dos bens imóveis classificados e das respectivas zonas de protecção¹¹⁶ e instituiu uma nova categoria de valores, os imóveis de interesse público¹¹⁷. Os conselhos de arte e arqueologia das três circunscrições são extintos¹¹⁸ e substituídos por comissões municipais de arte e arqueologia¹¹⁹ com funções meramente consultivas, que recebem, entre outras, a competência para organizar, concertadamente com a Academia Nacional de Belas Artes, o inventário índice de todos os monumentos, obras de arte, quadros, esculturas e mobiliário existentes nos concelhos, pertencentes ao Estado ou às autarquias locais¹²⁰.

Como se lê no preâmbulo do Decreto, as comissões municipais de arte e arqueologia serviriam de «(...) elo indispensável entre os «homens bons», amigos dos monumentos da sua terra, e a organização administrativa dos serviços (...)»¹²¹. Estabelecer-se-ia assim, em todo o país, uma rede de elementos corporativos empenhados na defesa e na propaganda do património artístico e arqueológico¹²². Em todo o caso, devido à insuficiência de informação, não é possível avaliar com exactidão a actividade das comissões municipais de arte e arqueologia. A propósito desta matéria Jorge Custódio refere o seguinte:

Tem-se vagamente a noção de que em virtude da ideologia do Estado Novo, foram uma espécie de tampões contra as tendências do crescimento urbano, tendo influenciado as Câmaras na manutenção dos valores artísticos locais ou, por vezes, no condicionamento de planos de urbanização de grande impacte patrimonial¹²³.

¹¹⁶ Cf. Artigo 25.º, § 1.º, do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 (Organiza os Serviços de Belas Artes e estabelece normas para protecção dos bens imóveis classificados e respectivas zonas de protecção). “*DG I Série*”. 56 (1932-03-07) 431-436: <https://dre.pt/application/file/522951> [último acesso 21/03/2018]; LOPES, *op. cit.*, p. 144.

¹¹⁷ Cf. Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹¹⁸ Cf. Artigo 61.º, do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹¹⁹ As comissões municipais de arte e arqueologia eram compostas por cinco vogais, no mínimo, nomeados pelo Ministro da Instrução Pública sobre proposta do Conselho Superior de Belas Artes, delas devendo, em regra, fazer parte: o presidente da respectiva câmara municipal; o director do museu da localidade, se o houvesse; um professor do liceu, se o houvesse na localidade, ou um professor do ensino primário, da escolha do Ministro da Instrução Pública; os párocos das freguesias do concelho onde existissem monumentos religiosos de valor arquitectónico, arqueológico ou artístico; e três vogais nomeados pelo Ministro de entre os sócios dos grupos de amigos dos monumentos ou museus organizados na respectiva área. Cf. Artigo 21.º, do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹²⁰ Cf. Artigo 22.º, n.º 5, do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹²¹ Preâmbulo do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹²² Cf. Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932.

¹²³ CUSTÓDIO, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», p. 57.

Em harmonia com o artigo 124.º da Constituição Política da República Portuguesa de 1933¹²⁴, o Código Administrativo de 1936, revisto em 1940 sem alteração das disposições em seguida enunciadas, estabeleceu a divisão administrativa do território do continente em «concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias»¹²⁵.

Este código conferia às câmaras municipais, entre outras, atribuições de fomento e de cultura e assistência¹²⁶. No uso das atribuições de fomento, competia às câmaras deliberar sobre a propaganda das belezas naturais e artísticas do concelho¹²⁷. No uso das atribuições de cultura e assistência, cabia às câmaras deliberar sobre: a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais; a publicação de documentos inéditos, que interessassem à história do município, e de anais ou boletins destinados à divulgação dos factos notáveis da vida passada e presente do concelho; e sobre a edificação e conservação de monumentos destinados ao embelezamento das povoações e à consagração de varões ilustres ou de acontecimentos memoráveis do concelho¹²⁸.

O mesmo diploma previa o funcionamento de comissões municipais de arte e arqueologia, enquanto órgão consultivo da administração municipal, nos concelhos em que existissem monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar¹²⁹. A estas comissões competia: dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos; dar parecer sobre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais fosse consultada pela câmara ou pelo seu presidente; sugerir às câmaras tudo o que entendesse ser conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem e ao desenvolvimento do turismo; e colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos,

¹²⁴ Cf. Artigo 124.º, da Constituição Política da República Portuguesa de 1933, promulgada pelo Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933: “D.G. I Série”. 43 (1933-02-22) 227-236: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

¹²⁵ Artigo 1.º, do Código Administrativo de 1936 (Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936). “DG I Série”. 306 (1936-12-31): <https://dre.pt/application/file/a/331697> [último acesso 21/03/2018].

¹²⁶ Cf. Artigo 44.º, n.ºs 2 e 4, respectivamente, do Código Administrativo de 1936.

¹²⁷ Cf. Artigo 46.º, n.º 14, do Código Administrativo de 1936.

¹²⁸ Cf. Artigo 48.º, n.ºs 4, 5 e 9, do Código Administrativo de 1936.

¹²⁹ Cf. Artigo 97.º, do Código Administrativo de 1936.

progresso da cultura e educação do gosto popular, exercendo as atribuições conferidas por lei¹³⁰.

Não obstante o que se tem vindo a afirmar, a protecção e a valorização do património não se efectuaram apenas através de actos legislativos do governo ou da Assembleia Nacional. Durante o Estado Novo, muitas câmaras municipais promoveram iniciativas e medidas que procuravam proteger e conservar os valores monumentais e artísticos dos respectivos concelhos. Podemos referenciar algumas dessas providências.

Em sessão da Câmara de Lisboa de 12 de Abril de 1934, o vereador Luís Pastor de Macedo propôs a criação de uma categoria de monumentos municipais, para os quais pediu a guarda, protecção e conservação do município. Em 1942, a Câmara Municipal de Beja, sob a presidência de Leonel Pedro Banha da Silva, publicou uma postura com a mesma finalidade. Também a Câmara Municipal do Porto, em ordem de serviço de 1 de Setembro de 1945, determinou que se procedesse ao registo dos monumentos históricos e arqueológicos da cidade. Na mesma medida, a Câmara Municipal de Coimbra prescreveu a defesa das belezas naturais e dos valores da municipalidade. Outros municípios, como Abrantes e Viseu, desencadearam medidas semelhantes¹³¹.

2.2.1. A Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949

Embora alguns municípios tivessem tido, como se viu, a iniciativa de publicar posturas que visavam salvaguardar o património existente nos seus concelhos, a falta de legislação de enquadramento comprometia e colocava em risco o património disperso pelos concelhos portugueses. Para suplantar tal situação, tornou-se necessário agilizar a articulação e a cooperação entre a administração central e as câmaras municipais que, dentro das suas atribuições, seriam dotadas de competências para auxiliar o Estado na prossecução da política de salvaguarda do património cultural.

¹³⁰ Cf. Artigo 98.º, do Código Administrativo de 1936.

¹³¹ Terá sido a postura publicada pelo município de Beja a servir de fonte de inspiração para o projecto de lei de protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal que subsequentemente originaria a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949. Cf. Ponto 2, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201 (Protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. Suplemento ao n.º 39 (1948-03-31): <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/03/139S1/1948-03-31> [último acesso 21/03/2018].

Neste domínio, a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, estabeleceu disposições sobre a protecção e a conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico concelhios¹³². O documento, composto por cinco bases dispunha, na sua integralidade, o seguinte:

Base I

As câmaras municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos. Se as entidades competentes os não classificarem como tais, poderão as câmaras promover, junto das mesmas entidades, a sua classificação como valores concelhios.

Base II

Incumbe às câmaras municipais, ainda que não tenham tomado a iniciativa da classificação, auxiliar o Estado na protecção e vigilância dos elementos ou conjuntos referidos na base anterior, informando o Ministério da Educação Nacional de qualquer risco que possa correr a integridade dos mesmos e de tudo o mais que lhes parecer conveniente para esse objectivo.

Base III

Qualquer alteração ou adaptação dos valores concelhios depende de licença camarária especial; no caso de recusa, haverá recurso para a entidade que fez a classificação.

Base IV

As infracções ao disposto na base anterior serão punidas com multa, nos termos do regulamento.

Base V

O Governo tomará as providências que julgar convenientes para garantir, dentro do possível, a comunicação às instâncias oficiais do achado de qualquer elemento ou conjunto a que possa atribuir-se valor arqueológico, histórico ou artístico¹³³.

Esta Lei constituiu, desde logo, uma medida imperativa no domínio da política de salvaguarda do património cultural do país, prosseguida pelo Estado no âmbito dos monumentos nacionais e dos móveis e imóveis de interesse público, incidindo desta feita sobre os bens culturais de reconhecido interesse municipal, que até então não haviam sido objecto de protecção legal.

¹³² A Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949 derivou do Projecto de Lei n.º 201, de 29 de Janeiro de 1948, da autoria do Deputado da Assembleia Nacional, João de Espregueira da Rocha Páris, adoptado pelos Deputados Pinheiro Torres e Querubim Guimarães e apresentado à apreciação da Assembleia Nacional na sessão n.º 130, em 29 de Janeiro de 1948. O projecto de lei foi apreciado pela Câmara Corporativa através do Parecer n.º 28, de 31 de Março de 1948, decorrendo posteriormente as discussões do projecto de lei, na generalidade, em 23 de Fevereiro e 3 de Março de 1949 e, na especialidade, em 4 de Março do mesmo ano. O texto do Decreto da Assembleia Nacional sobre protecção e conservação dos valores monumentais dos concelhos foi aprovado pela Comissão de Legislação e Redacção em 11 de Maio de 1949 e promulgado pelo Presidente da República, António Óscar Carmona, tendo sido publicado em Diário do Governo, em 11 de Junho de 1949.

¹³³ Bases I a V, da Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949.

Verifica-se que a originalidade da Lei assenta no alargamento das categorias de classificação, legalizando uma terceira categoria, os valores concelhios, cujo interesse se limita ao âmbito local, e o dever legal das câmaras municipais auxiliarem o Estado na salvaguarda desses mesmos valores.

Nos termos da Base I, a classificação dos imóveis ou móveis residia no seu valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico, determinado por um sistema de classificação assente na categorização gradativa dos bens, organizada em três patamares de interesse (monumento nacional, imóvel ou móvel de interesse público e imóvel ou móvel de valor concelhio), numa escala de ordem decrescente. A mesma Base da Lei não previa distinção de critérios para a classificação de imóveis ou móveis como valores concelhios.

Importa deter-nos sobre estas matérias para tecer algumas considerações relativas quer à designação da nova categoria de classificação, quer à entidade competente pela classificação. Relativamente ao termo «valores concelhios», esta designação foi proposta pela Câmara Corporativa ao emitir parecer acerca do projecto de lei n.º 201, para a protecção e a conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal, em substituição da expressão «monumentos de interesse concelhio» apresentada no projecto de lei¹³⁴. Esta designação suscitou dúvidas à Câmara Corporativa pela seguinte razão, expressa pelo relator do parecer, o Procurador Cottinelli Telmo:

Entre as duas classificações anteriormente estabelecidas - «monumentos nacionais» e «imóveis de interesse público» - existe (...) uma hierarquia de valores. (...) no entanto (...) se o «imóvel de *interesse público*» não é um monumento nacional, este, imóvel ou móvel, é com certeza valor de *interesse público*. O mal está na dificuldade de definir, agravada (...) pelo advento de uma terceira categoria de valores, que, sendo de *interesse concelhio*, o são, afinal e também, de *interesse público*. (...) Seria preferível adoptar outra expressão que valesse mais pelo que sugerisse do que por função definidora que pretendesse ter e não chegasse a alcançar. (...) ¹³⁵

Para além de outras razões, a nova designação, proposta pela Câmara Corporativa, apresentava a vantagem de ampliar o âmbito da classificação, abrangendo um maior número de espécies, que posteriormente deveriam ser enumeradas em regulamento¹³⁶.

¹³⁴ Projecto de lei n.º 201, de 29 de Janeiro de 1948 (Protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. 130 (1948-01-30) 221-237: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/03/130/1948-01-29> [último acesso 21/03/2018].

¹³⁵ Ponto 9, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201.

¹³⁶ Cf. Ponto 9, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201.

Quanto à entidade responsável pela classificação dos valores concelhios, a Lei confiou o acto à administração central. Porém, quer o projecto de lei n.º 201, quer o parecer da Câmara Corporativa propunham uma relativa descentralização de competências nesta matéria. Por um lado, o texto do projecto de lei constituía, junto de cada câmara municipal, uma comissão encarregue de promover em cada concelho o arrolamento dos valores de interesse concelhio que integrariam imediatamente a nova categoria de classificação¹³⁷. Por outro lado, o texto da Câmara Corporativa, que considerou desnecessária a criação de novas comissões quando existiam já comissões municipais de arte e arqueologia a que competiam os mesmos deveres que o projecto consignava àquelas¹³⁸, atribuiu às câmaras municipais a competência para deliberar sobre a classificação dos valores concelhios, após arrolamento prévio cometido às comissões municipais de arte e arqueologia¹³⁹.

Todavia, a Assembleia Nacional não aceitou a proposta da Câmara Corporativa de ampliar os poderes dos municípios na protecção do património cultural. Aquando da discussão na especialidade do projecto de lei n.º 201, foi proposta, pelo Deputado da Assembleia Nacional, Mário de Figueiredo, e aceite pela Câmara, a alteração desta matéria, conferindo ao Estado a competência para fazer a classificação tanto dos monumentos nacionais e dos móveis e imóveis de interesse público como dos valores concelhios¹⁴⁰. Segundo o Deputado:

(...) Não se estabelecem, é bem verdade, critérios de distinção (...) entre monumentos nacionais, móveis e imóveis de interesse público e valores concelhios, mas, porque é a mesma entidade que classifica todos esses elementos ou conjuntos, ela buscará o critério de harmonia com o qual hão-de ser classificados¹⁴¹.

Conforme a Base II da Lei, as câmaras municipais adquiriram o dever de proteger e vigiar os valores concelhios em cooperação com as instâncias do Estado encarregues da sua classificação, não sendo alargadas e aprofundadas as suas atribuições nesta matéria.

Este diploma, para além de introduzir os conceitos de «valor concelhio» e de «valor paisagístico», abriu a possibilidade de classificar «conjuntos», embora não se tenha definido o seu conceito. A este respeito, Flávio Lopes refere o seguinte: «(...) A

¹³⁷ Cf. Bases II e IV, do Projecto de lei n.º 201, de 29 de Janeiro de 1948.

¹³⁸ Cf. Ponto 3, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201.

¹³⁹ Cf. Base II, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201.

¹⁴⁰ Cf. Sessão n.º 169, em 4 de Março (Discussão na especialidade do projecto de lei n.º 201, sobre protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. 169 (1949-03-05), p. 143: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/169/1949-03-04> [último acesso 21/03/2018].

¹⁴¹ Sessão n.º 169, em 4 de Março, p. 143.

classificação de conjuntos foi, durante este período, excecional e com algumas incongruências, por falta de legislação que concretizasse o conceito»¹⁴². Todavia, este havia sido esclarecido pela Câmara Corporativa no texto do parecer onde se pode ler:

(...) *Conjuntos* arquitectónicos ou paisagísticos [são]: pequenas ou grandes praças que conservam unidade de conjunto e oferecem interesse pelo pitoresco ou por certa beleza das construções, ainda que modestas, trechos de paisagem ou simples manchas de vegetação e muitos outros¹⁴³.

Relativamente às sanções previstas na Base IV da Lei, estas não excediam as multas, no caso de infracções ao disposto na Base III do diploma, sobre a necessidade de licença camarária especial para qualquer alteração ou adaptação dos valores concelhios¹⁴⁴.

A Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, foi posteriormente regulada pelo Decreto-Lei n.º 38:382, de 7 de Agosto de 1951, que aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas. A respeito das condições especiais relativas à estética das edificações, o artigo 124.º dispunha o seguinte:

Não são autorizáveis quaisquer alterações em construções ou elementos naturais classificados como valores concelhios nos termos da Lei n.º 2.032, quando delas possam resultar prejuízos para esses valores.

§ 1.º As câmaras municipais poderão condicionar a licença para se executarem trabalhos de reconstrução ou de transformação em construções de interesse histórico, artístico ou arqueológico que, precedentemente, tenham sofrido obras parciais em desacordo com o estabelecido neste artigo, à simultânea execução dos trabalhos complementares de correcção necessários para reintegrar a construção nas suas características primitivas. Este condicionamento só poderá ser imposto se a importância das obras requeridas ou o valor histórico, arqueológico ou artístico da construção o justificar.

§ 2.º Das deliberações camarárias tomadas nos termos do presente artigo haverá recurso para a entidade que tiver feito a classificação¹⁴⁵.

Importa fazer uma breve referência ao modo como estava acautelada a envolvente dos valores concelhios. Estes não dispunham, através do acto de classificação, de uma zona de protecção. Todavia, as câmaras municipais tinham capacidade legal para intervir neste contexto, conforme o artigo 127.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas:

¹⁴² LOPES, *op. cit.*, p. 37.

¹⁴³ Ponto 10, do Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201.

¹⁴⁴ Cf. Base III, da Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949.

¹⁴⁵ Artigo 124.º, do Decreto-Lei n.º 38:382, de 7 de Agosto de 1951 (Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas). “DG I Série”. 166 (1951-08-07): <https://dre.pt/application/file/a/289115> [último acesso 21/03/2018].

As decisões das câmaras municipais que envolvam recusa ou condicionamento, ao abrigo das disposições do presente capítulo, de autorização para obras ou para modificação de elementos naturais, quando não resultem de imposição legal taxativa, serão sempre fundamentadas em parecer prévio da respectiva comissão municipal de arte e arqueologia, com recurso para o Ministro da Educação Nacional¹⁴⁶.

Segundo José Nogueira Saraiva:

(...) A defesa das imediações do valor concelhio [deve] ser realizada através do normal exercício da faculdade conferida às câmaras municipais de recusar licenças para obras, sempre que estas se mostrem suscetíveis de comprometer, pela localização, aparência ou proporções, o aspeto dos conjuntos arquitetónicos, edifícios ou locais de reconhecido interesse histórico ou artístico¹⁴⁷.

Em 1970, o Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, que procedeu à reforma do processo de licenciamento municipal de obras particulares, estabeleceu que as câmaras municipais só poderiam indeferir pedidos de licenciamento ou de aprovação de projectos quando das alterações em construções ou elementos naturais classificados como valores concelhios pudesse resultar prejuízo para esses valores¹⁴⁸. As resoluções que envolvessem indeferimento ou condicionamento seriam sempre fundamentadas em parecer da comissão municipal de arte e arqueologia, previsto no artigo 16.º daquele diploma.

2.3. A intervenção municipal na salvaguarda do património cultural a partir da Terceira República

A Terceira República, iniciada em 25 de Abril de 1974, corresponde, no plano político-administrativo, a um modelo de Estado democrático. Transitou-se de um regime político autoritário para um regime político liberal, com a introdução do estadismo no plano económico¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Artigo 127.º, do Decreto-Lei n.º 38:382, de 7 de Agosto de 1951.

¹⁴⁷ SARAIVA, José de Sá Nogueira, «Regime jurídico do património monumental da nação» in *Boletim Oficial do Ministério da Educação Nacional*, Outubro – Dezembro, Lisboa, 1972, p. 69. Citado em LOPES, *op. cit.*, p. 38.

¹⁴⁸ Cf. Artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril (Procede à reforma do processo de licenciamento municipal de obras particulares). “DG I Série”. 88 (1970-04-15): <https://dre.pt/application/file/a/225768> [último acesso 21/03/2018].

¹⁴⁹ Cf. AMARAL, *op. cit.*, pp. 84-86.

Entre 1976 e 1989, a CRP revelou um cariz fortemente descentralizador, confirmado nos artigos 6.º, n.º 1 e 267.º, n.º 2, e concebeu as autarquias locais¹⁵⁰ como «poder local»¹⁵¹, no Título VIII da Parte III. Resultante das transformações operadas pelo novo regime político, assistiu-se a um fortalecimento da autonomia local¹⁵², bem como a uma limitação progressiva, a nível de âmbito e de intensidade, da tutela administrativa do Governo sobre o município¹⁵³, passando todos os órgãos autárquicos a serem eleitos democraticamente. A primeira Lei das Autarquias Locais, de 1977, entre os seus artigos 91.º e 93.º, restringiu a tutela administrativa governamental sobre as autarquias locais à tutela de legalidade, abolindo a tutela de mérito. A revisão constitucional de 1982 consagrou, no artigo 243.º, n.º 1, essa directriz que se manteve na segunda Lei das Autarquias Locais de 1982. Porém, esta orientação «excessivamente liberal» limitava os

¹⁵⁰ Nos termos do artigo 235.º, n.º 2, da CRP, as autarquias locais são «pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». Actualmente o sistema português de autarquias locais é formado por freguesias e municípios, prevendo-se a sua evolução para um sistema composto por freguesias, municípios e regiões. Importa referir, não só, que todas as autarquias locais são pessoas colectivas distintas do Estado, ainda que este as possa controlar, fiscalizar ou subsidiar, como também, que não existe qualquer hierarquia ou subordinação entre autarquias locais, pois estas são independentes entre si. Cf. AMARAL, *op. cit.*, pp. 407 e ss.

¹⁵¹ Os artigos 235.º e seguintes da CRP, relativos ao «poder local», indicam os seus princípios, a sua organização e estrutura, bem como, os seus poderes. Como refere António Cândido de Oliveira, o poder local «constitui uma parcela do poder do povo exercido próximo deste e, por isso, com a possibilidade de um maior controlo. Este poder, como todo o poder de natureza política, tem por finalidade o bem comum das pessoas por ele abrangidas». OLIVEIRA, *Direito das Autarquias Locais*, p. 88.

¹⁵² A Constituição portuguesa consagra, desde a sua redacção inicial, de 1976, o princípio da autonomia local. Este princípio é determinado fundamentalmente no artigo 6.º, n.º 1, que passou a ter, desde a revisão constitucional de 1997, a seguinte redacção: «O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública». A interpretação deste princípio deve ser combinada com o Título VIII (Poder Local) da Parte III (Organização do Poder Político) dedicado à autonomia das autarquias locais. Vejamos brevemente o entendimento deste preceito. Desde logo, significa que o Estado é unitário e não federal e que respeita a autonomia regional dos Açores e da Madeira, dotando-as de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio, bem como respeita os princípios da subsidiariedade e da descentralização democrática da administração pública. Cf. OLIVEIRA, *Direito das Autarquias Locais*, pp. 79-80. Neste domínio, o princípio da subsidiariedade, introduzido na CRP em 1997, significa que «o Estado deve ter a seu cargo apenas os assuntos que não podem ser melhor resolvidos ao nível das regiões autónomas, no caso dos Açores e da Madeira, ou ao nível das autarquias locais». OLIVEIRA, *Direito das Autarquias Locais*, p. 80. O princípio da descentralização democrática da administração pública tem em vista o desenvolvimento da participação dos cidadãos na Administração Pública, apontando para a administração indirecta do Estado. Prosseguindo no plano do princípio da autonomia local, este significa, no contexto da CRP, que o respeito pela autonomia das autarquias locais é um princípio fundamental da organização do Estado e consequentemente essa autonomia deve ser restituída às autarquias locais e, ainda, consolidada. Cf. OLIVEIRA, *Direito das Autarquias Locais*, p. 82. A autonomia local como liberdade e como forma de limitação do poder político foi prescrita, também, na Carta Europeia da Autonomia Local, de 1985, ratificada por Portugal em 1990. Assim, nos termos do seu artigo 3.º, n.º 1, entende-se por autonomia local: «(...) o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos».

¹⁵³ Como refere Diogo Freitas do Amaral, por município deve entender-se: «a autarquia local que visa a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos». AMARAL, *op. cit.*, p. 450.

meios de tutela do Estado sobre as autarquias locais e, por conseguinte, regulou-se novamente a matéria, de modo a reforçar os meios jurídicos para o exercício da tutela administrativa por parte do Governo¹⁵⁴.

A partir da revisão constitucional de 1989 iniciou-se uma nova fase, aquela em que nos encontramos actualmente¹⁵⁵. Constatase que a preponderância da administração central sobre a administração local autárquica, desencadeada no tempo do Estado Novo, permanece, dado que os recursos financeiros ao seu dispor são diminutos face aos estaduais, pese embora a autonomia financeira dos municípios tenha sido reforçada e fomentada. Também diversas atribuições que pertenciam aos municípios foram, entretanto, transferidas para a alçada do Estado, ficando a transferência de atribuições, serviços e meios do Estado para a esfera das autarquias locais muito aquém das expectativas¹⁵⁶.

Não obstante o que discutimos anteriormente, no que diz respeito ao património cultural tem-se assistido, paulatinamente, a um reforço da descentralização de atribuições e competências a favor dos municípios. Tal decorre, primeiramente, do reconhecimento do artigo 235.º, n.º 2, da CRP, que confere às autarquias locais a prossecução de interesses próprios das populações respectivas. Como refere José Casalta Nabais: «Interesses esses que não poderão deixar de ser cimentados por laços culturais ancorados por um património cultural material ou mesmo imaterial (...)»¹⁵⁷. Mas decorre também da importância do papel desempenhado pelos municípios na salvaguarda do património cultural, desde a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, e que foi reforçado com a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho e com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro¹⁵⁸. A defesa do património cultural constitui actualmente uma das áreas em que se espera que os municípios desempenhem uma política mais activa¹⁵⁹.

¹⁵⁴ Cf. AMARAL, *op. cit.*, p. 542.

¹⁵⁵ Esta fase iniciou-se com a Lei n.º 87/89, de 9 de Setembro, sobre tutela administrativa das autarquias locais e das associações de municípios de direito público. Actualmente, a matéria da tutela do Estado sobre as autarquias locais é regulada pela Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro. Cf. AMARAL, *op. cit.*, p. 542.

¹⁵⁶ Cf. AMARAL, *op. cit.*, pp. 84-86, 464, 542.

¹⁵⁷ NABAIS, *op. cit.*, p. 12.

¹⁵⁸ Cf. NABAIS, *op. cit.*, pp. 112-113.

¹⁵⁹ Cf. SAMPAIO, Jorge, «O Poder Local» in *30 Anos de Poder Local na Constituição de República Portuguesa – Ciclo de Conferências*, Governo Civil do Distrito de Braga, 2007, p. 364.

2.3.1. A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho

Após o 25 de Abril de 1974, o carácter do novo regime constitucional e político saído da revolução apontou para uma percepção de salvaguarda, de valorização e de fruição do património cultural imbuída de valores democráticos de descentralização e de participação cívica¹⁶⁰.

Nos anos seguintes à revolução ocorreram diversas reestruturações no sector da Cultura, com o intuito de organizar e agilizar procedimentos¹⁶¹. Durante este período vigorou um conjunto de normas relativas ao património cultural que subsistiram do regime anterior, nomeadamente o Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 e a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, permanecendo dispersos por vários diplomas os princípios fundamentais da disciplina dos bens culturais. Não houve, portanto, o cuidado de sistematização ou de codificação das normas nem se acautelaram incoerências entre os preceitos aplicáveis¹⁶². Ainda assim, houve diversas manifestações de intenção, vários projectos e propostas de lei para a criação de um novo regime jurídico do património cultural. Todavia, apenas em 1985 se concretizou a aprovação de um projecto¹⁶³ que daria origem à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho¹⁶⁴.

A primeira Lei do Património Cultural Português veio desenvolver as disposições constitucionais neste domínio, concretizando o disposto no artigo 9.º, alínea e) sobre as tarefas fundamentais do Estado, bem como, o disposto no artigo 78.º, n.º 2, alínea c) e n.º

¹⁶⁰ Cf. CLARO, João Martins, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, p. 287.

¹⁶¹ Cf. LOPES, *op. cit.*, pp. 43-46.

¹⁶² Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, pp. 16-17.

¹⁶³ Projecto de lei n.º 85/III (Património Cultural Português). “DAR II Série”. 7 (1983-06-23) 218-226. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/01/007/1983-06-23/218?pgs=218-226&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

¹⁶⁴ O projecto de lei n.º 85/III foi apresentado, em 15 de Junho de 1983, pelos deputados do Centro-Democrático Social, Gomes de Pinho e Armando Oliveira. Este projecto de lei é, na sua integralidade, uma reprodução do projecto de lei n.º 394/II apresentado pela Aliança Democrática, em 11 de Janeiro de 1983, cujo texto é análogo ao da proposta de lei n.º 106/II, do VIII Governo Constitucional, ambos discutidos mas não aprovados. O projecto de lei n.º 85/III foi discutido e votado na generalidade, na Assembleia da República, em 7 de Fevereiro de 1984 e, aprovado por unanimidade, baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura que o remeteu para a Subcomissão de Cultura para discussão na especialidade. Após ter sofrido algumas modificações, o texto do projecto de lei foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em reunião de 5 de Janeiro de 1985. A votação final global ocorreu na reunião plenária da Assembleia da República, em 21 de Março de 1985, tendo sido o texto do projecto de lei aprovado por unanimidade. O Decreto da Assembleia n.º 126/III foi publicado em 29 de Maio de 1985, convertendo-se na Lei n.º 13/85, publicada em Diário da República a 6 de Julho. Cf. CLARO, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85», pp. 290-291; <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=29504> [último acesso 19/01/2018].

3¹⁶⁵, sobre fruição e criação cultural, de modo a promover a salvaguarda e a valorização do património cultural.

A necessidade de dotar a ordem jurídica portuguesa de um diploma para a protecção do património cultural impunha-se, primeiramente, pela urgência de pôr cobro a uma relativa ausência de estruturação legal nesta matéria. Por outro lado, a aprovação da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, logo após a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 12 de Junho daquele ano, terá estado directamente relacionada com o facto de vigorarem novas normas a respeito de matérias diversificadas, entre as quais as que tinham impacto nas relações comerciais entre os Estados-membros¹⁶⁶.

A Lei do Património Cultural Português compilou num único diploma os comandos dispersos por actos de natureza legislativa ou regulamentar, que se sucederam ao longo do século XX, e foi influenciada pelas filosofias e conceitos sobre património cultural propostos e veiculados internacionalmente, sobretudo pelo Conselho da Europa e pela UNESCO¹⁶⁷.

De um modo geral, a Lei n.º 13/85 contribuiu para conferir à ordem jurídica portuguesa um diploma capaz de promover a salvaguarda do património cultural. Vejamos sinteticamente as matérias mais significativas desta lei¹⁶⁸. Desde logo, procurou-se fomentar, embora timidamente, a fruição colectiva, a sensibilização popular para a intervenção e a conservação e valorização do património cultural (Título I)¹⁶⁹. Viu-se alargado o âmbito do património cultural, que até então apenas incluía os bens materiais, passando a abranger também os bens imateriais (artigo 1.º). Reservou-se um papel de relevo às Associações de Defesa do Património (artigo 6.º). Estabeleceram-se as formas e o regime de protecção do património cultural, determinando regras de classificação e desclassificação, assim como, o seu processo (artigos 7.º a 20.º). Foram definidas as competências, os poderes e as obrigações da administração central, das regiões

¹⁶⁵ A revisão constitucional de 1989 eliminou o primitivo n.º 3 que dispunha o seguinte: «É conferido a todos o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos factores de degradação do património cultural». Esta matéria tem, actualmente, acolhimento constitucional no artigo 52.º, que consagra o direito de petição e o direito de acção popular.

¹⁶⁶ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, p. 20, nota 20; Nota justificativa do Projecto de lei n.º 85/III (Património Cultural Português). “DAR II Série”. 7 (1983-06-23). <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/01/007/1983-06-23/218?pgs=218-226&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

¹⁶⁷ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, pp. 20, 40; Nota justificativa do Projecto de lei n.º 85/III.

¹⁶⁸ Para uma análise aprofundada da Lei n.º 13/85 vide, entre outros: CLARO, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85»; MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*

¹⁶⁹ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, pp. 20, 40; Nota justificativa do Projecto de lei n.º 85/III.

autónomas e das autarquias locais. Estabeleceram-se os regimes específicos dos bens imóveis (artigos 21.º a 26.º), dos bens móveis (artigos 27.º a 35.º) e do património arqueológico (artigos 36.º a 42.º). Enquadrou-se o regime das garantias e sanções face aos atentados contra o património cultural (artigos 51.º a 59.º), importando salientar, a este respeito, a responsabilidade civil, administrativa e criminal dos funcionários ou agentes públicos do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais (artigo 58.º), bem como a consagração do direito de acção popular (artigo 59.º). Por fim, reduziu-se o peso do aparelho burocrático, do Ministério da Cultura enquanto instância decisória, em todos os sectores¹⁷⁰.

No que concerne ao papel dos municípios na tarefa de protecção e valorização do património cultural, a Lei n.º 13/85 assumiu uma directriz descentralizadora, na medida em que procurou um maior equilíbrio entre a intervenção do Estado e as autarquias locais, adoptando uma política de co-responsabilização dos municípios, cujas atribuições e competências foram reforçadas. A orientação descentralizadora a que nos reportamos efectivou-se a partir do reconhecimento constitucional da autonomia das autarquias locais (artigo 6.º da CRP) e dos subsequentes diplomas legislativos que consolidaram este preceito¹⁷¹.

Posto isto, e prosseguindo no plano das atribuições conferidas pela Lei n.º 13/85 aos municípios, verifica-se que aquilo que o diploma contém de essencialmente novo nesta matéria é o seguinte: a competência para a classificação e a desclassificação de bens de valor local; o poder de promover a expropriação dos bens culturais classificados; e o direito de preferência sobre a aquisição de bens classificados ou em vias de classificação. Os municípios mantiveram ainda o dever de colaboração com o Estado no processo de

¹⁷⁰ Reunião Plenária, de 21 de Março de 1985 (Votação final global do projecto de lei n.º 85/III, sobre Património Cultural Português). “DAR I Série”. 60 (1985-03-22) 2471-2522: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/03/02/060/1985-03-22?pgs=&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

¹⁷¹ Desde logo, a Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, que estabeleceu as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos, dispôs, por meio do seu artigo 2.º, alínea d), ser atribuição das autarquias a definição da política cultural a nível local. E estabeleceu ainda, no artigo 87.º, alíneas c), g) e h), respectivamente, que competia à assembleia distrital: deliberar sobre a criação ou manutenção de serviços que, na área do distrito apoiassem tecnicamente as autarquias; deliberar sobre a criação e manutenção de museus etnográficos, históricos e de arte local; e ainda, deliberar sobre a investigação, inventariação e conservação dos valores locais arqueológicos, históricos e artísticos e sobre a preservação e divulgação do folclore, trajes e costumes regionais. Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, que estabeleceu o regime da delimitação e da coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos, previa no artigo 8.º, alínea f), que competia aos municípios a realização de investimentos públicos no domínio da cultura, nomeadamente em centros de cultura, bibliotecas e museus municipais, assim como, no património cultural, paisagístico e urbanístico municipal.

classificação dos restantes bens culturais. Detenhamo-nos agora sobre cada uma destas matérias.

Com a Lei n.º 13/85 institui-se, pela primeira vez, a possibilidade legal de as assembleias municipais classificarem ou desclassificarem bens de valor local. Nos termos do artigo 7.º, n.ºs 1 e 2, a protecção legal dos bens materiais integrantes do património cultural assentaria na classificação dos imóveis e dos móveis, podendo os bens imóveis ser classificados como monumento, conjunto e sítio, eventualmente agrupáveis em categorias, e os móveis, unitária ou conjuntamente, como de valor cultural, podendo ainda todos os bens ser classificados como de valor local¹⁷², valor regional, valor nacional ou valor internacional. No que respeita ao regime específico dos bens imóveis, nos termos do artigo 21.º, n.º 2, a delimitação da área dos conjuntos e sítios, no caso de bens de valor local, seria fixada pela assembleia municipal respectiva, com a possibilidade de recorrência à colaboração de outras entidades, sempre que julgada útil. Para o efeito de classificação de bens culturais de valor local, determina o artigo 26.º, n.º 1, o seguinte:

(...) As assembleias municipais, por proposta da câmara, podem classificar ou desclassificar como de valor cultural, depois de ouvido o respectivo proprietário e em conclusão do processo adequado, os bens culturais que, não merecendo classificação de âmbito nacional, tenham, contudo, assinalável valor (...) municipal.

Nos termos do n.º 2, do mesmo artigo, este acto de classificação teria de ser fundamentado segundo critérios que estabelecessem de forma inequívoca a relevância cultural do imóvel em apreço e ser precedida de parecer dos serviços regionais do Ministério da Cultura.

Os encargos de protecção, de conservação, de estudo, de valorização e de revitalização dos bens de valor local foram cometidos ao órgão da administração local que, nos termos do artigo 45.º, n.º 1, deveriam consignar no seu orçamento:

(...) Uma percentagem de fundos proporcional à importância dos bens que integram o património cultural sob a sua responsabilidade e de acordo com os planos de actividade previamente estabelecidos (...) e participar financeiramente, quando for caso disso, nos trabalhos realizados nos mesmos pelos seus proprietários, quer sejam públicos ou privados.

¹⁷² Note-se que a designação para classificar a categoria dos bens culturais de interesse municipal deixa de ser «valor concelhio», conforme determinava a Base I, da Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, passando a ser «valor local» sem que, no entanto, se explicita o critério de modificação ou mesmo o seu conceito.

A devolução destas responsabilidades financeiras para as autarquias locais já revelava alguma incongruência no quadro nacional de verbas autárquicas, pautada pela escassez de recursos económicos e humanos.

Relativamente à capacidade dos municípios promoverem a expropriação de bens culturais classificados¹⁷³, esta competência estava regulada pelo artigo 16.º, n.ºs 1, 2 e 3, que determinava que, quando por responsabilidade do respectivo proprietário, demonstrada por omissão ou acção grave do mesmo, se verificasse o risco de degradação dos bens culturais móveis ou imóveis classificados ou em vias de classificação, as autarquias poderiam, ouvindo o respectivo proprietário e os órgãos consultivos competentes, «(...) promover a expropriação dos bens móveis ou imóveis classificados (...)»¹⁷⁴, incluindo bens imóveis situados nas zonas de protecção dos bens classificados, desde que prejudicassem a boa conservação desses bens e ofendessem ou desvirtuassem as suas características ou enquadramento. No entanto, as autarquias estavam dependentes de parecer favorável do Instituto Português do Património Cultural para promover qualquer acto de expropriação.

No referente ao direito de preferência dispunha o artigo 17.º, n.º 2, o seguinte:

(...) O Estado, as autarquias e os proprietários de parte de bens classificados gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda de bens classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis situados em zonas de protecção.

As autarquias adquirem, por esta via, o poder para usar do direito de preferência, contando que o efectivassem dentro de um prazo de 5 dias a contar da data da adjudicação dos bens em hasta pública¹⁷⁵.

Por fim, os municípios mantêm, com esta Lei, o dever de cooperação com o Estado no processo de classificação dos bens culturais¹⁷⁶. Nos termos do artigo 9.º, n.º 1, o processo de classificação poderia ser desencadeado pelo Estado, pelas regiões autónomas, pelas autarquias ou por qualquer pessoa singular ou colectiva, cabendo em especial às autarquias locais, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo: «(...) o dever de promover a classificação de bens culturais nas respectivas áreas». Os processos de classificação

¹⁷³ A possibilidade de expropriação de bens culturais móveis ou imóveis em vias de classificação estava reservada ao Ministério da Cultura. Cf. Artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

¹⁷⁴ Artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

¹⁷⁵ Artigo 17.º, n.º 3, da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

¹⁷⁶ Sobre o procedimento de classificação de bens culturais na Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, vide, entre outros: CORREIA, José Manuel Sérvulo, «Procedimento de classificação de bens culturais» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 329-353.

deveriam ser fundamentados e devidamente instruídos, em princípio, pelos seus promotores, cabendo ao Estado prestar o apoio técnico requerido, conforme o n.º 3, daquele artigo.

A Lei n.º 13/85, enquanto marco na evolução da protecção jurídica do património cultural, congregou um conjunto de inovações em alguns campos, mas foi deficitária em muitos outros e, por isso, ineficaz no desenvolvimento do, tão necessário, quadro legislativo para a salvaguarda e a valorização do património cultural¹⁷⁷.

Se por um lado, se conseguiu ultrapassar a dificuldade de legislar sobre o património cultural, além de reunir princípios indubitáveis sobre esta matéria, de revelar consensos, de manifestar o cuidado de sistematização e de consolidação do direito do património cultural e de procurar a devida adequação ao direito internacional e comunitário, por outro lado, por responsabilidade do legislador, nunca chegou a ter efectividade prática. Esta circunstância ficou a dever-se não só à ausência de desenvolvimento legislativo¹⁷⁸, mas também à inexecutabilidade da maioria das suas normas e à incapacidade das normas exequíveis responderem eficazmente às necessidades de defesa do património cultural¹⁷⁹.

Por falta de desenvolvimento legislativo da Lei n.º 13/85 levantou-se a questão da revogação total de diplomas anteriores, cujas normas continuaram a ser aplicadas por se manterem em vigor. Assim, o Governo continuou a classificar por decreto os imóveis como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio, recorrendo às categorias de classificação anteriormente previstas no Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932, e na Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Cf. RIBEIRO, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural - em especial os museus*, pp.179-180.

¹⁷⁸ Durante os anos em que esteve em vigor, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, apenas conheceu um desenvolvimento legislativo, nomeadamente, o regime jurídico do património cultural subaquático, regulado pelo Decreto-Lei n.º 289/93, de 21 de Agosto, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 85/94, de 30 de Março, conjugado com a Portaria n.º 568/95, de 16 de Julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho. Ficaram por legislar variadíssimas matérias, entre as quais, os incentivos fiscais, as acções de fomento, o estabelecimento de medidas cautelares ou a regulação procedimental habilitante da intervenção das entidades administrativas. Cf. CLARO, João Martins, «A revisão da Lei de Bases do Património Cultural» in *II Encontro Nacional, A Conservação e o Restauro do Património. Riscos, Prevenção, Segurança, Ética e Lei*, A.R.P., Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Novembro 2000, p. 80.

¹⁷⁹ Cf. CLARO, «A revisão da Lei de Bases do Património Cultural», p. 79.

¹⁸⁰ Cf. ALEXANDRINO, José de Melo, «Uma Nova Lei de Bases para o Património» in *Legislação*, n.º 24, Janeiro-Março de 1999, pp. 11-12; CLARO, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85», pp. 304-305; RIBEIRO, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural - em especial os museus*, p. 180.

Sobre esta matéria, vide: Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho (Visa a classificação de imóveis arqueológicos como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio). “*DR I Série-B*”. 126 (1992-06-01) 2648-(52)-2648-(54): <https://dre.pt/application/file/181946> [último acesso 21/03/2018];

Directamente relacionada com a questão anterior esteve a problemática da competência para classificar os bens de valor local que, por inoperância da Lei n.º 13/85, permaneceu na administração central até 1999, aquando da publicação da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, Lei-Quadro da Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais, que transferiu aquela tarefa para a esfera dos órgãos municipais¹⁸¹.

Ainda assim, por inaplicabilidade da Lei n.º 13/85, só mais tarde, com a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro e posterior legislação de desenvolvimento, nomeadamente com o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro e com o Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, os municípios adquirem efectivamente poder para classificar os bens culturais de interesse municipal.

2.3.2. A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

Apesar do avanço legislativo que representou, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, revelou-se manifestamente inexequível em virtude de diversos condicionalismos que impuseram a sua reforma. A inoperacionalidade da Lei do Património Cultural Português decorreu, fundamentalmente, da falta de concretização legislativa e regulamentar e da sua desadequação face à realidade nacional e internacional¹⁸².

Neste contexto, tornou-se imperativo ajustar o quadro jurídico interno às novas exigências de protecção do património cultural, impostas quer pelo direito comunitário, quer pelo direito internacional e, por conseguinte, avançou-se para a elaboração de uma nova lei¹⁸³.

Decreto n.º 45/93, de 30 de Novembro (Visa classificar diversos imóveis arqueológicos ou de relevante valor arquitectónico como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e valores concelhios). “DR I Série-B”. 280 (1993-11-30) 6698-6702: <https://dre.pt/application/file/552252> [último acesso 21/03/2018]; Decreto n.º 2/96, de 6 de Março (Procede à classificação de imóveis, aos quais foi reconhecido relevante interesse arquitectónico). “DR I Série-B”. 56 (1996-03-06) 448-457: <https://dre.pt/application/file/621175> [último acesso 21/03/2018].

¹⁸¹ Cf. Artigo 20.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 159/1999, de 14 de Setembro (Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais). “DR I Série”. 215 (1999-09-14): <https://dre.pt/application/conteudo/570562> [último acesso 21/03/2018].

¹⁸² Cf. Proposta de lei n.º 39/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 59 (2000-07-15) 1863-1884: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/01/059/2000-07-15/1863?pgs=1863-1884&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

¹⁸³ Abandonada a hipótese de aperfeiçoar e regulamentar a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, optou-se pela elaboração de uma nova lei do património cultural. Nesse sentido, o Ministério da Cultura determinou, através do Despacho n.º 113/96, de 10 de Dezembro, a nomeação de uma Comissão, presidida pelo

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, designada Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, veio dar cumprimento ao imperativo constitucional, disposto no artigo 165.º, n.º 1, alínea g), relativo às bases do sistema de protecção do património cultural.

Para além de ter em vista a melhoria da coerência interna do regime jurídico do património cultural, a nova lei congrega um conjunto de aspectos e soluções que se apoiam não só na tradição jurídica portuguesa nesta matéria, nomeadamente na Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924, no Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 e na Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, como também nos novos instrumentos e fórmulas adquiridas do direito comparado e da doutrina recente. Na mesma medida, verifica-se o reforço da eficácia e da agilidade do sistema normativo aplicável¹⁸⁴.

Elenquemos agora, em breves notas, as linhas orientadoras e as principais inovações da Lei n.º 107/2001 relativamente à Lei n.º 13/85. Antes de mais, a nova lei do património cultural é mais audaciosa do que a sua antecedente, uma vez que é uma lei de bases do regime jurídico e da política do património cultural. Como tal, é um quadro de referência legislativa, mas também de políticas públicas do património cultural, contendo as bases do regime de protecção e valorização dos bens culturais.

Em segundo lugar, em concretização da Constituição indica, a título inovador, os princípios basilares (artigos 1.º a 6.º), enuncia os direitos, garantias e deveres dos cidadãos (artigos 7.º a 11.º) e determina os objectivos da política do património cultural (artigos 12.º e 13.º).

Em terceiro lugar, distingue património cultural (bens culturais num sentido lato) e bens culturais (num sentido restrito) (artigos 2.º e 14.º, n.º 1), distinção que não era feita

Professor José Manuel Sérvulo Correia, à qual foi cometida o objectivo de produzir um projecto de proposta de lei de bases do património cultural, apresentado em finais de 1997. O referido Relatório Intercalar daria origem à Proposta de Lei n.º 228/VII, apresentada pelo Governo, em 11 de Janeiro de 1999, que seria rejeitada na votação na generalidade, durante a Reunião Plenária n.º 69, em 8 de Abril de 1999. Nova iniciativa legislativa surgiu com a Proposta de Lei n.º 39/VIII, apresentada pelo Governo, em 11 de Julho de 2000. Esta proposta baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em 13 de Julho de 2000, que emitiu relatório e parecer, em 4 de Janeiro de 2001. A proposta foi discutida na generalidade, na Assembleia da República, em 6 de Janeiro de 2001 e, aprovada na votação na generalidade na Reunião Plenária n.º 38, em 18 de Janeiro de 2001, baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura. A proposta de lei foi aprovada, sem unanimidade, na Reunião Plenária n.º 105, em 17 de Julho de 2001. O Decreto n.º 168/VIII, de 28 de Agosto de 2001, veio a converter-se na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *op. cit.*, p. 2; <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=4467> [último acesso 19/01/2018]; <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=5958> [último acesso 19/01/2018].

¹⁸⁴ Cf. Proposta de lei n.º 39/VIII.

na Lei n.º 13/85. Deste modo, o próprio regime jurídico passa a organizar-se em volta do conceito técnico-jurídico de bens culturais dado que é sobre os bens móveis e imóveis que recaem especiais necessidades de protecção e valorização.

Em quarto lugar, paralelamente ao regime geral, são introduzidos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais, designadamente, o património arquivístico (artigos 80.º a 83.º), o património audiovisual (artigo 84.º), o património bibliográfico (artigos 85.º a 88.º), o património fonográfico (artigo 89.º) e o património fotográfico (artigo 90.º) e fortaleceu-se o regime do património arqueológico (artigos 74.º a 79.º).

Em quinto lugar, relativamente aos níveis de protecção dos bens culturais, manteve-se a inventariação como forma básica de identificação e de protecção e a classificação como forma tradicional e base de protecção dos bens culturais (artigos 16.º a 19.º). Assim, os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional adoptou-se a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional criou-se a designação «tesouro nacional» (artigo 15.º, n.ºs 2 a 6).

Em sexto lugar, remete para o direito internacional quer a definição das categorias de monumento, conjunto e sítio (artigo 15.º, n.º 1), quer o sentido da categoria de património mundial, determinando que os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional (artigo 15.º, n.ºs 7 e 8).

Em sétimo lugar, verifica-se a presença de um sistema de articulação e coordenação administrativa das entidades públicas responsáveis pela salvaguarda do património cultural (artigos 93.º a 96.º).

Por último, constata-se uma tendência menos proprietarista e estatizante (artigos 7.º, 18.º, n.ºs 2 a 4, 50.º e 56.º)¹⁸⁵.

¹⁸⁵ A título complementar podemos acrescentar ainda outras inovações e soluções da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro: a criação de um registo próprio para cada forma de protecção (artigo 16.º, n.º 2); a identificação dos critérios genéricos de apreciação do interesse cultural (artigo 17.º); o estabelecimento de regras e prazos para o procedimento administrativo de identificação de bens culturais (artigos 23.º a 30.º); a previsão de medidas provisórias ou medidas técnicas de salvaguarda (artigo 33.º); o reforço dos direitos dos proprietários (artigo 37.º); o reforço dos instrumentos urbanísticos de protecção; a determinação de medidas especiais para a defesa da qualidade ambiental e paisagística dos monumentos, conjuntos e sítios e reforço da tutela sobre o contexto dos monumentos (artigos 40.º a 54.º); a regulamentação sobre os elementos aplicáveis aos bens móveis (artigos 55.º a 59.º); a regulamentação sobre a protecção dos bens culturais inventariados (artigos 61.º a 63.º) com imposição de inventário obrigatório dos bens públicos (artigo 63.º); a regulamentação sobre o regime de exportação, importação, admissão e comércio de bens

Atendendo à sua natureza de lei de bases, a Lei n.º 107/2001 remete a disciplina de vários regimes para legislação especial e a sua aplicação para legislação de desenvolvimento¹⁸⁶.

Os municípios têm, actualmente, na LBPC, uma função indispensável na salvaguarda do património cultural, participando com o Estado e as Regiões Autónomas na tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português, prosseguido por todos como atribuição comum, embora diferenciada nas respectivas concretizações e sem prejuízo da discriminação das competências dos órgãos de cada tipo de ente¹⁸⁷.

Em matéria de atribuições e competências das câmaras municipais, não se verificam alterações expressivas relativamente à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, com excepção da competência para a classificação e para a desclassificação dos bens culturais, móveis e imóveis de interesse municipal em que houve um reforço do poder dos municípios¹⁸⁸.

culturais (artigos 64.º a 69.º); a identificação dos componentes e dos instrumentos do regime geral de valorização dos bens culturais (artigos 70.º e 71.º); a definição das atribuições do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais (artigos 93.º a 96.º); o estabelecimento do regime dos benefícios e incentivos fiscais (artigos 97.º a 99.º); o reforço da tutela penal (artigos 100.º a 103.º) e o estabelecimento de uma tutela contra-ordenacional (artigos 104.º a 110.º). Cf. Proposta de lei n.º 39/VIII.

¹⁸⁶ O regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, tem vindo a ser desenvolvido pelos seguintes diplomas: de 15 de Junho, o Decreto-Lei n.º 138/2009, que criou o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural; o Decreto-Lei n.º 139/2009, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto; o Decreto-Lei n.º 140/2009, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal; de 23 de Outubro, o Decreto-Lei n.º 309/2009, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de Dezembro; e de 4 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 148/2015, que estabelece o regime da classificação dos bens culturais móveis.

¹⁸⁷ Cf. Artigo 93.º, n.º 1, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

¹⁸⁸ Enquanto a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, atribuía, nos termos do artigo 26.º, n.º 1, à Assembleia Municipal a competência para a classificação dos bens culturais de valor local, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, incumbe, nos termos do artigo 94.º, n.º 1, a classificação de bens culturais como de interesse municipal aos municípios. Nos termos do n.º 7, do mesmo artigo, à competência para classificar e inventariar corresponde a de emitir actos em sentido oposto. Esta alteração decorre do disposto na, já mencionada, Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, sobre o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, que nos termos do artigo 20.º, n.º 2, alínea b), determinou ser competência dos órgãos municipais «proceder à classificação de imóveis, conjuntos e sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação». Mas decorre também, do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabeleceu o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, que nos termos do artigo 64.º n.º 2, alínea m), cometeu à câmara municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento: «Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação administração, manutenção recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal», sendo esta uma competência delegável no presidente da câmara, nos termos do artigo 65.º, n.º 1, da presente lei.

A Lei n.º 107/2001 procedeu à substituição da designação de «valores concelhios», instituída pela Lei n.º 2/032, pela designação de «bens culturais de interesse municipal». O mesmo diploma dispôs, nos termos do artigo 112.º, n.º 2, que os bens imóveis anteriormente classificados pelo Estado ou pelas autarquias locais como valores concelhios passam a considerar-se bens classificados de interesse municipal. Nos termos do artigo 15.º, n.º 6, da LBPC: «Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município».

Detenhamo-nos primeiramente sobre o regime dos bens culturais imóveis de interesse municipal, de seguida sobre os bens culturais móveis de interesse municipal e, finalmente, sobre o património cultural imaterial.

A LBPC prevê que as câmaras municipais possam propor a classificação ou a inventariação de bens culturais móveis e imóveis¹⁸⁹, competindo-lhes a classificação e a desclassificação de bens móveis e imóveis como de interesse municipal, podendo os últimos pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio¹⁹⁰.

O procedimento de classificação de bem imóvel de interesse municipal obedece, com as necessárias adaptações, ao disposto para as categorias de bens imóveis de interesse nacional e de interesse público¹⁹¹. Todavia, a concretização da classificação deve ser antecedida de parecer obrigatório, mas não vinculativo, dos competentes órgãos e serviços do Estado, ou das Regiões Autónomas se o município aí se situar. O parecer prévio representa um limite à autonomia municipal nesta área, mas não se traduz em dirigismo cultural, antes significa um auxílio administrativo em relação à qualidade da apreciação feita pelos municípios¹⁹².

Os bens imóveis em vias de classificação como de interesse municipal podem dispor de uma zona de protecção¹⁹³, designadamente uma zona especial de protecção

¹⁸⁹ Cf. Artigo 25.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

¹⁹⁰ Cf. Artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

¹⁹¹ Cf. Artigo 57.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro (Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). “DR I Série”. 206 (2009-10-23): <https://dre.pt/application/conteudo/483153> [último acesso 21/03/2018]. No Anexo 1 discutiremos o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, abordando as suas etapas e momentos mais importantes (Anexo 1).

¹⁹² Cf. Artigo 94.º, n.º 2, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

¹⁹³ Nos termos do artigo 43.º, n.º 4, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, as zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem

provisória, com a amplitude adequada em função da protecção e valorização do bem imóvel em vias de classificação, podendo incluir zonas *non aedificandi*, mediante decisão do órgão autárquico competente¹⁹⁴. Concluído o procedimento de classificação, o mesmo órgão pode deliberar o estabelecimento de uma zona especial de protecção¹⁹⁵. Estas zonas de protecção podem ser estabelecidas quando os instrumentos de gestão territorial não assegurem o enquadramento necessário à protecção e valorização do bem imóvel, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as disposições relativas aos bens imóveis classificados ou em vias de classificação como bens de interesse nacional ou bens de interesse público¹⁹⁶. Sobre esta matéria, Flávio Lopes refere o seguinte:

Do ponto de vista técnico, é aconselhável que a instrução do procedimento de classificação de um bem cultural imóvel de interesse municipal contemple o estudo do respectivo contexto (...) e, em resultado dessa investigação, pondere se as normas urbanísticas em vigor são suficientes para assegurar a protecção e a valorização do imóvel ou se, pelo contrário, é necessário criar normas específicas através da fixação de uma zona especial de protecção¹⁹⁷.

Também aos conjuntos e sítios classificados como de interesse municipal aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições referentes aos conjuntos e sítios classificados como de interesse nacional ou de interesse público¹⁹⁸. Na mesma medida, no respeitante aos direitos e aos deveres especiais dos detentores de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou em vias de classificação como de interesse municipal aplicam-se os princípios dispostos para os bens de interesse nacional e de interesse público¹⁹⁹.

prévio parecer favorável da administração do património cultural competente, excluindo-se do preceituado as obras de mera alteração no interior de imóveis.

¹⁹⁴ Cf. Artigos 39.º e 58.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

¹⁹⁵ Nos termos do artigo 43.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, a zona especial de protecção tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da protecção e valorização do bem imóvel classificado, assegurando o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspectivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado.

¹⁹⁶ Cf. Artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro. Para uma leitura integral do conteúdo relativo ao regime das zonas de protecção vide as disposições dos artigos 36.º a 52.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro. (Anexo 4).

¹⁹⁷ LOPES, *op. cit.*, p. 136.

¹⁹⁸ Cf. Artigo 59.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro. Para uma leitura integral do conteúdo relativo ao regime dos conjuntos e sítios vide as disposições dos artigos 53.º a 56.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro (Anexo 4).

¹⁹⁹ Cf. Artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Para uma leitura integral do conteúdo relativo ao regime dos direitos e dos deveres especiais dos detentores de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou em vias de classificação vide as disposições dos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Anexo 3).

Sem prejuízo da reserva de atribuições e competências próprias, a DGPC, as direcções regionais de cultura e as câmaras municipais devem cooperar e articularem-se entre si para realizar e executar as disposições necessárias à concretização de fins convergentes. Assim, nas situações de arquivamento do procedimento de classificação de bem imóvel previstas na lei, a DGPC remete oficiosamente uma cópia do processo que documenta a instrução do procedimento à câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel e, sempre que a DGPC considere que o bem imóvel cujo procedimento foi arquivado pode merecer a classificação como de interesse municipal, elabora parecer que remete igualmente à câmara municipal²⁰⁰.

Do mesmo modo, as câmaras municipais comunicam à DGPC e à direcção regional de cultura territorialmente competente a decisão de abertura e a decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse municipal, bem como, quando fixada, de zona de protecção. A DGPC e a direcção regional territorialmente competente divulgam nas respectivas páginas electrónicas os bens imóveis classificados como de interesse municipal e as respectivas zonas de protecção²⁰¹.

Também o plano de pormenor de salvaguarda²⁰², cuja elaboração compete à câmara municipal, é objecto de parceria com a DGPC e a direcção regional de cultura territorialmente competente. Os termos da parceria podem ser objecto de um protocolo, sem prejuízo do acompanhamento obrigatório do plano. Concluída a elaboração da proposta de plano de pormenor de salvaguarda cuja área de intervenção contenha ou coincida com bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou de interesse público, e respectivas zonas de protecção, a DGPC, ouvida a direcção regional de cultura territorialmente competente, emite parecer obrigatório e vinculativo²⁰³.

Complementarmente ao que se tem vindo a afirmar, importa acrescentar que, no actual quadro legal, os municípios gozam do direito de preferência, depois dos proprietários, do Estado e das Regiões Autónomas, em caso de venda ou dação em

²⁰⁰ Cf. Artigo 60.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

²⁰¹ Cf. Artigo 61.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

²⁰² Nos termos dos artigos 63.º, 64.º e 65.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, o plano de pormenor de salvaguarda obedece ao disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, com as especificidades introduzidas pelo presente Decreto-Lei. Estabelece as orientações estratégicas de actuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de protecção. O plano de pormenor de salvaguarda pode abranger o solo rural e o solo urbano correspondente à totalidade ou parte de um bem imóvel classificado e respectiva zona de protecção.

²⁰³ Cf. Artigos 67.º e 68.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

pagamento de bens classificados ou dos bens situados na respectiva zona de protecção²⁰⁴; podem praticar actos de autorização ou asseguramento de intervenções de conservação, restauro, alteração ou de qualquer outro tipo sobre bens culturais imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, ou nas respectivas zonas de protecção²⁰⁵; devem determinar o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos em bens imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, bem como em zonas de protecção daqueles bens, cuja execução decorra ou se apreste a iniciar em desconformidade com a lei²⁰⁶; podem conceder licenças de demolição total ou parcial de bens imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, tendo como pressuposto obrigatório a existência de ruína ou a verificação em concreto da primazia de um bem jurídico superior ao que está presente na tutela dos bens culturais, desde que, em qualquer dos casos, se não mostre viável nem razoável, por qualquer outra forma, a salvaguarda ou o deslocamento do bem²⁰⁷ e podem promover a expropriação de bens imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, bem como de bens imóveis situados nas zonas de protecção daqueles bens, enquadrados num instrumento de gestão territorial eficaz, sendo a assembleia municipal competente para a declaração de utilidade desta expropriação²⁰⁸.

Outrossim, as disposições da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, relativas aos bens imóveis são aplicáveis, com as necessárias adaptações e em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, aos bens imóveis classificados como de interesse municipal, à excepção dos efeitos da abertura do procedimento de classificação²⁰⁹.

Em matéria de bens culturais móveis, as câmaras municipais têm um papel mais limitado, quando comparado com os bens culturais imóveis, o que se pode justificar em função da natureza particular destes bens. Por um lado, só podem ser objecto de

²⁰⁴ Cf. Artigo 37.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

²⁰⁵ Cf. Artigo 95.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho (Estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal). “DR I Série”. 113 (2009-06-15) 3653-3659: <https://dre.pt/application/file/a/494681> [último acesso 21/03/2018].

²⁰⁶ Cf. Artigo 47.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

²⁰⁷ Cf. Artigo 49.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

²⁰⁸ Cf. Artigo 50.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

²⁰⁹ Cf. Artigo 62.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro. Para uma leitura integral do conteúdo relativo ao regime dos bens imóveis vide as disposições dos artigos 40.º a 54.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Anexo 3).

classificação de interesse municipal os bens móveis que representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município e, simultaneamente, não mereçam protecção inerente à classificação como de interesse nacional ou de interesse público. Por outro lado, os bens móveis só podem ser classificados como de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários²¹⁰.

Como havíamos referido anteriormente, a competência para a classificação ou para a desclassificação de bens móveis como de interesse municipal é da câmara municipal, incumbindo a instrução do procedimento aos respectivos serviços municipais²¹¹.

Ao procedimento de classificação ou de desclassificação de bens móveis como de interesse municipal, aplicam-se, com as necessárias adaptações, as mesmas disposições estabelecidas para as categorias de interesse nacional e de interesse público²¹². Contrariamente ao previsto para os bens imóveis, a concretização da classificação de bens móveis como de interesse municipal não carece de parecer obrigatório dos órgãos e serviços do Estado ou das Regiões Autónomas. Nos termos do artigo 94.º, n.º 4, da LBPC, os registos de classificação de bens móveis de interesse municipal devem ser comunicados à administração patrimonial competente²¹³.

A exportação e a expedição temporárias ou definitivas de bens classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, ainda que não inscritos no registo patrimonial de classificação ou inventariação, devem ser precedidas de comunicação à câmara municipal com a antecedência mínima de 30 dias, feita em formulário próprio, disponibilizado na página electrónica da câmara municipal, do qual constam obrigatoriamente todos os elementos necessários à identificação dos bens²¹⁴.

²¹⁰ Cf. Artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto (Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis). “DR I Série”. 150 (2015-08-04): <https://dre.pt/application/file/a/69935231> [último acesso 21/03/2018].

²¹¹ Cf. Artigo 30, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto.

²¹² Cf. Artigos 31.º, n.º 1 e 35.º, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto. No Anexo 2 discutiremos o procedimento de classificação de bens culturais móveis, abordando as suas etapas e momentos mais importantes (Anexo 2).

²¹³ Cf. Artigo 65.º, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto.

²¹⁴ Cf. Artigos 51.º, n.ºs 1 e 2 e 57.º, n.ºs 1, 2 e 5, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto; Artigo 64.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Nos termos do artigo 57.º, n.ºs 6 e 7, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, o formulário deve ser sempre acompanhado de documento comprovativo da propriedade dos bens ou, na impossibilidade absoluta da sua apresentação, de declaração do respectivo proprietário. No caso de bens previamente importados ou admitidos, o formulário deve ser acompanhado da licença de exportação ou autorização emitida no país de origem ou do competente documento da Autoridade Tributária e Aduaneira.

A obrigação referida respeitará, em particular, as espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, audiovisuais, bibliográficas, fotográficas e fonográficas, independentemente da apreciação definitiva do interesse cultural do bem em causa²¹⁵.

No prazo de 15 dias a contar da comunicação prévia mencionada, a câmara municipal procede à apreciação do valor cultural dos bens, podendo, sempre que tal se justifique, vedar liminarmente a sua exportação ou expedição, a título de medida provisória, sem que de tal providência decorra a vinculação do Estado à aquisição da coisa²¹⁶. Em caso de exportação, a respectiva licença deve ser emitida pela câmara municipal até ao termo do prazo referido²¹⁷. Nos casos de exportação ou expedição definitivas e de exportação ou expedição temporárias com possibilidade de venda, a comunicação prévia deve ser acompanhada de parecer favorável da câmara municipal²¹⁸.

²¹⁵ Nos termos do artigo 57.º, n.ºs 3 e 4, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, o disposto anteriormente não se aplica a bens móveis abrangidos pelo artigo 55.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com antiguidade inferior a 50 anos, excepto no caso de colecções e espécimes provenientes de colecções de zoologia, de botânica, de mineralogia e de anatomia, bem como colecções de interesse histórico, paleontológico, etnográfico ou numismático. Também não se aplica à exportação ou expedição de obras que sejam propriedade do respetivo autor, independentemente da sua antiguidade e de a exportação ou a expedição ser promovida pelo próprio ou por um seu representante.

²¹⁶ Cf. Artigos 55.º, n.º 3 e 64.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; Artigo 58.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto. Nos termos do artigo 58.º, n.ºs 2, 3, 4, 5 e 7, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, a medida provisória prevista reveste carácter urgente e não carece de audiência prévia, destinando-se, designadamente, a proporcionar à administração patrimonial competente a possibilidade de melhor aferir o interesse cultural dos bens, através da abertura de um procedimento de classificação. A notificação da medida provisória fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspectos relevantes, nas matérias de facto e de direito, podendo dela reclamar ou interpor recurso, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo de impugnação contenciosa. A reclamação e o recurso referidos não suspendem os efeitos do acto de abertura do procedimento de classificação. Decorrido o prazo estabelecido, sem que a administração patrimonial competente se tenha pronunciado, a expedição considera-se lícita. Sem prejuízo do disposto, o interessado pode requerer à administração patrimonial competente a emissão de certidão nos termos do artigo 84.º, do Código do Procedimento Administrativo.

²¹⁷ Cf. Artigo 58.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto.

²¹⁸ Cf. Artigo 51.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto. Nos termos do artigo 53.º, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, o indeferimento do pedido de autorização de exportação e de expedição definitivas, ou de exportação ou expedição temporárias com possibilidade de venda, de bens móveis classificados, ou em vias de classificação como tal, não obriga o Estado à sua aquisição, sendo igualmente aplicável aos municípios, no caso de bens classificados de interesse municipal ou em vias de classificação como tal. Por outro lado, nos termos do artigo 54.º, do mesmo decreto, a autorização de saída definitiva do território nacional de bens móveis classificados dá lugar ao cancelamento da sua inscrição no registo patrimonial de classificação. Quando se trate de permuta definitiva, paralelamente ao cancelamento referido, deve proceder-se imediatamente ao acto de classificação do bem ou conjunto de bens recebidos. A apresentação de pedido de autorização para exportação ou expedição para venda de bens móveis classificados como de interesse municipal concede ao município que os tenha classificado o direito de preferência na sua aquisição.

Por fim, vamos dedicar algumas linhas ao papel dos municípios no domínio da salvaguarda do património cultural imaterial²¹⁹.

Nos termos do artigo 92.º, n.º 2, da LBPC, constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram.

Neste sentido, a acção dos municípios na esfera das manifestações do património cultural imaterial reveste-se de especial importância, sobretudo ao nível da promoção e do apoio na sua salvaguarda. Esta concretiza-se, desde logo, na possibilidade legal de as autarquias locais impulsionarem a iniciativa para a inventariação daquelas manifestações²²⁰. Realiza-se também, por meio da colaboração prevista entre a DGPC, as direcções regionais de cultura e os municípios no procedimento de inventariação, podendo a DGPC, sempre que estejam em causa decisões sobre o registo no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, pedir parecer às direcções regionais de cultura e às câmaras municipais relevantes em função da abrangência territorial da manifestação do património cultural imaterial²²¹. Bem assim, concretiza-se através de medidas de salvaguarda, nomeadamente, na consideração, por parte dos municípios, das manifestações do património cultural imaterial registadas no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, na elaboração de programas sectoriais no âmbito do ordenamento do território, do ambiente, da educação e formação e do turismo²²².

Não obstante, as direcções regionais de cultura, em articulação e cooperação com a DGPC e com as comunidades, os grupos ou indivíduos interessados, bem como com as autarquias locais, devem planear e executar as medidas de salvaguarda que promovam o

²¹⁹ «Entende-se por «património cultural imaterial» as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, sendo transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade coletiva». Artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial). «DR I Série». 150 (2015-08-04): <https://dre.pt/application/conteudo/69935162> [último acesso 21/03/2018].

²²⁰ Cf. Artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto.

²²¹ Cf. Artigo 13.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto.

²²² Cf. Artigo 20.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto.

conhecimento, a representação e a transmissão dos modos de produção ou reprodução associados às manifestações do património cultural imaterial constantes do inventário²²³.

²²³ Cf. Artigo 20.º, n.º 2, do do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizada a exposição do nosso objecto de estudo, cabe-nos apresentar algumas considerações finais.

I. A evolução histórica das atribuições e competências dos municípios no ordenamento jurídico português do património cultural, desde o ano de 1949 até ao ano de 2015, correspondeu a um processo paulatino e gradual, influenciado por um conjunto de circunstâncias político-administrativas que deve ser tido em consideração. Com efeito, esta baliza temporal abrange dois regimes políticos díspares - o Estado Novo (1926-1974) e o Estado de Direito democrático (desde 25 de Abril de 1974) - períodos marcados por importantes reformas e revoluções políticas, administrativas e sociais que, em função da natureza do regime constitucional e político em que se inseriram, determinaram, em cada momento, uma concepção de protecção do património cultural. Entre estes dois momentos significativos da História de Portugal parece-nos ser plausível identificar três marcos legislativos que possibilitaram, condicionaram e determinaram o papel dos municípios na salvaguarda do património cultural.

II. O primeiro marco legislativo é a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949. Este é um diploma da Segunda República, ou Estado Novo, que surgiu da necessidade urgente de preencher a ausência legislativa que comprometia e colocava em risco o património disperso pelos concelhos de Portugal. Esta lei dotou as câmaras municipais de competências para promover, junto da administração central, a classificação como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos; e para promover, junto da mesma entidade, a sua classificação como valores concelhios. Esta lei constituiu uma medida fundamental no domínio da política de salvaguarda do património cultural do país, prosseguida pelo Estado no domínio dos monumentos nacionais e dos móveis e imóveis de interesse público, incidindo desta feita sobre os bens culturais de interesse municipal que, até então, não haviam sido objecto de protecção legal. Este diploma alargou as categorias de classificação, legalizando uma terceira categoria, a dos valores concelhios, cujo interesse

se limita ao âmbito local; dotou as câmaras municipais de capacidade legal para colaborarem de forma activa com o Estado na salvaguarda desses mesmos valores; e introduziu o conceito de «valor concelhio», embora não clarificasse a sua noção.

III. O segundo marco legislativo é a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho. A primeira lei do património cultural português surge já no contexto de um Estado democrático, facto que assume uma importância fundamental, justificando o seu carácter democrático e descentralizador. Esta lei procurou alcançar um maior equilíbrio entre a administração central e os municípios, cujas atribuições e competências foram reforçadas, nomeadamente em matéria de classificação dos bens culturais. As assembleias municipais adquiriram então competência para, por proposta da câmara, classificarem ou desclassificarem bens de valor local.

IV. Apesar de significar um marco na evolução da protecção jurídica do património cultural, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, nunca chegou a ter efectividade prática devido à falta de desenvolvimento legislativo, à inexecutabilidade da maioria das suas normas e à incapacidade das normas exequíveis responderem eficazmente às necessidades de protecção do património cultural. Por este conjunto de razões, a competência para classificar os bens de valor local permaneceu na alçada da administração central até 1999, quando foi publicada a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que transferiu aquela competência para a esfera dos órgãos municipais. Por inaplicabilidade da Lei n.º 13/85, aquela prerrogativa não se efectivou, contudo, a partir daquele momento, continuando em vigor normas relativas ao património cultural que subsistiram do regime anterior, por não terem sido revogadas, nomeadamente o Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 e a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949.

V. Com efeito, somente com a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e posterior legislação de desenvolvimento, nomeadamente com o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro e com o Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, os municípios adquirem o poder para classificar os bens culturais de interesse municipal, alcançando-se por esta via o terceiro marco legislativo. Relativamente à anterior lei do património cultural, os municípios têm, actualmente, reforçadas as suas atribuições e competências. A LBPC confere às câmaras municipais a possibilidade de proporem a

classificação ou a inventariação de bens culturais móveis e imóveis, competindo-lhes a classificação e a desclassificação de bens móveis e imóveis como de interesse municipal, podendo os últimos pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio. Todavia, a concretização da classificação carece de um parecer obrigatório, mas não vinculativo, dos competentes órgãos e serviços do Estado, ou das Regiões Autónomas se o município aí se situar, o que constitui um limite à autonomia municipal nesta área. No referente aos bens móveis, estes só podem ser classificados como de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários. Os municípios têm também um papel de relevo na promoção e no apoio à salvaguarda do património cultural imaterial através, nomeadamente, do poder para impulsionar a iniciativa para a inventariação daquelas manifestações, colaborando com a DGPC no procedimento de inventariação e através do desenvolvimento de medidas de salvaguarda.

VI. Em cômputo final verificamos que temos uma lei do Estado Novo – a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949 – que reconheceu aos municípios um papel importante na salvaguarda do património cultural, distinguindo legalmente os bens culturais cujo interesse se limita ao âmbito local; e duas leis da Terceira República – a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho e a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – que descentralizaram competências, dotando os municípios de poder para classificar os bens culturais de interesse municipal, marcando a segunda destas leis o momento em que o Estado reconhece que uma parte do património cultural deve passar a ser tutelado pelos municípios.

VII. O interesse que a Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949 documenta sobre o papel dos municípios na defesa do património cultural no âmbito do Estado Novo é, aparentemente, contraditório. A Segunda República caracterizou-se por dar relevância aos monumentos que identificou como uma identidade nacional, tributária do papel de Portugal no mundo durante os Descobrimentos e com a colonização. Nota-se uma polaridade entre o nacional e o local. Esta Lei, é como que um contraponto municipalista à ideia centralizadora do Estado Novo, com a construção de uma fruição cultural baseada numa simbologia dos grandes monumentos nacionais. O regime jurídico dos valores concelhios dá continuidade a uma ideia municipalista e de protecção das iniciativas locais, que de algum modo tenta controlar, através da competência para a classificação continuar a pertencer ao governo. Esta ideia centralizadora, com a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho e com a Lei n.º

107/2001, de 8 de Setembro, modificou-se dando plena competência aos municípios para a identificação dos bens culturais de interesse municipal.

VIII. Julgamos que a conclusão que se pode retirar é a de que, desde a publicação da Lei n.º 2:032, de 11 de Junho de 1949, até à edição da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, houve uma lenta mas constante e quantitativa descentralização de atribuições e de competências em prol dos municípios, dotando-os de responsabilidades próprias e exclusivas e de quase absoluta autonomia na área da salvaguarda do património cultural de interesse municipal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1721. Alvará de 20 de Agosto (Alvará em que se declarou, que incorresse nas mesmas penas dos que fabricam moeda falsa a pessoa, que desfizesse edifício, estatua, mármore, lamina, ou chapa, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros antigos, ou desfizer moeda, ou medalha antiga): <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/104/146/p109> [último acesso 21/03/2018].

1802. Alvará de 4 de Fevereiro (Alvará ordenando que se não desfaçam Estatuas, Cipos, &c. a beneficio da Real Biblioteca de Lisboa): <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p73> [último acesso 21/03/2018].

1911. Constituição Política da República Portuguesa (Promulgada pelo Decreto de 21 de Agosto de 1911). “DG I Série”. 195 (1911-08-22) 3525-3528: <https://dre.pt/application/file/a/607926> [último acesso 21/03/2018].

1924. Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro (Reorganiza os serviços de Belas Artes, que passam a coordenar as entidades que têm a seu cargo os serviços artísticos e arqueológicos do País e as suas relações com o Governo). “DG I Série”. 281 (1924-12-18) 1858-1863: <https://dre.pt/application/file/562563> [último acesso 21/03/2018].

1926. Decreto n.º 11:445, de 13 de Fevereiro (Regulamento da Lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924). “DG I Série”. 34 (1926-02-13) 135-147: <https://dre.pt/application/file/a/209279> [último acesso 21/03/2018].

1932. Decreto n.º 20:985, de 7 de Março (Organiza os Serviços de Belas Artes e estabelece normas para protecção dos bens imóveis classificados e respectivas zonas de protecção). “DG I Série”. 56 (1932-03-07) 431-436: <https://dre.pt/application/file/522951> [último acesso 21/03/2018].

1933. Constituição Política da República Portuguesa (Promulgada pelo Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933). “DG 1.º Suplemento, I Série”. 43 (1933-02-22) 227-236: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> [último acesso 21/03/2018].

1936. Código Administrativo (Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936). “DG I Série”. 306 (1936-12-31) 1773-1873: <https://dre.pt/application/file/a/331697> [último acesso 21/03/2018].

1948. Projecto de lei n.º 201, de 29 de Janeiro (Protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. 130 (1948-01-30) 221-237: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/03/130/1948-01-29> [último acesso 21/03/2018].

1948. Parecer n.º 28 da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei n.º 201 (Protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. Suplemento ao n.º 39 (1948-03-31) 392-(1)-392-(5): <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/03/139S1/1948-03-31> [último acesso 21/03/2018].

1949. Sessão n.º 167, em 24 de Fevereiro (Discussão na generalidade do projecto de lei n.º 201, sobre protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. 167 (1949-02-25) 103-129: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/167/1949-02-24> [último acesso 21/03/2018].

1949. Sessão n.º 169, em 4 de Março (Discussão na especialidade do projecto de lei n.º 201, sobre protecção e conservação dos valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal). “DS”. 169 (1949-03-05) 139-145: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/169/1949-03-04> [último acesso 21/03/2018].

1949. Decreto da Assembleia Nacional sobre protecção e conservação dos valores monumentais dos concelhos. “DS”. Suplemento ao n.º 199 (1949-05-21) 3: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/199S2/1949-05-21> [último acesso 21/03/2018].

1949. Lei n.º 2:032, de 11 de Junho (Promulga disposições sobre protecção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico concelhios). “DG I Série”. 125 (1949-06-11) 411: <https://dre.pt/application/file/258385> [último acesso 21/03/2018].

1951. Decreto-Lei n.º 38:382, de 7 de Agosto (Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas). “DG I Série”. 166 (1951-08-07) 715-729: <https://dre.pt/application/file/a/289115> [último acesso 21/03/2018].

1970. Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril (Procede à reforma do processo de licenciamento municipal de obras particulares). “DG I Série”. 88 (1970-04-15) 475-480: <https://dre.pt/application/file/a/225768> [último acesso 21/03/2018].

1976. UNESCO, Recomendação de Nairobi, de 26 de Novembro (Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea): <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> [último acesso 21/03/2018].

1977. Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro (Estabelece as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos). “DR I Série”. 247 (1977-10-25) 2564-2578: <https://dre.pt/application/file/277180> [último acesso 21/03/2018].

1979. Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho (Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural). “DR I Série”. 130 (1979-06-06) 1259-1272: <https://dre.pt/application/file/a/383370> [último acesso 21/03/2018].

1982. ICOMOS-Canada French-Speaking Committee, Declaração de Deschambault (Carta para a preservação do património do Quebec): <https://www.icomos.org/en/pub/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/3555-charter-for-the-preservation-of-quebec-s-heritage-2> [último acesso 21/03/2018].

1983. Projecto de lei n.º 85/III (Património Cultural Português). “DAR II Série”. 7 (1983-06-23) 218-226. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/01/007/1983-06-23/218?pgs=218-226&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

1984. Reunião Plenária, de 7 de Fevereiro (Discussão e votação na generalidade do projecto de lei n.º 85/III, sobre Património Cultural Português). “DAR I Série”. 72 (1984-02-08) 3185-3219: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/03/01/072/1984-02-07/3185?org=PLC&plcdf=true> [último acesso 21/03/2018].

1984. Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março (Estabelece a classificação dos municípios do continente e das regiões autónomas). “DR I Série”. 57 (1984-03-8) 781-785: <https://dre.pt/application/file/661194> [último acesso 21/03/2018].

1985. Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o projecto de lei n.º 85/III (Património Cultural Português). “DAR II Série”. 66 (1985-03-13) 2275-2285: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/02/066/1985-03-13/2275?pgs=2275-2285&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

1985. Reunião Plenária, de 21 de Março (Votação final global do projecto de lei n.º 85/III, sobre Património Cultural Português). “DAR I Série”. 60 (1985-03-22) 2471-2522. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/03/02/060/1985-03-22?pgs=&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

1985. Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho (Relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente). “JO” L 175/40 (1985-07-05) 9-17: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31985L0337&from=PT> [último acesso 21/03/2018].

1985. Decreto da Assembleia n.º 126/III (Património Cultural Português). “DAR II Série”. 95 (1985-05-29) 3110-3118: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/02/095/1985-05-29/3110?pgs=3110-3118&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

1985. Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (Património Cultural Português). “DR I Série”. 153 (1985-07-06) 1865-1874:

http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d546b344e53394d587a457a587a45354f4455756347526d&fich=L_13_1985.pdf&Inline=true [último acesso 21/03/2018].

1989. UNESCO, Draft Medium Term Plan (1990-1995):
<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000825/082539eb.pdf> [último acesso 21/03/2018].

1992. Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho (Visa a classificação de imóveis arqueológicos como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio). “DR I Série-B”. 126 (1992-06-01) 2648-(52)-2648-(54):
<https://dre.pt/application/file/181946> [último acesso 21/03/2018].

1993. Decreto n.º 45/93, de 30 de Novembro (Visa classificar diversos imóveis arqueológicos ou de relevante valor arquitectónico como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e valores concelhios). “DR I Série-B”. 280 (1993-11-30) 6698-6702:
<https://dre.pt/application/file/552252> [último acesso 21/03/2018].

1996. Decreto n.º 2/96, de 6 de Março (Procede à classificação de imóveis, aos quais foi reconhecido relevante interesse arquitectónico). “DR I Série-B”. 56 (1996-03-06) 448-457: <https://dre.pt/application/file/621175> [último acesso 21/03/2018].

1996. Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto (Regime jurídico da tutela administrativa). “DR I Série-A”. 177 (1996/08/01) 2234-2237: <https://dre.pt/application/file/a/407234> [último acesso 21/03/2018].

1997. Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho (Estabelece normas relativas ao património cultural subaquático). “DR I Série”. 146 (1997-06-27) 3140–3144: <https://dre.pt/application/file/a/162730> [último acesso 21/03/2018].

1999. Lei n.º 159/1999, de 14 de Setembro (Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais). “DR I Série”. 215 (1999-09-14) 6301-6307: <https://dre.pt/application/conteudo/570562> [último acesso 21/03/2018].

1999. Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro (Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias). “DAR I Série”. 219 (1999-09-18) 6436-6457: <https://dre.pt/application/conteudo/569886> [último acesso 21/03/2018].

2000. Conferência Internacional sobre Conservação, de 26 de Outubro - Carta de Cracóvia (Princípios para a conservação e o restauro do património construído): <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [último acesso 21/03/2018].

2000. Proposta de lei n.º 39/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 59 (2000-07-15) 1863-1884: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/01/059/2000-07-15/1863?pgs=1863-1884&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2000. Parecer da Comissão Permanente de Educação, Juventude, Cultura e Desportos da Assembleia Legislativa Regional da Madeira sobre a proposta de lei n.º 39/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 62 (2000-09-06) 2033-2034: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/01/062/2000-09-06/2033?pgs=2033-2034&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2001. Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre a proposta de lei n.º 39/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 26 (2001-01-18) 1182-1184: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/02/026/2001-01-18/1182?pgs=1182-1184&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2001. Reunião Plenária, de 5 de Janeiro (Discussão na generalidade, da proposta de lei n.º 39/VIII, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR I Série”. 36 (2001-01-06) 1453-1478: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/036/2001-01-05/1453?pgs=1455-1470&org=PLC&plcdf=true> [último acesso 21/03/2018].

2001. Reunião Plenária, de 18 de Janeiro (Votação na generalidade, da proposta de lei n.º 39/VIII, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR I Série”. 38 (2001-01-19) 1525-1571: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/038/2001-01-19/1555?pgs=1555&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2001. Relatório da votação na especialidade e texto final da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, sobre a proposta de lei n.º 39/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 77 (2001-07-19) 2450-2478: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/02/077/2001-07-19/2450?pgs=2450-2478&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2001. Reunião Plenária, de 17 de Julho (Votação final global, da proposta de lei n.º 39/VIII, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR I Série”. 105 (2001-07-18) 1-43: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/105/2001-07-17/4077?pgs=4112&org=PLC&plcdf=true> [último acesso 21/03/2018].

2001. Decreto n.º 168/VIII (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DAR II Série-A”. 82 (2001-08-28) 2590-2612: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/08/02/082/2001-08-28/2590?pgs=2590-2612&org=PLC> [último acesso 21/03/2018].

2001. Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). “DR I Série-A”. 209 (2001-09-08) 5808-5829: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d6a41774d53394d587a45774e3138794d4441784c6e426b5a673d3d&fich=L_107_2001.pdf&Inline=true [último acesso 21/03/2018].

2002. UNESCO, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> [último acesso 21/03/2018].

2008. Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 (Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005). “DR I Série”. 177 (2008-09-12) 6640-6652: <https://dre.pt/application/file/a/453922> [último acesso 21/03/2018].

2009. Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de Junho (Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural). “DR I Série”. 113 (2009-06-15) 3646-3647: <https://dre.pt/application/file/494683> [último acesso 21/03/2018].

2009. Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho (Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial). “DR I Série”. 113 (2009-06-15) 3647-3653: <https://dre.pt/application/conteudo/494544> [último acesso 21/03/2018].

2009. Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho (Estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal). “DR I Série”. 113 (2009-06-15) 3653-3659: <https://dre.pt/application/file/a/494681> [último acesso 21/03/2018].

2009. Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro (Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). “DR I Série”. 206 (2009-10-23) 7975-7987: <https://dre.pt/application/conteudo/483153> [último acesso 21/03/2018].

2011. Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro (Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República). “DR I Série”. 230 (2011/11/30) 5117-5128: <https://dre.pt/application/file/a/146285> [último acesso 21/03/2018].

2011. Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de Dezembro (Primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). “DR I Série”. 232 (2011-12-05) 5206: <https://dre.pt/application/conteudo/145271> [último acesso 21/03/2018].

2011. Directiva n.º 2011/92/EU do Parlamento e do Conselho, de 13 de Dezembro (Relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente). “JO” L 26 (2012-01-28) 1-21: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:026:0001:0021:pt:PDF>

[último acesso 21/03/2018].

2012. Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de Dezembro (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). “DR I Série”. 251 (2012-12-28) 7273: <https://dre.pt/application/conteudo/190388> [último acesso 21/03/2018].

2014. Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Define as bases da política de ambiente). “DR I Série”. 73 (2014-04-14) 2400 – 2404: <https://dre.pt/application/file/a/25344136> [último acesso 21/03/2018].

2015. Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto (Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis). “DR I Série”. 150 (2015-08-04) 5347-5361: <https://dre.pt/application/file/a/69935231> [último acesso 21/03/2018].

2015. Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial). “DR I Série”. 150 (2015-08-04) 5361-5371: <https://dre.pt/application/conteudo/69935162> [último acesso 21/03/2018].

2015. Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro (Revê o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Acção Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente). “DR I Série”. 193 (2015/10/02) 8588-(12) – 8588-(108): <https://dre.pt/application/file/a/70441118> [último acesso 21/03/2018].

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRINO, José de Melo, «O Conceito de Bem Cultural» *in Direito da Cultura e do Património Cultural*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 223-244.

ALEXANDRINO, José de Melo, «Uma Nova Lei de Bases para o Património» *in Legislação*, n.º 24, Janeiro-Março de 1999, pp. 5-44.

AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª ed, Coimbra, Almedina, 2015.

BARRANHA, Helena (org.), *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST Press e ICOMOS-Portugal, 2016.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As Escolas Históricas*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003.

BRITO, Miguel Nogueira de, «O Procedimento de Classificação de Bens Culturais» *in Direito da Cultura e do Património Cultural*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 415-436 (também publicado nos *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, Coimbra, Almedina, pp. 1087-1107).

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa. Lei do Tribunal Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

CLARO, João Martins, «A revisão da Lei de Bases do Património Cultural» *in II Encontro Nacional, A Conservação e o Restauro do Património. Riscos, Prevenção, Segurança, Ética e Lei*, ARP, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Novembro 2000, pp. 79-84.

CLARO, João Martins, «Aspectos Jurídicos do Património Cultural Imaterial» *in Museus e Património Imaterial*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, pp. 139-149.

CLARO, João Martins, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 278-328.

CORREIA, José Manuel Sérvulo, «Procedimento de classificação de bens culturais» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 329-353.

CORREIA, Fernando Alves, «Propriedade de bens culturais: restrições de utilidade pública, expropriações e servidões administrativas» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 393-418.

CUCHE, Denys, *A noção de cultura nas ciências sociais*, Lisboa, Fim de Século, 2000.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR, 2010.

CUSTÓDIO, Jorge, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)» in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, pp. 33-71.

CUSTÓDIO, Jorge, “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dirs.), *Conceitos-chave de museologia*, São Paulo, ICOM, 2013:
http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf [último acesso 21/03/2018].

EAGLETON, Terry, *A ideia de cultura*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

ELIOT, Thomas Stearns, *Notes Towards the Definition of Culture*, London, Faber & Faber, 1948.

FOLQUE, André (coord.), *O Provedor de Justiça: Património e direitos culturais*, Lisboa, Provedor de Justiça – Divisão de Documentação, 2013.

FRANÇA, José-Augusto, «O património cultural – sentido e evolução» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 23-39.

GIANNINI, Massimo Severo, «I beni culturali» in *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 1976, pp. 3-38.

IRELLI, Cerulli, «Beni Culturali, Diritti Colletivi e Proprietà Pubblica» in *Scritti in Onore di Massimo Severo Giannini*, Vol. I, Milano, Giuffrè, 1988.

LOPES, Flávio, *Património Arquitetónico e Arqueológico – Noção e Normas de Proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar - Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998.

MOURÃO-FERREIRA, David, *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

OLIVEIRA, Cândido de, *Direito das Autarquias Locais*, 2ª ed, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 1992.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal» in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, 1996, pp. 205-251.

RIBEIRO, Carla Marques, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural - em especial os museus*, Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, «Sobre os bens meritórios» in *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XXXIX, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 381-386.

RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments*, Paris, Seuil, 1984.

ROLLA, Giancarlo, «Beni culturali e funzione sociale» in *Scritti in Onore di Massimo Severo Giannini*, vol. II, Milano, Giuffrè, 1988.

SAMPAIO, Jorge, «O Poder Local» in *30 Anos de Poder Local na Constituição de República Portuguesa – Ciclo de Conferências*, Governo Civil do Distrito de Braga, 2007, pp. 361-369.

SARAIVA, José de Sá Nogueira, «Regime jurídico do património monumental da nação» in *Boletim Oficial do Ministério da Educação Nacional*, Outubro – Dezembro, Lisboa, 1972, pp. 51-114.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, António Henrique (dirs.), *Nova História de Portugal: Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique, *Dicionário de conceitos históricos*, São Paulo, Contexto, 2009.

SOROMENHO, Miguel; SILVA, Nuno Vassalo e, «Da Idade Média ao Século XVII» in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, 1993, pp. 22-33.

WILLIAMS, Raymond, *Keywords: a vocabulary of culture and society*, London, Fontana Paperback, 1976.

WEBGRAFIA

<http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?15;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

<http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/generic/cherche.exe?39;s=835630920> [último acesso 19/01/2018].

<http://www.cnrtl.fr/etymologie/culture> [último acesso 19/01/2018].

<http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/patrimoine/77550>. [último acesso 19/01/2018].

<http://www.littre.org/definition/culture> [último acesso 19/01/2018].

<http://www.littre.org/definition/patrimoine> [último acesso 19/01/2018].

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=29504> [último acesso 19/01/2018].

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=4467> [último acesso 19/01/2018].

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=5958> [último acesso 19/01/2018].

ANEXOS

ANEXO 1. Procedimento de classificação de bens culturais imóveis.

Fontes: Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro (Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). “D.R. I Série”. 206 (2009-10-23) 7975-7987: <https://dre.pt/application/conteudo/483153> [último acesso 21/03/2018]; BRITO, Miguel Nogueira de, «O Procedimento de Classificação de Bens Culturais» in *Direito da Cultura e do Património Cultural*, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, 2011, pp. 417-436; LOPES, *op. cit.*, pp. 69-78; NABAIS, *op. cit.*, pp. 157 – 164.

O procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, em desenvolvimento do disposto entre os artigos 23.º e 30.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Importa referir que os artigos citados daqui em diante, sem referência expressa da sua fonte, provêm do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

Em conformidade com o artigo 4.º, a iniciativa do procedimento inicia-se oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, nos termos do artigo 25.º da LBPC. Realiza-se através de um requerimento inicial, formulado por escrito e apresentado à DGPC, nos termos do artigo 5.º, sendo o modelo disponibilizado pela DGPC e direcções regionais de cultura nas respectivas páginas electrónicas, nos termos do artigo 6.º. O mesmo procedimento é efectuado pelas câmaras municipais quando se tratem de iniciativas de classificação de bens imóveis de interesse municipal.

Conforme dispõe o artigo 7.º, no prazo de 20 dias contando da recepção do requerimento inicial, a DGPC, em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente, verifica se o mesmo se encontra instruído com a totalidade dos elementos exigidos. Se a verificação do requerimento resultar a sua não conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, aqueles órgãos podem solicitar ao requerente a prestação de informações ou elementos complementares, bem como o aditamento ou a reformulação do requerimento, fixando-se para tal o prazo de 10 a 45 dias, sob pena de indeferimento liminar, ou pode, caso a inconformidade com os requisitos seja insusceptível de suprimento ou correcção, indeferir liminarmente o pedido, com a consequente extinção do procedimento. Quando não se verifique a necessidade de indeferir o pedido, os mesmos órgãos podem convocar o requerente para a realização de uma conferência instrutória na qual são abordados os aspectos necessários para a boa decisão do pedido.

Nos termos do artigo 8.º, a DGPC decide o pedido de abertura do procedimento de classificação ou o seu arquivamento no prazo de 60 dias a contar da data de apresentação do requerimento inicial, prazo prorrogável, por igual período, quando seja necessário definir uma zona especial de protecção provisória.

Em conformidade com o artigo 9.º, a DGPC notifica o proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o imóvel, a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel e, quando diferente, o requerente da decisão de abertura do procedimento de classificação.

A mesma é divulgada nas páginas electrónicas da DGPC, da direcção regional de cultura territorialmente competente e da câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel, bem como no respectivo boletim municipal, nos termos do artigo 11.º.

Por sua vez, a decisão de arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação é notificada ao requerente, conforme o artigo 12.º. Sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, dispõe o artigo 13.º que o interessado pode reclamar ou interpor recurso tutelar do acto que decide a abertura do procedimento de classificação ou o arquivamento do pedido, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Um bem imóvel é considerado em vias de classificação a partir da notificação da decisão de abertura do respectivo procedimento de classificação ou da publicação do respectivo anúncio e fica ao abrigo dos efeitos previstos no artigo 14.º. Consoante o artigo 15.º, ficam suspensos os procedimentos de concessão de licença ou autorização e de admissão de comunicações prévias, bem como os efeitos de licença ou autorização já concedidas e de comunicações prévias já admitidas, previstos no artigo 42.º, da LBPC, suspensão que se mantém até à decisão final do procedimento de classificação, salvo se outro prazo for estabelecido na decisão de abertura do respectivo procedimento de classificação. Igual regime de suspensão aplica-se aos bens imóveis situados na zona geral de protecção ou na zona especial de protecção provisória, segundo o artigo 16.º.

Seguidamente decorre a fase de instrução do procedimento de classificação de bem imóvel, durante a qual a DGPC elabora os estudos necessários e realiza as diligências que entender convenientes, conforme prevê o artigo 18.º, no prazo de um ano, nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da LBPC, prazo que pode ser prorrogado, por uma só vez e por igual período, mediante despacho fundamentado do director da DGPC, nos termos do artigo 19.º. Relativamente aos bens de interesse municipal, as diligências instrutórias são realizadas pelas câmaras municipais.

Na sequência das diligências instrutórias, o proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o bem imóvel em vias de classificação deve autorizar o acesso a este bem, permitir a respectiva vistoria, o registo topográfico, fotográfico ou videográfico, bem como a utilização de métodos não intrusivos de detecção arqueológica, na medida do estritamente necessário para a instrução do procedimento de classificação, de acordo com o artigo 20.º, n.º 1. Em caso de recusa de acesso ao bem imóvel ou de impedimento da realização das diligências necessárias, a DGPC pode requerer suprimimento judicial da autorização, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo.

Na instrução do procedimento de classificação, a DGPC, verifica e documenta o interesse cultural relevante do bem imóvel, designadamente nos seguintes domínios: histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, artístico, etnográfico, científico, social, industrial e técnico. A classificação com o grau de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal deve ser justificada em função do valor cultural do bem imóvel na perspectiva da sua protecção e valorização, conforme dispõe o artigo 21.º.

Nos termos do artigo 22.º, o procedimento de classificação de um bem imóvel e, quando definida, da respectiva zona especial de protecção é obrigatoriamente sujeito a parecer do órgão consultivo do Ministério da Cultura. A deliberação do órgão consultivo refere, de forma especificada e fundamentada, o interesse cultural relevante do bem imóvel e os demais critérios de apreciação aplicáveis, a respectiva categoria e graduação da classificação, bem como a amplitude e a onerosidade da zona especial de protecção proposta.

Uma vez emitido o parecer previsto, a DGPC, elabora projecto de decisão de classificação do bem imóvel como de interesse nacional ou de interesse público ou determina o arquivamento do procedimento, conforme dispõe o artigo 23.º. Nos termos do artigo 24.º, no caso de arquivamento do procedimento os interessados são notificados, bem como as entidades referidas

no artigo 10.º. Qualquer interessado pode reclamar ou interpor recurso tutelar do acto que decide o arquivamento, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

Nos termos do disposto entre os artigos 25.º e 28.º, o projecto de decisão de classificação de bem imóvel e, quando definida, da respectiva zona especial de protecção, é sujeito a audiência prévia dos interessados e da câmara municipal respectiva, revestindo a forma de consulta pública quando o número de interessados for superior a 10, com um prazo para pronúncia não inferior a 30 dias. A audiência prévia é objecto de notificação e publicação em Diário da República. Quando se trate de projectos de decisão sobre a classificação de imóveis de interesse municipal, a audiência prévia é notificada e publicada em boletim municipal. As observações suscitadas no âmbito da audiência dos interessados e da câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel são apresentadas junto da direcção regional de cultura territorialmente competente que se pronuncia sobre os respectivos fundamentos e as remete no prazo de 15 dias, à DGPC.

Terminada a audiência prévia, chega a fase de conclusão do procedimento de classificação de bem imóvel. De acordo com o artigo 29.º, a DGPC elabora um relatório final do procedimento onde se apreciam: as observações apresentadas no âmbito da audiência prévia e pela câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel; a pronúncia da direcção regional de cultura territorialmente competente e o resultado de eventuais diligências complementares. Com base no relatório final, o director da DGPC formula uma proposta de decisão final do procedimento de classificação, bem como, quando possível, de fixação de zona especial de protecção.

Nos termos dos artigos 30.º a 33.º, a decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse nacional cabe ao Governo, sob forma de decreto, mediante proposta do membro do Governo responsável pela área da cultura. A decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse público e, quando definida em simultâneo, da zona especial de protecção, compete ao membro do Governo responsável pela área da cultura, sob a forma de portaria. Por seu turno, a decisão final de classificação de bens de interesse municipal compete à câmara municipal e é publicada em boletim municipal. O decreto do Governo e a portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura são publicados no Diário da República e indicam, de forma resumida, o respectivo conteúdo e objecto, incluindo a planta de localização e implantação do bem imóvel classificado, bem como, quando existente, o património móvel integrado. Os bens imóveis classificados são identificados através de placa informativa e sinalética adequadas para o efeito. A placa informativa e sinalética referidas, bem como as regras de afixação, são aprovadas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais, das obras públicas e da cultura, ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

ANEXO 2 - Procedimento de classificação de bens culturais móveis.

Fonte: Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto (Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis). “D.R. I Série”. 150 (2015-08-04) 5347-5361: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/69935161/details/maximized> [último acesso 21/03/2018].

O procedimento de classificação dos bens móveis de interesse cultural é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto, em desenvolvimento do disposto entre os artigos 23.º e 30.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Refira-se que os artigos citados daqui em diante, sem menção expressa da sua fonte, provêm do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto.

Em conformidade com o artigo 5.º, o procedimento administrativo de classificação de um bem móvel, ou de um conjunto de bens móveis, inicia-se oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, nos termos do artigo 25.º, da LBPC. O requerimento inicial é formulado por escrito e apresentado junto da administração patrimonial competente, em função da natureza do bem ou conjunto dos bens, por via electrónica, através de formulário próprio disponibilizado na respectiva página electrónica e no Balcão único electrónico, conforme dispõe o artigo 6.º.

Nos termos do artigo 7.º, no prazo de 20 dias a contar da recepção do requerimento inicial, a administração patrimonial competente verifica se o mesmo se encontra instruído com a totalidade dos elementos exigidos. Se da verificação do requerimento resultar a sua não conformidade com os requisitos aplicáveis, a administração patrimonial competente, no prazo previsto: solicita ao requerente, por uma única vez, a prestação de informações ou elementos complementares, bem como o aditamento ou a reformulação do requerimento, sob pena de indeferimento, fixando o prazo entre 10 e 45 dias para o requerente corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar, suspendendo-se o prazo de decisão do pedido de abertura do procedimento de classificação; ou indefere liminarmente o pedido, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os requisitos exigidos for insusceptível de suprimimento ou correcção.

A administração patrimonial competente pode, ainda, no prazo de 20 dias a contar da recepção do requerimento inicial, convocar o requerente para a realização de uma conferência instrutória na qual são abordados os aspectos necessários para a boa decisão do pedido. No prazo de 10 dias a contar da junção ao processo de elementos adicionais pelo requerente, no caso previsto, se subsistir a não conformidade com os condicionalismos legais e regulamentares que impossibilite a apreciação do requerimento, a administração patrimonial competente indefere-o liminarmente. O requerente pode solicitar a dispensa de apresentação de elementos instrutórios que se encontrem já detidos pela administração patrimonial ou por outros serviços ou organismos da Administração Pública, nos termos do artigo 28.º -A, do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de Março, 72 -A/2010, de 18 de Junho, e 73/2014, de 13 de Maio.

Em conformidade com o artigo 8.º, o dirigente máximo da administração patrimonial competente decide o pedido de abertura do procedimento de classificação ou o seu arquivamento no prazo de 60 dias a contar da data de apresentação do requerimento inicial, sem prejuízo do disposto anteriormente. Nas situações previstas nos n.ºs 10 e 11 do artigo 3.º, o pedido de abertura do procedimento deve ser liminarmente indeferido sempre que a administração patrimonial competente tenha conhecimento, respectivamente, de que o bem se encontra em território

nacional a título de importação ou admissão temporária ou de que o proprietário não consente na sua classificação.

Aquando do arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação, a decisão é notificada ao requerente, nos termos do artigo 9.º. Em caso de decisão de abertura do procedimento de classificação, a administração patrimonial competente notifica o proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o bem móvel ou conjunto de bens móveis e, quando diferente, o requerente. A notificação indica o conteúdo e objecto da decisão de abertura do procedimento de classificação; e os efeitos da abertura do procedimento, nos termos do artigo 10.º.

Em conformidade com o artigo 11.º, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, o interessado pode reclamar ou interpor recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, do acto que decide o arquivamento do pedido ou do acto que determina a abertura do procedimento de classificação. A reclamação ou o recurso referidos não suspendem os efeitos da abertura do procedimento.

Igual procedimento é efectuado pelas câmaras municipais quando se tratem de iniciativas de classificação de bens móveis de interesse municipal. Nesta medida, nos termos do artigo 31.º, n.ºs 1 e 2, a intenção de abertura de procedimento de classificação deve ser comunicada pela câmara municipal à administração patrimonial competente em função da natureza dos bens, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 2.º. No prazo de 30 dias a contar da recepção da comunicação referida, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da câmara municipal, a administração patrimonial competente comunica à câmara municipal que o bem, ou conjunto de bens, não reveste valor cultural que justifique a sua classificação como de interesse nacional, nem como de interesse público ou determina a abertura de procedimento administrativo de classificação de interesse nacional ou de interesse público, dando conhecimento do despacho de abertura do procedimento à câmara municipal. O pedido de esclarecimentos previsto tem efeito suspensivo.

De acordo com o artigo 12.º, um bem móvel, ou conjunto de bens móveis, é considerado em vias de classificação a partir da notificação da decisão de abertura do respectivo procedimento de classificação ou da publicação do anúncio no *Diário da República*, consoante aquela que ocorra em primeiro lugar, nos termos previstos no artigo 10.º, ou em boletim municipal, quando se trate de bens móveis, ou conjunto de bens móveis, em vias de classificação como de interesse municipal.

Os bens móveis em vias de classificação ficam ao abrigo, designadamente: do dever de comunicação de situações de perigo que os ameacem ou que possam afectar o seu interesse como bens culturais, nos termos do artigo 32.º, da LBPC; da prática dos actos ou operações materiais indispensáveis à sua salvaguarda no âmbito do decretamento de medidas provisórias ou de medidas técnicas de salvaguarda, nos termos do artigo 33.º, da LBPC; da insusceptibilidade de usucapião, nos termos do artigo 34.º, da LBPC; do dever de comunicação prévia da alienação, da constituição de outro direito real de gozo ou de dação em pagamento, nos termos do n.º 1, do artigo 36.º, da LBPC; do dever de comunicação da transmissão por herança ou legado, nos termos do n.º 2, do artigo 36.º, da LBPC; do dever de comunicação da mudança de lugar dos bens ou de qualquer outra circunstância que afecte a sua posse ou guarda, nos termos do artigo 57.º, da LBPC; e das regras estabelecidas para as intervenções de conservação e restauro, nos termos do artigo 59.º, da LBPC, e do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho.

Aberto o procedimento de classificação, a administração patrimonial competente elabora os estudos necessários e realiza as diligências que entender convenientes para o seu rápido e eficaz andamento, podendo ser estabelecidas formas de cooperação, designadamente com as direcções

regionais de cultura, estabelecimentos de investigação e de ensino superior ou outras entidades de reconhecido mérito na salvaguarda do património cultural móvel, nos termos do artigo 13.º.

Em conformidade com o artigo 31.º, n.º 5, quando se trate de bens móveis, ou conjunto de bens móveis, em vias de classificação como de interesse municipal, a câmara municipal procede à instrução do procedimento e elabora projecto fundamentado de decisão de classificação ou determina o seu arquivamento.

Na sequência das diligências instrutórias, o dirigente máximo da administração patrimonial competente pode determinar, mediante despacho fundamentado, a prorrogação do prazo previsto no n.º 2, do artigo 24.º, da LBPC, por uma só vez e por igual período, sendo esta notificada nos termos do n.º 1, do artigo 10.º, e divulgada na página electrónica da administração patrimonial competente, conforme dispõe o artigo 14.º.

O proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre bens móveis em vias de classificação devem facultar o acesso aos bens, designadamente para efeitos do respectivo registo documental, na medida do estritamente necessário para a instrução do procedimento de classificação. Em caso de recusa de acesso ou de impedimento da realização das diligências previstas, a administração patrimonial competente pode requerer o suprimento judicial da autorização, nos termos do artigo 15.º.

Na instrução do procedimento de classificação, conforme dispõe o artigo 16.º, a administração patrimonial competente verifica e documenta o interesse cultural relevante do bem móvel, designadamente nos seguintes domínios: artístico; arqueológico; científico; documental; etnográfico; histórico; industrial; linguístico; paleontológico; social; e técnico. O interesse cultural relevante documentado deve demonstrar, separada ou conjuntamente, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, criatividade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Além do valor cultural que, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 15.º, da LBPC, justifica a respectiva graduação, na instrução do procedimento de classificação, são, ainda, identificados e tidos em conta, separada ou cumulativamente, os seguintes critérios: o carácter matricial do bem; o génio do respectivo criador; o interesse do bem enquanto testemunho notável de vivências ou factos históricos; o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; a importância do bem na perspectiva da sua investigação histórica e científica e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; as circunstâncias susceptíveis de provocarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem; a efectiva necessidade de protecção e valorização do bem; a proximidade da matriz ou versão originais; os processos utilizados na criação ou produção do bem; e o estado de conservação do bem.

Nos termos do artigo 19.º, o arquivamento do procedimento de classificação deve ser notificado aos interessados e publicitado nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4, do artigo 10.º. Sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, qualquer interessado pode reclamar ou interpor recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, do acto que decide o arquivamento do procedimento de classificação.

O projecto de decisão final de classificação é sujeito a audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto no artigo 20.º. A audiência prévia obedece ao disposto no Código do Procedimento Administrativo, revestindo a forma de consulta pública quando o número de interessados for superior a 10 e é objecto de notificação e publicação nos termos do artigo 10.º. A notificação e a publicação para a audiência prévia indicam: o sentido do projecto de decisão; o local onde os interessados podem consultar o processo administrativo; e o prazo para os interessados se pronunciarem, o qual não pode ser inferior a 30 dias. Sem prejuízo do disposto, a administração patrimonial competente deve disponibilizar na respectiva página electrónica os elementos relevantes do projecto de decisão em relação à classificação, bem como a indicação do

termo do prazo da audiência prévia. Finda a audiência dos interessados, é elaborado um relatório final do procedimento, nos termos do n.º 1, do artigo 22.º. Ao arquivamento do procedimento aplica-se o disposto no artigo 19.º.

A decisão final do procedimento de classificação de um bem móvel, ou de um conjunto de bens móveis, como de interesse municipal cabe à câmara municipal. A decisão final é notificada nos termos do n.º 1, do artigo 10.º, devendo a notificação indicar expressamente os efeitos decorrentes do acto de classificação, designadamente quanto aos direitos e deveres previstos no artigo 33.º. Relativamente aos efeitos da classificação, os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens classificados como de interesse municipal gozam dos seguintes direitos: o direito de informação quanto aos actos dos órgãos municipais que possam repercutir-se no âmbito da respectiva esfera jurídica; o direito de conhecer as prioridades e as medidas políticas já estabelecidas pelos órgãos municipais para a conservação e valorização do património cultural; o direito a uma indemnização sempre que do acto de classificação resultar uma proibição ou uma restrição grave à utilização habitualmente dada aos bens; o direito de requerer a expropriação, desde que a lei o preveja; o direito aos benefícios e incentivos fiscais legalmente estabelecidos; o direito a programas de apoio que sejam definidos pelos órgãos municipais; o direito à isenção emolumentar prevista na LBPC, nos actos que tenham por objecto os bens classificados; e o direito à protecção de dados, nos termos do n.º 9, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de Agosto.

Na mesma senda, sobre os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens classificados como de interesse municipal incidem os seguintes deveres: o dever de comunicar à câmara municipal situações de perigo que ameacem os bens ou que possam afectar o seu interesse como bens culturais; o dever de conservar, cuidar e proteger devidamente os bens, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração; o dever de adequar o destino, o aproveitamento e a utilização dos bens à garantia da respectiva conservação; o dever de prévia comunicação escrita à câmara municipal da alienação, constituição de outro direito real de gozo ou dação em pagamento dos bens classificados, nomeadamente para efeitos do disposto no artigo 37.º, da LBPC, quanto ao direito de preferência; o dever de comunicação à câmara municipal, pelo cabeça de casal e no prazo de três meses sobre a data de abertura da sucessão, da transmissão dos bens por herança ou legado; o dever de comunicação à câmara municipal a mudança de lugar ou qualquer circunstância que afecte a posse ou guarda dos bens; o dever de sujeitar a autorização prévia da câmara municipal o desmembramento ou dispersão de partes integrantes dos bens, conjuntos ou colecções; o dever de sujeitar a autorização prévia da câmara municipal quaisquer intervenções que visem a alteração, conservação ou restauro dos bens, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 16 de Junho; e o dever de praticar os actos ou operações materiais indispensáveis à salvaguarda dos bens no âmbito do decretamento de medidas provisórias pela câmara municipal, nos termos do artigo 33.º, da LBPC.

Em caso de incumprimento dos deveres referidos, susceptível de acarretar um risco sério de degradação ou dispersão dos bens móveis classificados como de interesse municipal, pode ser determinada a sua transferência, a título de depósito, para a guarda de bibliotecas, arquivos ou museus municipais, nos termos do n.º 2, do artigo 58.º, da LBPC.

Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais de gozo sobre bens móveis classificados como de interesse municipal podem celebrar acordos com os órgãos municipais e com a administração patrimonial competente, definida pela lei, nomeadamente para o depósito dos bens ou sua fruição pública, em condições de segurança, em museus, bibliotecas ou arquivos, assim como para a obtenção de apoio técnico no âmbito da preservação ou conservação dos bens. Importa acrescentar que os bens móveis classificados de interesse municipal são insusceptíveis de aquisição por usucapião.

A decisão final deve, igualmente, ser publicitada, nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais, identificando o bem móvel, ou conjunto de bens móveis, sempre com observância do disposto no n.º 9, do artigo 3.º e, de forma resumida, fundamentando a sua classificação. A decisão final é comunicada pela câmara municipal às entidades competentes, em função da natureza dos bens, nos termos da alínea *a*), do n.º 1, do artigo 2.º.

Nos termos do artigo 34.º, à caducidade do procedimento de classificação de bem móvel de interesse municipal aplica-se o disposto no artigo 27.º.

Ao procedimento de desclassificação de bem classificado de interesse municipal aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 30.º, nos n.ºs 1 e 5, do artigo 31.º e no artigo 32.º, conforme dispõe o artigo 35.º.

ANEXO 3 - Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural).

Fonte: “D.R. I Série”. 209 (2001-09-08) 5808-5829: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> [último acesso 21/03/2018].

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

TÍTULO I

Dos princípios basilares

Artigo 1.º

Objecto

1 - A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2 - A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 - Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 - Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 - Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 - Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 - O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 - A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Artigo 3.º

Tarefa fundamental do Estado

1 - Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2 - O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 - O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º

Contratualização da administração do património cultural

1 - Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2 - Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação.

3 - Com as pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância e com as entidades incumbidas da respectiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4 - O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de propriedade do Estado e com afectação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé.

Artigo 5.º

Identities culturais

1 - No âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado Português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sito no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.

2 - O Estado Português contribui, ainda, para a preservação e salvaguarda do património cultural sito fora do espaço lusófono que constitua testemunho de especial importância de civilização e de cultura portuguesas.

3 - A política do património cultural visa, em termos específicos, a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia e do património cultural de valor universal excepcional, em particular quando se trate de bens culturais que integrem o património cultural português ou que com este apresentem conexões significativas.

Artigo 6.º

Outros princípios gerais

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de:

- a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação;
- b) Planeamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adaptadas resultam de uma prévia e adequada planificação e programação;
- c) Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo;

- d) Eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objectivos previstos e estabelecidos;
- e) Inspecção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural;
- f) Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;
- g) Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ónus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de protecção e valorização do património cultural;
- h) Responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos actos susceptíveis de afectar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural;
- i) Cooperação internacional, reconhecendo e dando efectividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional.

TÍTULO II

Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos

Artigo 7.º

Direito à fruição do património cultural

- 1 - Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.
- 2 - A fruição por terceiros de bens culturais, cujo suporte constitua objecto de propriedade privada ou outro direito real de gozo, depende de modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas.
- 3 - A fruição pública dos bens culturais deve ser harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes.
- 4 - O Estado respeita, também, como modo de fruição cultural o uso litúrgico, devocional, catequético e educativo dos bens culturais afectos a finalidades de utilização religiosa.

Artigo 8.º

Colaboração entre a Administração Pública e os particulares

As pessoas colectivas de direito público colaborarão com os detentores de bens culturais, por forma que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a actuação pública, à luz dos objectivos de protecção e valorização do património cultural, e beneficiem de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais.

Artigo 9.º

Garantias dos administrados

1 - Aos titulares de direitos e interesses legalmente protegidos sobre bens culturais, ou outros valores integrantes do património cultural, lesados por actos jurídicos ou materiais da Administração Pública ou de entidades em que esta delegar tarefas nos termos do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 26.º são reconhecidas as garantias gerais dos administrados, nomeadamente:

a) O direito de promover a impugnação dos actos administrativos e das normas emitidas no desempenho da função administrativa;

b) O direito de propor acções administrativas;

c) O direito de desencadear meios processuais de natureza cautelar, incluindo os previstos na lei de processo civil quando os meios específicos do contencioso administrativo não puderem proporcionar uma tutela provisória adequada;

d) O direito de apresentação de denúncia, queixa ou participação ao Ministério Público e de queixa ao Provedor de Justiça.

2 - É reconhecido, nos termos da lei geral, o direito de participação procedimental e de acção popular para a protecção de bens culturais ou outros valores integrantes do património cultural.

3 - Sem prejuízo da iniciativa processual dos lesados e do exercício da acção popular, compete também ao Ministério Público a defesa dos bens culturais e de outros valores integrantes do património cultural contra lesões violadoras do direito, através, nomeadamente, do exercício dos meios processuais referidos no n.º 1 do presente artigo.

4 - O direito de acção popular inclui a utilização de embargo judicial de obra, trabalho ou serviço novo iniciados em qualquer bem cultural contra o disposto na presente lei e nas restantes normas do direito do património cultural, bem como o emprego de quaisquer outros procedimentos cautelares adequados, nos termos da alínea c) do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 10.º

Estruturas associativas de defesa do património cultural

1 - Para além dos contributos individuais, a participação dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e outras organizações de direito associativo.

2 - Para os efeitos da presente lei, entende-se por estruturas associativas de defesa do património cultural as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral e em cujos estatutos conste como objectivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida.

3 - As estruturas associativas de defesa do património cultural são de âmbito nacional, regional ou local e de representatividade genérica ou específica, nos termos da lei que as regular.

4 - As estruturas associativas de defesa do património cultural gozam do direito de participação, informação e acção popular, nos termos da presente lei, da lei que as regular e da lei geral.

5 - A Administração Pública e as estruturas associativas de defesa do património cultural colaborarão em planos e acções que respeitem à protecção e à valorização do património cultural.

6 - As administrações central, regional e local poderão ajustar com as estruturas associativas de defesa do património cultural formas de apoio a iniciativas levadas a cabo por estas últimas, em particular no domínio da informação e formação dos cidadãos.

7 - As estruturas associativas de defesa do património cultural gozam dos incentivos e benefícios fiscais atribuídos pela legislação tributária às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

Artigo 11.º

Dever de preservação, defesa e valorização do património cultural

1 - Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2 - Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3 - Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.

TÍTULO III

Dos objectivos

Artigo 12.º

Finalidades da protecção e valorização do património cultural

1 - Como tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, a protecção e a valorização do património cultural visam:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;
- b) Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional;
- c) Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local;

d) Defender a qualidade ambiental e paisagística.

2 - Constituem objectivos primários da política de património cultural o conhecimento, a protecção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respectivos contextos.

Artigo 13.º

Componentes específicas da política do património cultural

A política do património cultural deverá integrar especificamente, entre outras, as seguintes componentes:

- a) Definição de orientações estratégicas para todas as áreas do património cultural;
- b) Definição, através de planos, programas e directrizes, das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural;
- c) Definição e mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à consecução dos objectivos e das prioridades estabelecidas;
- d) Definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações;
- e) Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais;
- f) Definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação;
- g) Adopção de medidas de fomento à criação cultural.

TÍTULO IV

Dos bens culturais e das formas de protecção

Artigo 14.º

Bens culturais

1 - Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.os 1, 3 e 5 do artigo 2.º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

2 - Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.

Artigo 15.º

Categorias de bens

- 1 - Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.
- 2 - Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- 3 - Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional».
- 4 - Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.
- 5 - Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.
- 6 - Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.
- 7 - Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.
- 8 - A existência das categorias e designações referidas neste artigo não prejudica a eventual relevância de outras, designadamente quando previstas no direito internacional.

Artigo 16.º

Formas de protecção dos bens culturais

- 1 - A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.
- 2 - Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:
 - a) O registo patrimonial de classificação;
 - b) O registo patrimonial de inventário.
- 3 - A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural.

Artigo 17.º

Critérios genéricos de apreciação

Para a classificação ou a inventariação, em qualquer uma das categorias referidas no artigo 15.º, serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respectivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Artigo 18.º

Classificação

1 - Entende-se por classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

2 - Os bens móveis pertencentes a particulares só podem ser classificados como de interesse nacional quando a sua degradação ou o seu extravio constituam perda irreparável para o património cultural.

3 - Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.

4 - Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários.

Artigo 19.º

Inventariação

1 - Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação.

2 - O inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada.

3 - O inventário inclui os bens classificados e os que, de acordo com os n.os 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º, mereçam ser inventariados.

4 - O inventário abrange duas partes: o inventário de bens públicos, referente aos bens de propriedade do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, e o inventário de bens de particulares, referente aos bens de propriedade de pessoas colectivas privadas e de pessoas singulares.

5 - Só a título excepcional, e mediante despacho devidamente justificado do membro do governo central ou regional responsável pela área da cultura, os bens não classificados pertencentes a pessoas colectivas privadas e as pessoas singulares serão incluídos no inventário sem o acordo destas.

6 - Ficarão a constar do inventário independentemente do desfecho do procedimento os bens que se encontrem em vias de classificação.

TÍTULO V

Do regime geral de protecção dos bens culturais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Direitos e deveres especiais

Artigo 20.º

Direitos especiais dos detentores

Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados gozam, entre outros, dos seguintes direitos específicos:

- a) O direito de informação quanto aos actos da administração do património cultural que possam repercutir-se no âmbito da respectiva esfera jurídica;
- b) O direito de conhecer as prioridades e as medidas políticas já estabelecidas para a conservação e valorização do património cultural;

- c) O direito de se pronunciar sobre a definição da política e de colaborar na gestão do património cultural, pelas formas organizatórias e nos termos procedimentais que a lei definir;
- d) O direito a uma indemnização sempre que do acto de classificação resultar uma proibição ou uma restrição grave à utilização habitualmente dada ao bem;
- e) O direito de requerer a expropriação, desde que a lei o preveja.

Artigo 21.º

Deveres especiais dos detentores

1 - Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados estão especificamente adstritos aos seguintes deveres:

- a) Facilitar à administração do património cultural a informação que resulte necessária para execução da presente lei;
- b) Conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração;
- c) Adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação.

2 - Sobre os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados incidem ainda os seguintes deveres:

- a) Observar o regime legal instituído sobre acesso e visita pública, à qual podem, todavia, eximir-se mediante a comprovação da respectiva incompatibilidade, no caso concreto, com direitos, liberdades e garantias pessoais ou outros valores constitucionais;
- b) Executar os trabalhos ou as obras que o serviço competente, após o devido procedimento, considerar necessários para assegurar a salvaguarda do bem.

Artigo 22.º

Deveres especiais da Administração

1 - O Estado deverá promover a existência e adequada estruturação e funcionamento de um sistema nacional de informação do património cultural, através da implantação, compatibilização e progressiva interoperatividade das diferentes redes de bases de dados.

2 - A legislação de desenvolvimento deverá obrigatoriamente regular a constituição, organização e funcionamento das redes nacionais de arquivos, bibliotecas e museus.

3 - Serão assegurados os direitos e as garantias estabelecidas na Constituição e na lei geral em matéria de protecção de dados pessoais e os imperativos de segurança dos bens, designadamente através do estabelecimento de níveis de acesso e gestão adequados.

4 - A administração do património cultural deverá promover a cooperação entre os seus serviços e instituições, a qual poderá incluir a cedência e troca de bens culturais sempre que se trate de

integrar ou completar colecções ou fundos de natureza histórica ou de especial interesse literário, artístico, científico ou técnico.

SECÇÃO II

Procedimento administrativo

Artigo 23.º

Direito subsidiário

Em tudo quanto não estiver expressamente regulado neste título, são aplicáveis aos procedimentos administrativos previstos na legislação do património cultural os princípios e as disposições do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 24.º

Prazos gerais para conclusão

- 1 - Sempre que a natureza e a extensão das tarefas o permitam, deve o procedimento de inventariação ser concluído no prazo máximo de um ano.
- 2 - O procedimento de classificação deve ser concluído no prazo máximo de um ano.
- 3 - Sempre que, no âmbito do mesmo procedimento, estejam em causa conjuntos, sítios, colecções, fundos ou realidades equivalentes, pode o instrutor prorrogar os prazos até ao limite dos prazos máximos correspondentes.
- 4 - É de 18 meses o prazo máximo para a definição de zona especial de protecção.
- 5 - Transcorridos os prazos referidos nos números anteriores, pode qualquer interessado, no prazo de 60 dias, denunciar a mora, para efeitos de a Administração decidir de forma expressa e em idêntico prazo, sob pena de caducidade do procedimento.

Artigo 25.º

Início do procedimento

- 1 - O impulso para a abertura de um procedimento administrativo de classificação ou inventariação pode provir de qualquer pessoa ou organismo, público ou privado, nacional ou estrangeiro.
- 2 - A iniciativa do procedimento pode pertencer ao Estado, às Regiões Autónomas, às autarquias locais ou a qualquer pessoa singular ou colectiva dotada de legitimidade, nos termos gerais.
- 3 - Para efeito de notificação do acto que determina a abertura do procedimento, considera-se também interessado o município da área de situação do bem.
- 4 - Os bens em vias de classificação ficam sujeitos a um regime especial, nos termos da lei.

5 - Um bem considera-se em vias de classificação a partir da notificação ou publicação do acto que determine a abertura do respectivo procedimento, nos termos do n.º 1 do presente artigo, no prazo máximo de 60 dias úteis após a entrada do respectivo pedido.

Artigo 26.º

Instrução do procedimento

1 - A instrução do procedimento compete ao serviço instrutor da entidade competente para a prática do acto final, em conformidade com as leis estatutárias e orgânicas e a demais legislação de desenvolvimento.

2 - As tarefas e funções específicas do procedimento podem ser cometidas a entidades não públicas, desde que excluída a prática de actos ablativos.

3 - Na instrução do procedimento são obrigatoriamente ouvidos os órgãos consultivos competentes, nos termos da lei.

Artigo 27.º

Audiência dos interessados

1 - Os interessados têm o ónus de carrear para a instrução do procedimento todos os factos e elementos susceptíveis de conduzir a uma justa e rápida decisão e devem ser ouvidos antes de tomada a decisão final, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

2 - Quando o número de interessados for superior a 10 proceder-se-á a consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 28.º

Forma dos actos

1 - A classificação de um bem como de interesse nacional reveste a forma de decreto do Governo.

2 - A classificação de um bem como de interesse público reveste a forma de portaria.

3 - A forma dos demais actos a praticar obedecerá ao disposto na legislação aplicável.

4 - Todo o acto final de um procedimento sobre uma determinada forma de protecção deverá ser devidamente fundamentado, identificando com rigor o bem ou as partes componentes da universalidade em questão.

Artigo 29.º

Notificação, publicação e efeitos da decisão

1 - A decisão final é notificada aos interessados, bem como ao município da área a que o bem pertença, quando não seja deste o serviço instrutor, e ainda às associações que tenham participado na instrução do procedimento.

2 - Toda a decisão final deve ser publicada.

3 - Os efeitos da decisão produzem-se a partir da data da notificação da mesma às pessoas directamente interessadas.

Artigo 30.º

Procedimento para a revogação

O disposto nesta secção, com as necessárias adaptações, é aplicável aos procedimentos extintivos de actos que tenham instituído alguma forma de protecção.

CAPÍTULO II

Protecção dos bens culturais classificados

SECÇÃO I

Bens móveis e imóveis

Artigo 31.º

Tutela dos bens

1 - Todo o bem classificado como de interesse nacional fica submetido a uma especial tutela do Estado, a qual, nas Regiões Autónomas, deve ser partilhada com os órgãos de governo próprios ou, quando for o caso, com as competentes organizações internacionais, nos termos da lei e do direito internacional.

2 - A classificação de um bem como de interesse nacional consome eventual classificação já existente como de interesse público, de interesse regional, de valor concelhio ou de interesse municipal, devendo os respectivos registos ser cancelados.

3 - O registo patrimonial de classificação abrirá, aos proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre os bens culturais classificados, o acesso aos regimes de apoio, incentivos, financiamentos e estipulação de acordos e outros contratos a que se refere o n.º 1 do artigo 60.º, reforçados de forma proporcional ao maior peso das limitações.

4 - Os bens classificados como de interesse nacional e municipal ficarão submetidos, com as necessárias adaptações, às limitações referidas nos n.os 2 e 4 do artigo 60.º, bem como a todos os outros condicionamentos e restrições para eles estabelecidos na presente lei e na legislação de desenvolvimento.

Artigo 32.º

Dever de comunicação das situações de perigo

O proprietário ou titular de outro direito real de gozo sobre um bem classificado nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, deve avisar imediatamente o

órgão competente da administração central ou regional, os serviços com competência inspectiva, o presidente da câmara municipal ou a autoridade policial logo que saiba de algum perigo que ameace o bem ou que possa afectar o seu interesse como bem cultural.

Artigo 33.º

Medidas provisórias

1 - Logo que a Administração Pública tenha conhecimento de que algum bem classificado, ou em vias de classificação, corra risco de destruição, perda, extravio ou deterioração, deverá o órgão competente da administração central, regional ou municipal determinar as medidas provisórias ou as medidas técnicas de salvaguarda indispensáveis e adequadas, podendo, em caso de impossibilidade própria, qualquer destes órgãos solicitar a intervenção de outro.

2 - Se as medidas ordenadas importarem para o detentor a obrigação de praticar determinados actos, deverão ser fixados os termos, os prazos e as condições da sua execução, nomeadamente a prestação de apoio financeiro ou técnico.

3 - Além das necessárias medidas políticas e administrativas, fica o Governo obrigado a instituir um fundo destinado a comparticipar nos actos referidos no n.º 2 do presente artigo e a acudir a situações de emergência ou de calamidade pública.

Artigo 34.º

Usucapião

Os bens culturais classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, são insusceptíveis de aquisição por usucapião.

SECÇÃO II

Alienações e direitos de preferência

Artigo 35.º

Transmissão de bens classificados

A lei estabelecerá as limitações incidentes sobre a transmissão de bens classificados ou em vias de classificação pertencentes a pessoas colectivas públicas ou a outras pessoas colectivas tituladas ou subvencionadas pelo Estado ou pelas Regiões Autónomas.

Artigo 36.º

Dever de comunicação da transmissão

1 - A alienação, a constituição de outro direito real de gozo ou a dação em pagamento de bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, depende de prévia comunicação escrita ao serviço competente para a instrução do respectivo procedimento.

2 - A transmissão por herança ou legado de bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, deverá ser comunicada pelo cabeça-de-casal ao serviço competente referido no número anterior, no prazo de três meses contados sobre a data de abertura da sucessão.

3 - O disposto no número anterior é aplicável aos bens situados nas zonas de protecção dos bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal.

Artigo 37.º

Direito de preferência

1 - Os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respectiva zona de protecção.

2 - É aplicável ao direito de preferência previsto neste artigo o disposto nos artigos 416.º a 418.º e 1410.º do Código Civil, com as necessárias adaptações.

3 - O disposto no presente artigo não prejudica os direitos de preferência concedidos à Administração Pública pela legislação avulsa.

Artigo 38.º

Escrituras e registos

1 - O incumprimento do dever de comunicação estabelecido nos artigos anteriores constituirá impedimento à celebração pelos notários das respectivas escrituras, bem como obstáculo a que os conservadores inscrevam os actos em causa nos competentes registos.

2 - Quando efectuadas contra o preceituado pelo artigo 35.º e pelo n.º 1 do artigo 36.º, a alienação, a constituição de outro direito real de gozo ou a dação em pagamento são anuláveis pelos tribunais sob iniciativa do membro da administração central, regional ou municipal competente, dentro de um ano a contar da data do conhecimento.

Artigo 39.º

Registo predial

1 - Os prédios classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem ter esta qualidade inscrita gratuitamente no respectivo registo predial.

2 - O disposto no número anterior aplica-se aos prédios incluídos em conjuntos classificados ou em vias de classificação.

SECÇÃO III

Bens imóveis

SUBSECÇÃO I

Disposições comuns

Artigo 40.º

Impacte de grandes projectos e obras

1 - Os órgãos competentes da administração do património cultural têm de ser previamente informados dos planos, programas, obras e projectos, tanto públicos como privados, que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais, ou que de algum modo os possam desvalorizar.

2 - Para os efeitos do número anterior, o Governo, os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e os órgãos das autarquias locais estabelecerão, no âmbito das competências respectivas, as medidas de protecção e as medidas correctivas que resultem necessárias para a protecção do património cultural.

Artigo 41.º

Inscrições e afixações

1 - É proibida a execução de inscrições ou pinturas em imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, bem como a colocação de anúncios, cartazes ou outro tipo de material informativo fora dos locais ali reservados para a exposição de elementos de divulgação das características do bem cultural e das finalidades e realizações a que corresponder o seu uso, sem autorização da entidade responsável pela classificação.

2 - A lei pode condicionar a afixação ou instalação de toldos, de tabuletas, de letreiros, de anúncios ou de cartazes, qualquer que seja a sua natureza e conteúdos, nos centros históricos e outros conjuntos urbanos legalmente reconhecidos, bem como nos locais onde possa prejudicar a perspectiva dos imóveis classificados.

Artigo 42.º

Efeitos da abertura do procedimento

1 - A notificação do acto que determina a abertura do procedimento de classificação de bens imóveis nos termos do artigo 15.º da presente lei opera, além de outros efeitos previstos nesta lei, a suspensão dos procedimentos de concessão de licença ou autorização de operações de loteamento, obras de urbanização, edificação, demolição, movimento de terras ou actos administrativos equivalentes, bem como a suspensão dos efeitos das licenças ou autorizações já concedidas, pelo prazo e condições a fixar na lei.

2 - Enquanto outro prazo não for fixado pela legislação de desenvolvimento, o mesmo será de 120 dias para efeito de aplicação do disposto neste artigo.

3 - As operações urbanísticas que se realizem em desconformidade com o disposto no número anterior são ilegais, podendo a administração do património cultural competente ou os municípios ordenar a reconstrução ou demolição, pelo infractor ou à sua custa, nos termos da legislação urbanística, com as devidas adaptações.

4 - A classificação dos bens a que se refere o n.º 1 gera a caducidade dos procedimentos, licenças e autorizações suspensos nos termos deste preceito, sem prejuízo de direito a justa indemnização pelos encargos e prejuízos anormais e especiais resultantes da extinção dos direitos previamente constituídos pela Administração.

Artigo 43.º

Zonas de protecção

1 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.

2 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de protecção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.

3 - Nas zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas non aedificandi.

4 - As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

5 - Excluem-se do preceituado pelo número anterior as obras de mera alteração no interior de imóveis.

Artigo 44.º

Defesa da qualidade ambiental e paisagística

1 - A lei definirá outras formas para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.

2 - Para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem.

3 - Relativamente aos conjuntos e sítios, a legislação de desenvolvimento estabelecerá especialmente:

- a) Os critérios exigidos para o seu reconhecimento legal e os benefícios e incentivos daí decorrentes;
- b) Os parâmetros a que devem obedecer os planos, os programas e os regulamentos aplicáveis;
- c) Os sistemas de incentivo e apoio à gestão integrada e descentralizada;
- d) As medidas de avaliação e controlo.

Artigo 45.º

Projectos, obras e intervenções

- 1 - Os estudos e projectos para as obras de conservação, modificação, reintegração e restauro em bens classificados, ou em vias de classificação, são obrigatoriamente elaborados e subscritos por técnicos de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa.
- 2 - Os estudos e projectos referidos no número anterior devem integrar ainda um relatório sobre a importância e a avaliação artística ou histórica da intervenção, da responsabilidade de um técnico competente nessa área.
- 3 - As obras ou intervenções em bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, serão objecto de autorização e acompanhamento do órgão competente para a decisão final do procedimento de classificação, nos termos definidos na lei.
- 4 - Concluída a intervenção, deverá ser elaborado e remetido à administração do património cultural competente um relatório de onde conste a natureza da obra, as técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, digitalizada ou outra sobre o processo seguido.

Artigo 46.º

Obras de conservação obrigatória

- 1 - No respeito dos princípios gerais e nos limites da lei, o Estado, as Regiões Autónomas, os municípios e os proprietários ou titulares de outros direitos reais de gozo sobre imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem executar todas as obras ou quaisquer outras intervenções que a administração do património cultural competente considere necessárias para assegurar a sua salvaguarda.
- 2 - No caso de as obras ou intervenções não terem sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado, poderão as entidades previstas no n.º 2 do artigo 40.º da presente lei promover a sua execução coerciva nos termos previstos na legislação em vigor.

Artigo 47.º

Embargos e medidas provisórias

1 - O organismo competente da administração do Estado, da administração regional autónoma ou da administração municipal deve determinar o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos em bens imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, cuja execução decorra ou se apreste a iniciar em desconformidade com a presente lei.

2 - O disposto no número anterior aplica-se também às obras ou trabalhos em zonas de protecção de bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal.

3 - A lei determinará as demais medidas provisórias aplicáveis.

Artigo 48.º

Deslocamento

Nenhum imóvel classificado nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, poderá ser deslocado ou removido, em parte ou na totalidade, do lugar que lhe compete, salvo se, na sequência do procedimento previsto na lei, assim for julgado imprescindível por motivo de força maior ou por manifesto interesse público, em especial no caso de a salvaguarda material do mesmo o exigir imperativamente, devendo então a autoridade competente fornecer todas as garantias necessárias quanto à desmontagem, à remoção e à reconstrução do imóvel em lugar apropriado.

Artigo 49.º

Demolição

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, não podem ser concedidas licenças de demolição total ou parcial de bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos.

2 - A autorização de demolição por parte do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal tem como pressuposto obrigatório a existência de ruína ou a verificação em concreto da primazia de um bem jurídico superior ao que está presente na tutela dos bens culturais, desde que, em qualquer dos casos, se não mostre viável nem razoável, por qualquer outra forma, a salvaguarda ou o deslocamento do bem.

3 - Verificado um ou ambos os pressupostos, devem ser decretadas as medidas adequadas à manutenção de todos os elementos que se possam salvar, autorizando-se apenas as demolições estritamente necessárias.

4 - A autorização de demolição por parte do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal não deve ser concedida quando a situação de ruína seja causada pelo

incumprimento do disposto no presente capítulo, impondo-se aos responsáveis a reposição, nos termos da lei.

5 - São nulos os actos administrativos que infrinjam o disposto nos números anteriores.

Artigo 50.º

Expropriação

1 - Ouvidos os interessados e os órgãos consultivos competentes, pode a administração do património cultural promover a expropriação dos bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, nos seguintes casos:

- a) Quando por responsabilidade do detentor, decorrente de violação grave dos seus deveres gerais, especiais ou contratualizados, se corra risco sério de degradação do bem;
- b) Quando por razões jurídicas, técnicas ou científicas devidamente fundamentadas a expropriação se revele a forma mais adequada de assegurar a tutela do bem;
- c) Quando a expropriação tiver sido requerida pelo interessado.

2 - Ouvidos os interessados e os órgãos consultivos competentes, podem ainda ser expropriados os bens imóveis situados nas zonas de protecção dos bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, quando prejudiquem a boa conservação daqueles bens culturais ou ofendam ou desvirtuem as suas características ou enquadramento.

3 - No âmbito da aplicação dos n.os 1 e 2 do presente artigo, e tratando-se de bens imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, enquadrados num instrumento de gestão territorial eficaz, os municípios podem promover a respectiva expropriação, sendo a assembleia municipal competente para a declaração de utilidade desta expropriação, nos termos da lei.

SUBSECÇÃO II

Monumentos, conjuntos e sítios

Artigo 51.º

Intervenções

Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso susceptível de o afectar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos.

Artigo 52.º

Contexto

- 1 - O enquadramento paisagístico dos monumentos será objecto de tutela reforçada.
- 2 - Nenhuma intervenção relevante, em especial alterações com incidência no volume, natureza, morfologia ou cromatismo, que tenham de realizar-se nas proximidades de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, podem alterar a especificidade arquitectónica da zona ou perturbar significativamente a perspectiva ou contemplação do bem.
- 3 - Exceptuam-se do disposto no número anterior as intervenções que tenham manifestamente em vista qualificar elementos do contexto ou dele retirar elementos espúrios, sem prejuízo do controlo posterior.
- 4 - A existência de planos de pormenor de salvaguarda ou de planos integrados não desonera do cumprimento do regime definido nos números anteriores.

Artigo 53.º

Planos

- 1 - O acto que decreta a classificação de monumentos, conjuntos ou sítios nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, obriga o município, em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger.
- 2 - A administração do património cultural competente pode ainda determinar a elaboração de um plano integrado, salvaguardando a existência de qualquer instrumento de gestão territorial já eficaz, reconduzido a instrumento de política sectorial nos domínios a que deva dizer respeito.
- 3 - O conteúdo dos planos de pormenor de salvaguarda será definido na legislação de desenvolvimento, o qual deve estabelecer, para além do disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial:
 - a) A ocupação e usos prioritários;
 - b) As áreas a reabilitar;
 - c) Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
 - d) A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto;
 - e) As normas específicas para a protecção do património arqueológico existente;
 - f) As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística.

Artigo 54.º

Projectos, obras e intervenções

- 1 - Até à elaboração de algum dos planos a que se refere o artigo anterior, a concessão de licenças, ou a realização de obras licenciadas, anteriormente à classificação do monumento, conjunto ou sítio dependem de parecer prévio favorável da administração do património cultural competente.
- 2 - Após a entrada em vigor do plano de pormenor de salvaguarda, podem os municípios licenciar as obras projectadas em conformidade com as disposições daquele, sem prejuízo do dever de comunicar à administração do património cultural competente, no prazo máximo de 15 dias, as licenças concedidas.
- 3 - Os actos administrativos que infrinjam o disposto nos números anteriores são nulos.

SECÇÃO IV

Dos bens móveis

Artigo 55.º

Bens culturais móveis

- 1 - Consideram-se bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º e constituam obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.
- 2 - Consideram-se ainda bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que, não sendo de origem ou de autoria portuguesa, se encontrem em território nacional e se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º
- 3 - Os bens culturais móveis referidos no número anterior constituem espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento.

Artigo 56.º

Classificação de bens culturais de autor vivo

A classificação feita nos termos do artigo 15.º da presente lei de bens culturais de autor vivo depende do consentimento do respectivo proprietário, salvo situações excepcionais a definir em legislação de desenvolvimento.

Artigo 57.º

Dever de comunicação de mudança de lugar

Os proprietários e possuidores de bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem comunicar previamente ao serviço competente para a classificação a mudança de lugar ou qualquer circunstância que afecte a posse ou a guarda do bem.

Artigo 58.º

Depósito

1 - Os proprietários e possuidores de bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, podem acordar com a Administração Pública a respectiva cedência para depósito.

2 - Em caso de incumprimento, por parte dos detentores, de deveres gerais, especiais ou contratualizados, susceptível de acarretar um risco sério de degradação ou dispersão dos bens, poderá o Governo, os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e os órgãos municipais competentes nos termos da presente lei ordenar que os mesmos sejam transferidos, a título de depósito, para a guarda de bibliotecas, arquivos ou museus.

Artigo 59.º

Projectos e intervenções

1 - As intervenções físicas ou estruturantes em bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, são obrigatoriamente asseguradas por técnicos de qualificação legalmente reconhecida.

2 - Nos termos da lei, e com as necessárias adaptações, são aplicáveis aos bens móveis classificados, ou em vias de classificação, as disposições dos artigos 45.º, 46.º, 47.º e 50.º da presente lei.

SECÇÃO V

Particularização de regimes

Artigo 60.º

Outras disposições aplicáveis aos bens classificados

1 - O registo patrimonial de classificação abrirá aos proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre os respectivos bens culturais o acesso a regimes de apoio, incentivos, financiamentos e estipulação de contratos e outros acordos, nos termos da presente lei e da legislação de desenvolvimento.

2 - Os bens classificados como de interesse público ficam sujeitos às seguintes restrições e ónus:

- a) Dever, da parte do detentor, de comunicar a alienação ou outra forma de transmissão da propriedade ou de outro direito real de gozo, para efeitos de actualização de registo;
- b) Sujeição a prévia autorização do desmembramento ou dispersão das partes integrantes do bem ou colecção;
- c) Sujeição a prévia autorização do serviço competente de quaisquer intervenções que visem alteração, conservação ou restauro, as quais só poderão ser efectuadas por técnicos especializados, nos termos da legislação de desenvolvimento;
- d) Existência de regras próprias sobre a transferência ou cedência de espécies de uma instituição para outra ou entre serviços públicos;
- e) Sujeição da exportação a prévia autorização ou licença;
- f) Identificação do bem através de sinalética própria, especialmente no caso dos imóveis;
- g) Obrigação de existência de um documento para registos e anotações na posse do respectivo detentor.

3 - Relativamente ao regime definido no número anterior, os bens classificados como de interesse municipal poderão conhecer níveis menos intensos de limitações, nos termos a especificar na legislação de desenvolvimento.

4 - No respeito pelos princípios gerais aplicáveis, poderá ainda a lei estabelecer, atenta a situação concreta do bem ou do tipo de bens em questão, um regime diferenciado de limitações, designadamente espaciais.

5 - Aos bens imóveis e móveis classificados como de interesse público são correspondentemente aplicáveis, com as especificações a definir na legislação de desenvolvimento, as disposições do n.º 2 do artigo 31.º e dos artigos 32.º e 40.º a 59.º da presente lei.

6 - As disposições dos artigos 40.º a 60.º da presente lei apenas são aplicáveis, com as necessárias adaptações, aos bens imóveis e móveis classificados como de interesse municipal quando assim seja previsto na legislação de desenvolvimento.

CAPÍTULO III

Protecção dos bens culturais inventariados

Artigo 61.º

Inventário geral

- 1 - Os bens inventariados gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência.
- 2 - O inventário geral do património cultural será assegurado e coordenado pelo Governo sem prejuízo da necessidade de articulação com os inventários já existentes.

Artigo 62.º

Inventário de bens de particulares

- 1 - Qualquer pessoa pode, mediante solicitação fundamentada, requerer a inventariação de um bem, colecção ou conjunto de que seja detentor, juntando todos os elementos pertinentes.
- 2 - A solicitação referida no número anterior deverá ser decidida no prazo de 90 dias.
- 3 - A inclusão de qualquer bem, colecção ou conjunto no inventário geral confere ao respectivo detentor o direito a um título de identidade, sem prejuízo de outros benefícios a reconhecer por lei, em especial quando as operações de inventariação tiverem sido promovidas a expensas do particular.

Artigo 63.º

Inventário de bens públicos

- 1 - Para o efeito da elaboração do inventário dos bens públicos, os representantes das autarquias locais e das demais pessoas colectivas públicas não territoriais devem apresentar à administração do património cultural competente instrumentos de descrição de todos os bens pertencentes às entidades que representam, susceptíveis de integrar o património cultural de acordo com os n.os 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º da presente lei.
- 2 - Idêntico dever de comunicação é extensível aos bens que venham, por qualquer título, a integrar no futuro o património da pessoa colectiva.
- 3 - A lei estabelecerá os termos e condições em que se deve processar a apresentação dos instrumentos de descrição por parte dos serviços da administração central do Estado, da administração regional autónoma e de outros organismos públicos.
- 4 - A lei poderá estabelecer a classificação automática de certos bens públicos, na sequência do cumprimento do disposto nos números anteriores.

CAPÍTULO IV

Exportação, expedição, importação, admissão e comércio

Artigo 64.º

Exportação e expedição

- 1 - A exportação e a expedição temporárias ou definitivas de bens que integrem o património cultural, ainda que não inscritos no registo patrimonial de classificação ou inventariação, devem ser precedidas de comunicação à administração do património cultural competente com a antecedência de 30 dias.
- 2 - A obrigação referida no número anterior respeitará, em particular, as espécies a que alude o n.º 3 do artigo 55.º, independentemente da apreciação definitiva do interesse cultural do bem em causa.

3 - A administração do património cultural competente poderá vedar liminarmente a exportação ou a expedição, a título de medida provisória, sem que de tal providência decorra a vinculação do Estado à aquisição da coisa.

4 - As exportações e as expedições que não obedeçam ao disposto no n.º 1 do presente artigo e no artigo 65.º, nos n.os 1 e 5 do artigo 66.º e no artigo 67.º são ilícitas.

Artigo 65.º

Exportação e expedição de bens classificados como de interesse nacional

1 - A saída de território nacional de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, fora dos casos previstos nos n.os 2 e 3 do presente artigo é interdita.

2 - A exportação e expedição temporárias de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, apenas pode ser autorizada, por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, para finalidades culturais ou científicas, bem como de permuta temporária por outros bens de igual interesse para o património cultural.

3 - A exportação e expedição definitivas de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, pertencentes ao Estado, apenas podem ser autorizadas, a título excepcional, pelo Conselho de Ministros, para efeito de permuta definitiva por outros bens existentes no estrangeiro que se revistam de excepcional interesse para o património cultural português.

4 - As autorizações ou licenças de exportação ou de expedição de bens referidas nos números anteriores especificarão as condições ou cláusulas modais que forem consideradas convenientes.

Artigo 66.º

Exportação e expedição de outros bens classificados

1 - Dependem de autorização ou licença da administração do património cultural a exportação e a expedição definitivas ou temporárias de bens classificados como de interesse público, ou em vias de classificação como tal.

2 - A autorização ou a licença a que se refere o número anterior podem sujeitar a exportação ou a expedição a condições ou cláusulas modais.

3 - A apresentação do pedido de exportação ou de expedição para venda concede ao Estado o direito de preferência na aquisição.

4 - As leis de desenvolvimento regularão o regime de exportação e expedição dos demais bens classificados, assim como os procedimentos e formalidades aplicáveis.

5 - A exportação e a expedição de bens inventariados pertencentes a entidades públicas depende de autorização da administração do património cultural.

6 - A autorização a que se refere o número anterior sujeitar-se-á a condições especiais a definir por lei.

Artigo 67.º

Exportação de bens culturais de Estados membros da União Europeia

As formalidades para efeito de exportação de bens pertencentes ao património cultural de Estados membros da União Europeia regem-se pelo disposto no direito comunitário.

Artigo 68.º

Importação e admissão

1 - É aplicável à importação e à admissão de bens culturais, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 64.º

2 - Às importações e admissões de bens culturais promovidas por particulares que se efectuem em conformidade com a lei serão aplicáveis as seguintes regras:

a) O proprietário gozará do direito ao título de identificação do bem, com equivalência ao estatuto de bem inventariado;

b) Salvo acordo do proprietário, é vedada a classificação como de interesse nacional ou de interesse público do bem nos 10 anos seguintes à importação ou admissão.

3 - A lei regulará os demais procedimentos e condições a que deve obedecer a importação e a admissão, temporária ou definitiva, de bens culturais.

Artigo 69.º

Regime do comércio e da restituição

1 - Em condições de reciprocidade, consideram-se nulas as transacções realizadas em território português incidentes sobre bens pertencentes ao património cultural de outro Estado e que se encontrem em território nacional em consequência da violação da respectiva lei de protecção.

2 - Os bens a que se refere o número anterior do presente artigo são restituíveis nos termos do direito comunitário ou internacional que vincular o Estado Português.

3 - A restituição de bens pertencentes ao património cultural dos demais Estados membros da União Europeia pode ser limitada às categorias de objectos relacionadas nos actos de direito comunitário derivado.

4 - As acções de restituição correrão pelos tribunais judiciais, nelas cabendo legitimidade activa exclusivamente ao Estado de onde o bem cultural tenha saído ilegalmente e desde que se trate de Estado membro da União Europeia ou de Estado em condições de reciprocidade na ordem interna portuguesa que lhe confira tal direito.

5 - Na acção de restituição, discutir-se-á apenas:

a) Se o bem que é objecto do pedido tem a qualidade de bem cultural nos termos das normas aplicáveis;

- b) Se a saída do bem do território do Estado de origem foi ilícita nos termos das normas aplicáveis;
- c) Se o possuidor ou detentor adquiriu o bem de boa fé;
- d) O montante da indemnização a arbitrar ao possuidor ou detentor de boa fé;
- e) Outros aspectos do conflito de interesses cuja discussão na acção de restituição seja consentido pelas normas aplicáveis do direito comunitário ou internacional.

6 - A acção de restituição não procederá quando o bem cultural reclamado constitua elemento do património cultural português.

7 - A legislação de desenvolvimento regulará a compra, venda e comércio de antiguidades e de outros bens culturais móveis.

TÍTULO VI

Do regime geral de valorização dos bens culturais

Artigo 70.º

Componentes do regime de valorização

São componentes do regime geral de valorização dos bens culturais:

- a) A conservação preventiva e programada;
- b) A pesquisa e a investigação;
- c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios;
- d) O acesso e a fruição;
- e) A formação;
- f) A divulgação, sensibilização e animação;
- g) O crescimento e o enriquecimento;
- h) O apoio à criação cultural;
- i) A utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão;
- j) O apoio a instituições técnicas e científicas.

Artigo 71.º

Instrumentos

Constituem, entre outros, instrumentos do regime de valorização dos bens culturais:

- a) O inventário geral do património cultural;
- b) Os instrumentos de gestão territorial;
- c) Os parques arqueológicos;
- d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios;
- e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens;
- f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis;
- g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação;
- h) Os programas de formação específica e contratualizada;
- i) Os programas de voluntariado;
- j) Os programas de apoio à acção educativa;
- l) Os programas de aproveitamento turístico;
- m) Os planos e programas de aquisição e permuta.

TÍTULO VII

Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais

CAPÍTULO I

Disposições comuns

Artigo 72.º

Disposições gerais

- 1 - As normas do presente título aplicam-se aos bens culturais e aos demais elementos integrantes do património cultural previstos nos capítulos seguintes.
- 2 - Em tudo o que não estiver previsto neste título, aplicam-se os princípios e disposições da presente lei, salvo os que se mostrem incompatíveis com a natureza dos bens.
- 3 - As leis de desenvolvimento poderão estabelecer formas de protecção, e correspondentes regimes, especialmente aplicáveis aos bens culturais ou a certo tipo de elementos integrantes do património arqueológico, arquivístico, áudio-visual, bibliográfico, fonográfico ou fotográfico ou

a novos tipos de bens culturais, nomeadamente os que integrem o património electrónico ou o património industrial.

4 - As disposições respeitantes ao património arquivístico aplicam-se subsidiariamente aos bens culturais e aos demais elementos integrantes do património áudio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico, na medida em que se mostrem compatíveis com a natureza dos bens.

5 - Para a classificação ou o inventário do património áudio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico valerão também algum ou alguns dos seguintes critérios de apreciação:

- a) Proximidade da matriz ou versão originais;
- b) Processos utilizados na criação ou produção;
- c) Estado de conservação.

6 - Não carece do consentimento exigido pelo artigo 56.º desta lei a classificação dos elementos matriciais de bens áudio-visuais ou fonográficos ou, na falta daqueles, de uma das respectivas cópias.

Artigo 73.º

Acesso à documentação

- 1 - A lei promove o acesso à documentação integrante do património cultural.
- 2 - O acesso tem, desde logo, por limites os que decorram dos imperativos de conservação das espécies.
- 3 - A menos que seja possível apresentar uma cópia de onde hajam sido expurgados elementos lesivos de direitos e valores fundamentais, não será objecto de acesso o documento que os contiver.
- 4 - As restrições legais da comunicabilidade de documentação integral do património cultural caducam decorridos 100 anos sobre a data de produção do documento, a menos que a lei estabeleça prazos especiais mais reduzidos.

CAPÍTULO II

Do património arqueológico

Artigo 74.º

Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico

- 1 - Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:
 - a) Cujas preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;

b) Cujas principais fontes de informação sejam constituídas por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

2 - O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

3 - Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.

4 - Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

5 - Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido.

Artigo 75.º

Formas e regime de protecção

1 - Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico.

2 - Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

3 - Sempre que o interesse de um parque arqueológico o justifique, o mesmo poderá ser dotado de uma zona especial de protecção, a fixar pelo órgão da administração do património cultural competente, por forma a garantir-se a execução futura de trabalhos arqueológicos no local.

4 - A legislação de desenvolvimento poderá também estabelecer outros tipos de providências limitativas da modificação do uso, da transformação e da remoção de solos ou de qualquer actividade de edificação sobre os mesmos, até que possam ser estudados dentro de prazos máximos os testemunhos que se saiba ou fundamentadamente se presuma ali existirem.

5 - Desde que os bens arqueológicos não estejam classificados, ou em vias de o serem, poderão os particulares interessados promover, total ou parcialmente, a expensas suas, nos termos da lei, os trabalhos arqueológicos de cuja conclusão dependa a cessação das limitações previstas nos n.os 2 e 4 do presente artigo.

6 - Depende de prévia emissão de licença a utilização de detectores de metais e de qualquer outro equipamento de detecção ou processo destinados à investigação arqueológica, nos termos da lei.

7 - Com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, definidos no n.º 4 do artigo 74.º, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico.

8 - Os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento.

Artigo 76.º

Deveres especiais das entidades públicas

1 - Constituem particulares deveres do Estado, sem prejuízo do disposto nos estatutos das Regiões Autónomas:

a) Criar, manter e actualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel;

b) Articular o cadastro da propriedade com o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico;

c) Estabelecer a disciplina e a fiscalização da actividade de arqueólogo.

2 - Constitui particular dever do Estado e das Regiões Autónomas aprovar os planos anuais de trabalhos arqueológicos.

3 - Constituem particulares deveres da Administração Pública competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas:

a) Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico;

b) Dotar-se de meios humanos e técnicos necessários no domínio da arqueologia ou recorrer a eles sempre que necessário.

Artigo 77.º

Trabalhos arqueológicos

1 - Para efeitos da presente lei, são trabalhos arqueológicos todas as escavações, prospecções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a protecção e a valorização do património arqueológico.

2 - São escavações arqueológicas as remoções de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico.

3 - São prospecções arqueológicas as explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem as actividades e objectivos previstos no número anterior.

4 - A realização de trabalhos arqueológicos será obrigatoriamente dirigida por arqueólogos e carece de autorização a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

5 - Não se consideram trabalhos arqueológicos, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos em consequência de outro tipo de remoções de terra, demolições ou obras de qualquer índole.

Artigo 78.º

Notificação de achado arqueológico

1 - Quem encontrar, em terreno público ou particular, ou em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar conhecimento do achado no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes.

2 - A descoberta fortuita de bens móveis arqueológicos com valor comercial confere ao achador o direito a uma recompensa, nos termos da lei.

Artigo 79.º

Ordenamento do território e obras

1 - Para além do disposto no artigo 40.º, deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.

2 - Os serviços da administração do património cultural condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adopção pelos respectivos promotores, junto das autoridades competentes, das alterações ao projecto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

3 - Os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos.

4 - No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, quaisquer intervenções arqueológicas necessárias deverão ser integralmente financiadas pelo respectivo promotor.

CAPÍTULO III

Do património arquivístico

Artigo 80.º

Conceito e âmbito do património arquivístico

- 1 - Integram o património arquivístico todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante.
- 2 - Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação.
- 3 - Integram, igualmente, o património arquivístico conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias.
- 4 - Entende-se por colecção factícia o conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos coleccionadores.

Artigo 81.º

Categorias de arquivos

- 1 - Para efeitos do disposto no artigo anterior, devem os arquivos ser distinguidos, com base na respectiva proveniência, em arquivos públicos e arquivos privados.
- 2 - São arquivos públicos os produzidos por entidades públicas ou por pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.
- 3 - Os arquivos públicos distinguem-se em arquivos de âmbito nacional, regional e municipal.
- 4 - São arquivos privados os produzidos por entidades privadas.
- 5 - Os arquivos privados distinguem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.

Artigo 82.º

Critérios para a protecção do património arquivístico

Para a classificação ou o inventário do património arquivístico, devem ser tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) Natureza pública da entidade produtora;
- b) Relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector;

- c) Relevância social ou repercussão pública da entidade produtora;
- d) Valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica.

Artigo 83.º

Formas de protecção do património arquivístico

1 - Devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

- a) Os arquivos públicos de âmbito nacional, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei;
- b) Os arquivos públicos com mais de 100 anos;
- c) Os arquivos privados e colecções factícias que, em atenção ao disposto no artigo 82.º, se revelem de inestimável interesse cultural.

2 - Devem ser objecto de classificação como de interesse público:

- a) Os arquivos públicos de âmbito regional ou municipal, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei;
- b) Os arquivos privados produzidos por pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público, quando conservados a título permanente;
- c) Os arquivos privados e colecções factícias que possuam qualquer das características referidas nas alíneas b), c) e d) do artigo 82.º e se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado;
- d) Outros arquivos privados e colecções factícias que, em atenção ao disposto no artigo 82.º, se mostrem possuidores de interesse cultural relevante e cujos proprietários nisso consentam.

3 - Devem ser objecto de inventário os arquivos e colecções factícias abrangidos pela previsão do artigo 80.º e em relação aos quais se verifique algum dos seguintes pressupostos:

- a) Se encontrem a qualquer título na posse ou à guarda do Estado;
- b) Venham a ser voluntariamente apresentados pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação nos termos do regime geral de protecção dos bens culturais.

4 - Cada arquivo inventariado, ou apresentado para inventariação, deverá ser descrito de acordo com as Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística, providenciando-se para que as respectivas descrições sejam compatibilizadas e validadas pelos serviços nacionais.

CAPÍTULO IV

Do património áudio-visual

Artigo 84.º

Património áudio-visual

1 - Integram o património áudio-visual as séries de imagens, fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas por qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, acompanhadas ou não de som, as quais, sendo projectadas, dão uma impressão de movimento e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante e preencham pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais;
- b) Hajam resultado de produções estrangeiras distribuídas, editadas ou teledifundidas comercialmente em Portugal;
- c) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela notabilidade.

2 - Integram, nomeadamente, o património áudio-visual as produções cinematográficas, as produções televisivas e as produções videográficas.

3 - Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

- a) Os elementos matriciais das obras de produção nacional abrangidas pela previsão do n.º 1 do presente artigo ou das que para este efeito lhes sejam equiparadas pela legislação de desenvolvimento;
- b) Cópias conformes aos elementos matriciais referidos na alínea anterior, quando estes já não existirem;
- c) Cópias de obras de produção estrangeira, mas que foram distribuídas em território nacional, integrando novos elementos - escritos ou orais - que os diferenciam dos elementos matriciais, nomeadamente por lhe terem sido agregados, por legendagem ou dobragem em língua portuguesa, elementos naturais da realidade cultural portuguesa.

4 - Devem ser objecto de inventário todas as obras abrangidas pela previsão do n.º 1 do presente artigo e as séries de imagens amadoras apresentadas voluntariamente pelos respectivos possuidores que sejam portadoras de interesse cultural relevante.

CAPÍTULO V

Do património bibliográfico

Artigo 85.º

Património bibliográfico

1 - Integram o património bibliográfico as espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse de pessoas colectivas públicas, independentemente da data em que foram produzidos ou reunidos, bem como as colecções e espólios literários.

2 - Devem igualmente integrar o património bibliográfico:

a) As espécies, colecções e fundos bibliográficos de pessoas colectivas de utilidade pública, produzidos ou reunidos há mais de 25 anos, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;

b) As colecções e espólios literários pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;

c) As espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse privada, produzidos ou reunidos há mais de 50 anos, bem como as colecções e espólios literários, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação.

3 - Podem ser objecto de classificação as espécies bibliográficas com especial valor de civilização ou de cultura e, em particular:

a) Os manuscritos notáveis;

b) Os impressos raros;

c) Os manuscritos autógrafos, bem como todos os documentos que registem as técnicas e os hábitos de trabalho de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, seja qual for o nível de acabamento do texto ou textos neles contidos;

d) As colecções e espólios de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, considerados como universalidades de facto reunidas pelos mesmos ou por terceiros.

Artigo 86.º

Classificação do património bibliográfico como de interesse nacional

Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

a) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º, se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado e como tal venham a ser registadas;

b) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º, pertencentes a entidades privadas, de que não exista mais que um exemplar em bibliotecas ou colecções bibliográficas de titularidade pública;

c) As colecções e fundos bibliográficos que, independentemente da sua titularidade, tenham sido reunidos há mais de 200 anos e tenham pertencido a instituições ou pessoas notáveis pela respectiva actividade ou obra, na medida em que possam contribuir para o reconhecimento destas.

Artigo 87.º

Classificação do património bibliográfico como de interesse público

1 - Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse público:

a) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º e se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado;

b) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º pertencentes a entidades privadas de que não existam, pelo menos, três exemplares em bibliotecas ou colecções bibliográficas de titularidade pública;

c) As colecções e fundos bibliográficos que, independentemente da sua titularidade, tenham sido reunidos há mais de 150 anos e tenham pertencido a instituições ou pessoas notáveis pela respectiva actividade ou obra, na medida em que possam contribuir para o reconhecimento destas.

2 - Para efeitos da alínea b) do número anterior, presume-se a existência de mais de três exemplares para as obras impressas em Portugal depois de 1935, salvo se oriundas de prelos clandestinos.

Artigo 88.º

Inventariação do património bibliográfico

1 - Devem ser objecto de inventário todas as espécies enunciadas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 85.º, bem como as referidas nas alíneas c) e d) da mesma disposição, que venham a ser voluntariamente apresentadas pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação, nos termos do regime geral de protecção de bens culturais.

2 - Cada espécie bibliográfica inventariada, ou apresentada para inventariação, deverá ser descrita de acordo com as Regras Portuguesas de Catalogação, providenciando-se para que as respectivas descrições sejam compatibilizadas e validadas pelos serviços nacionais.

CAPÍTULO VI

Do património fonográfico

Artigo 89.º

Património fonográfico

1 - Integram o património fonográfico as séries de sons, fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas por qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público

ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante e preencham pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais ou de produções estrangeiras relacionadas com a realidade e a cultura portuguesas;
- b) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela sua notabilidade;
- c) Representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes.

2 - As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei.

CAPÍTULO VII

Do património fotográfico

Artigo 90.º

Património fotográfico

1 - Integram o património fotográfico todas as imagens obtidas por processos fotográficos, qualquer que seja o suporte, positivos ou negativos, transparentes ou opacas, a cores ou a preto e branco, bem como as colecções, séries e fundos compostos por tais espécies que, sendo notáveis pela antiguidade, qualidade do conteúdo, processo fotográfico utilizado ou carácter informativo sobre o contexto histórico-cultural em que foram produzidas, preencham ainda pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam sido produzidas por autores nacionais ou por estrangeiros sobre Portugal;
- b) Contenham imagens que possuam significado no contexto da história da fotografia nacional ou da fotografia estrangeira quando se encontrem predominantemente em território português há mais de 25 anos;
- c) Se refiram a acontecimentos, personagens ou bens culturais ou ambientais relevantes para a memória colectiva portuguesa.

2 - As fotografias inseridas em álbuns ou livros impressos, incluindo imagens originais ou em reprodução fotomecânica, integram o património fotográfico quando correspondam à previsão do número anterior e constem de edições portuguesas ou de edições estrangeiras reproduzindo obras de autores nacionais ou de estrangeiros sobre Portugal.

3 - Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional as espécies, colecções, séries e fundos fotográficos anteriores a 1866 abrangidos pela previsão do n.º 1 ou do n.º 2 do presente artigo quando se verifique em relação a eles algum dos seguintes pressupostos:

- a) Tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer;

b) Se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado.

4 - Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse público as espécies, colecções, séries e fundos fotográficos posteriores a 1865 abrangidos pela previsão do n.º 1 ou do n.º 2 do presente artigo quando se verifique em relação a eles algum dos seguintes pressupostos:

a) Sejam anteriores a 1881 e se encontrem a qualquer título na posse do Estado;

b) Sejam anteriores a 1881 e deles não existam exemplares em arquivos de titularidade pública;

c) Possuam mais de 100 anos e tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer.

5 - Devem ser objecto de inventário os fundos fotográficos abrangidos pela previsão do n.º 1 do presente artigo em relação aos quais se verifique algum dos seguintes pressupostos:

a) Se encontrem a qualquer título na posse do Estado;

b) Venham a ser voluntariamente apresentados pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação nos termos do regime geral de protecção dos bens culturais;

c) Tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer.

TÍTULO VIII

Dos bens imateriais

Artigo 91.º

Âmbito e regime de protecção

1 - Para efeitos da presente lei, integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.

2 - Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

3 - Tratando-se de realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico, serão as mesmas objecto das formas de protecção previstas nos títulos IV e V.

4 - Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, áudio-visual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.

5 - Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação.

Artigo 92.º

Deveres das entidades públicas

1 - Constitui especial dever do Estado e das Regiões Autónomas apoiar iniciativas de terceiros e mobilizar todos os instrumentos de valorização necessários à salvaguarda dos bens imateriais referidos no artigo anterior.

2 - Constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram.

TÍTULO IX

Das atribuições do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais

Artigo 93.º

Atribuições comuns, colaboração e auxílio interadministrativo

1 - As Regiões Autónomas e os municípios participam com o Estado na tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português, prosseguido por todos como atribuição comum, ainda que diferenciada nas respectivas concretizações e sem prejuízo da discriminação das competências dos órgãos de cada tipo de ente.

2 - Sem prejuízo das reservas das atribuições e competências próprias, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios articularão entre si a adopção e execução das providências necessárias à realização de fins estabelecidos na presente lei e os respectivos órgãos assegurarão a prestação recíproca de auxílio entre os serviços e instituições deles dependentes no tocante à circulação de informação e à prática de actos materiais que requeiram conhecimentos ou utensilagem especializados.

3 - O Estado, as Regiões Autónomas e os municípios constituirão fundos e estabelecerão regimes de comparticipação, de modo a enquadrar as intervenções de conservação, restauro, manutenção e valorização dos bens culturais por eles classificados ou inventariados e, tanto quanto possível, de bens culturais que, não obstante haverem sido objecto de um tal acto por parte de outra pessoa colectiva pública, se encontrem na respectiva área de jurisdição.

Artigo 94.º

Atribuições em matéria de classificação e inventariação

- 1 - A classificação de bens culturais como de interesse nacional incumbe, nos termos da lei, aos competentes órgãos e serviços do Estado, a classificação de bens culturais como de interesse público incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado ou das Regiões Autónomas quando o bem ali se localizar, nos termos da lei e dos estatutos político-administrativos, e a classificação de bens culturais como de interesse municipal incumbe aos municípios.
- 2 - A classificação de bens culturais pelos municípios será antecedida de parecer dos competentes órgãos e serviços do Estado, ou das Regiões Autónomas se o município aí se situar.
- 3 - Se outra coisa não for disposta pela legislação de desenvolvimento, o silêncio do órgão competente pelo prazo de 45 dias vale como parecer favorável.
- 4 - Os registos de classificação das Regiões Autónomas serão comunicados ao Estado, e os registos de classificação dos municípios serão comunicados ao Estado, ou ao Estado e à Região Autónoma.
- 5 - A classificação de bens culturais pertencentes a igrejas e a outras comunidades religiosas incumbe exclusivamente ao Estado e às Regiões Autónomas.
- 6 - Sem prejuízo de delegação de tarefas permitida pelo n.º 2 do artigo 4.º, a inventariação de bens culturais incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado e das Regiões Autónomas e, bem assim, aos municípios, devendo processar-se com recurso a bases de dados normalizadas e intercomunicáveis, nos termos do disposto pela legislação de desenvolvimento.
- 7 - À competência para classificar e inventariar corresponde a de emitir actos em sentido oposto.

Artigo 95.º

Outras atribuições

- 1 - Salvo disposição da lei em contrário, incumbirá às pessoas colectivas públicas cujos órgãos hajam procedido, por esta ordem, à classificação ou inventariação, ou tenham pendentes procedimentos para esse efeito, a tomada das seguintes decisões, quando a elas haja lugar na base de normas que as prevejam:
 - a) Expropriação de bens culturais ou de prédios situados na zona de protecção de bens culturais imóveis;
 - b) Autorização, exercício do direito de preferência ou outras decisões motivadas pela alienação de bens culturais;
 - c) Emissão de parecer vinculativo, autorização ou asseguramento de intervenções de conservação, restauro, alteração ou de qualquer outro tipo sobre bens culturais ou nas respectivas zonas de protecção;

d) Reconhecimento do acesso de detentores de bens culturais aos benefícios decorrentes da classificação ou inventariação.

2 - Na ausência de normas específicas de distribuição da competência no seio da pessoa colectiva pública apurada nos termos do número anterior, o poder para praticar os actos ali referidos caberá, consoante os casos, ao organismo da administração central ou regional cujo escopo corresponda à natureza do bem ou, na sua falta, ao governo central ou regional ou ao município.

Artigo 96.º

Providências de carácter organizatório

No âmbito dos organismos existentes ou a criar, funcionarão obrigatoriamente as seguintes estruturas e cargos:

- a) Uma estrutura de coordenação, a nível infragovernamental, das administrações estaduais do ambiente, do ordenamento do território, do equipamento, das obras públicas e da cultura;
- b) Serviços de inspecção e observação dos bens classificados;
- c) Serviços que especificamente acompanhem o comércio de arte e das antiguidades;
- d) Um centro de estudos do direito do património cultural e da promoção, no plano técnico, da sua consolidação, actualização e aperfeiçoamento.

TÍTULO X

Dos benefícios e incentivos fiscais

Artigo 97.º

Regime de benefícios e incentivos fiscais

A definição e estruturação do regime de benefícios e incentivos fiscais relativos à protecção e valorização do património cultural são objecto de lei autónoma.

Artigo 98.º

Emolumentos notariais e registrais

1 - Os actos que tenham por objecto bens imóveis ou móveis classificados, bem como a contracção de empréstimos com o fim da respectiva aquisição, estão isentos de quaisquer emolumentos registrais e notariais.

2 - A isenção emolumentar prevista no número anterior não abrange os emolumentos pessoais nem as importâncias correspondentes à participação emolumentar devida aos notários, conservadores e oficiais do registo e do notariado pela sua intervenção nos actos.

Artigo 99.º

Outros apoios

1 - O Governo promoverá o apoio financeiro ou a possibilidade de recurso a formas especiais de crédito, em condições favoráveis, a proprietários ou outros titulares de direitos reais de gozo sobre bens culturais classificados ou inventariados com a condição de os mesmos procederem a trabalhos de protecção, conservação e valorização dos bens, de harmonia com as normas estabelecidas sobre a matéria e sob a orientação dos serviços competentes.

2 - Os benefícios financeiros referidos no número anterior poderão ser subordinados a especiais condições e garantias, em termos a fixar, caso a caso, pela administração competente.

TÍTULO XI

Da tutela penal e contra-ordenacional

CAPÍTULO I

Da tutela penal

Artigo 100.º

Infracções criminais previstas no Código Penal

Aos crimes praticados contra bens culturais aplicam-se as disposições previstas no Código Penal, com as especialidades constantes da presente lei.

Artigo 101.º

Crime de deslocamento

Quem proceder ao deslocamento de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, fora das condições referidas no artigo 48.º, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.

Artigo 102.º

Crime de exportação ilícita

1 - Quem proceder à exportação ou expedição de um bem classificado como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, fora dos casos previstos nos n.os 2 ou 3 do artigo 65.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 - Em caso de negligência, o agente é punido com pena de prisão até 1 ano ou com multa até 120 dias.

Artigo 103.º

Crime de destruição de vestígios

Quem, por inobservância de disposições legais ou regulamentares ou providências limitativas decretadas em conformidade com a presente lei, destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.

CAPÍTULO II

Da tutela contra-ordenacional

Artigo 104.º

Contra-ordenações especialmente graves

Constitui contra-ordenação punível com coima de 500000\$00 a 5000000\$00 e de 5000000\$00 a 100000000\$00, conforme sejam praticados por pessoa singular ou colectiva:

- a) O deslocamento ou a demolição de imóveis classificados, ou em vias de classificação, fora das condições referidas nos artigos 48.º e 49.º;
- b) A realização de obras que hajam sido previamente embargadas de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 47.º;
- c) A exportação e a expedição de bens classificados, ou em vias de classificação, em violação do disposto no artigo 65.º;
- d) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 64.º, quando o agente retirar um benefício económico calculável superior a 20000000\$00.

Artigo 105.º

Contra-ordenações graves

Constitui contra-ordenação punível com coima de 350000\$00 a 3500000\$00 e de 3500000\$00 a 20000000\$00, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou colectiva:

- a) A violação do disposto no n.º 3 do artigo 45.º, no artigo 51.º e no n.º 6 do artigo 75.º, bem como do regime de apresentação de licença de exportação de bens culturais para fora do território aduaneiro da União Europeia, tal como prescrito no artigo 2.º do Regulamento n.º 3911/92/CEE, do Conselho, de 9 de Dezembro;
- b) A violação do disposto no artigo 32.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 36.º, no artigo 57.º e no n.º 1 do artigo 64.º, fora dos casos previstos na alínea d) do artigo 104.º, bem como a violação do disposto no n.º 1 do artigo 78.º;
- c) A violação do dever de comunicação de importação ou de admissão, decorrente do disposto no n.º 1 do artigo 68.º;

d) A violação do disposto no n.º 3 do artigo 45.º e no artigo 51.º, bem como o deslocamento ou a demolição ilícita, a realização de obras previamente embargadas ou a exportação ou expedição de bens realizadas em desconformidade com o disposto nos n.os 1 e 5 do artigo 66.º, quando, em qualquer dos casos, a violação respeite a bens classificados como de interesse público.

Artigo 106.º

Contra-ordenações simples

Constitui contra-ordenação punível com coima de 100000\$00 a 500000\$00 e de 500000\$00 a 5000000\$00, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou colectiva:

a) A violação do disposto no artigo 32.º e nos n.os 1 e 2 do artigo 36.º, quando a mesma respeite a bens classificados como de interesse municipal;

b) A violação do disposto no artigo 21.º e no n.º 1 dos artigos 41.º e 46.º, e a violação de algum dos deveres ou restrições previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 60.º.

Artigo 107.º

Negligência

A negligência é punível.

Artigo 108.º

Sanções acessórias

1 - Conjuntamente com a coima prevista no tipo legal de contra-ordenação, pode ser aplicada ao infractor uma das seguintes sanções acessórias:

a) Apreensão dos bens objecto da infracção;

b) Interdição do exercício da profissão de antiquário ou leiloeiro;

c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidade ou serviço público para efeitos de salvaguarda ou valorização de bem cultural;

d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos;

e) Encerramento do estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;

f) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 - As sanções referidas nas alíneas b) e c) do número anterior terão a duração máxima de dois anos, que se contarão a partir da decisão condenatória.

Artigo 109.º

Responsabilidade solidária

Quando tiverem sido executados trabalhos de conservação ou restauro que impliquem dano irreparável ou destruição ou demolição em bens classificados ou em vias de o serem, sem prévia autorização do serviço competente, as pessoas a quem se achem vinculados, por contrato de trabalho, de prestação de serviços ou de empreitada, aqueles que cometerem qualquer das contra-ordenações previstas nesta lei são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento da importância igual à da coima àqueles aplicável, salvo se provarem ter tomado as providências necessárias para os fazer observar a lei.

Artigo 110.º

Instrução e decisão

1 - A instrução do procedimento por contra-ordenação cabe ao serviço da administração do património cultural competente para o procedimento de classificação.

2 - A aplicação da coima compete ao órgão dirigente do serviço referido no número anterior, cabendo o montante da coima em 60% ao Estado e em 40% à entidade respectiva, salvo quando cobradas pelos organismos competentes dos Governos Regionais, caso em que reverterem totalmente para a respectiva Região.

TÍTULO XII

Disposições finais e transitórias

Artigo 111.º

Legislação de desenvolvimento

1 - Sem prejuízo dos poderes legislativos regionais, no prazo de um ano, deve o Governo aprovar, preferencialmente de forma unitária e consolidada, a legislação de desenvolvimento.

2 - No prazo de um ano, devem o Governo central e os Governos Regionais aprovar as alterações das leis orgânicas dos vários institutos e serviços da administração do património cultural competente que se revelem necessárias à compatibilização daqueles diplomas com as orientações formuladas na presente lei.

Artigo 112.º

Anteriores actos de classificação e inventariação

1 - Mantêm-se em vigor os efeitos decorrentes de anteriores formas de protecção de bens culturais móveis e imóveis da responsabilidade da administração central ou da administração regional autónoma, independentemente das conversões a que tenha de se proceder por força da presente lei.

2 - Os bens imóveis anteriormente classificados pelo Estado ou pelas Regiões Autónomas como valores concelhios passam a considerar-se bens classificados de interesse municipal.

3 - A legislação de desenvolvimento determinará as demais regras necessárias à conversão para novas formas de protecção e designações.

Artigo 113.º

Disposições finais e transitórias avulsas

1 - Consideram-se feitas para as correspondentes disposições desta lei todas as remissões para normas da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, contidas em leis ou regulamentos avulsos.

2 - Enquanto não for editada a legislação de desenvolvimento da presente lei, no território do continente considerar-se-ão em vigor as normas até agora aplicáveis do Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, com as sucessivas alterações, em tudo o que não contrarie princípios ou disposições fundamentais da presente lei.

3 - Os representantes das autarquias locais e das demais pessoas colectivas públicas não territoriais deverão remeter ao Governo, no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da presente lei, os instrumentos de descrição a que se refere o artigo 63.º

4 - Legislação especial assegurará um regime transitório de protecção urbanística aplicável aos conjuntos e sítios já classificados e àqueles que o venham a ser até à entrada em vigor da legislação e dos instrumentos que tornem exequível o disposto nos artigos 53.º, 54.º e 75.º da presente lei.

5 - O Governo fica obrigado a apresentar à Assembleia da República, de três em três anos e com início em 2001, um relatório circunstanciado sobre o estado do património cultural em Portugal.

Artigo 114.º

Normas revogatórias e inaplicabilidade

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são revogadas as Leis n.os 2032, de 11 de Junho de 1949, e 13/85, de 6 de Julho, bem como todas as disposições de leis gerais da República que contrariem o disposto na presente lei.

2 - São revogados a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º e os artigos 21.º a 30.º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, bem como os artigos 6.º e 46.º-A deste mesmo diploma, na redacção que lhes foi dada pela Lei n.º 14/94, de 11 de Maio.

3 - O disposto no Decreto n.º 14881, de 13 de Janeiro de 1928, no Decreto-Lei n.º 48547, de 27 de Agosto de 1968, e no Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de Dezembro, que de algum modo interfira com bens imóveis classificados ou em vias de o ser, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, fica para todos os efeitos condicionado à presente lei e à legislação específica existente.

4 - Mantém-se em vigor a Lei n.º 19/2000, de 10 de Agosto.

Artigo 115.º

Entrada em vigor

1 - Em tudo o que não necessite de desenvolvimento, esta lei entra em vigor 60 dias após a respectiva publicação.

2 - As demais disposições entram em vigor com os respectivos diplomas de desenvolvimento ou com a legislação de que se mostrem carecidas.

ANEXO 4 - Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro (Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda).

Fonte: “D.R. I Série”. 206 (2009-10-23) 7975-7987:
<https://dre.pt/application/conteudo/483153> [último acesso 21/03/2018].

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro

É tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e identidade nacionais.

Considerando a política e as preocupações do Governo português em matéria de protecção e valorização do património cultural imóvel, o presente decreto-lei define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime das zonas de protecção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda.

Prevê-se o percurso do procedimento administrativo de classificação de acordo com a sequência de actos prevista na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro - que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural -, desde a iniciativa para a abertura do procedimento, passando pelo estabelecimento da zona especial de protecção e culminando na elaboração do plano de pormenor de salvaguarda.

A regulação instituída promove a compatibilização da protecção do património cultural com o ordenamento do território e o desenvolvimento sustentável das comunidades, tendo em conta a recente evolução do direito do ordenamento do território, da urbanização e da edificação e da reabilitação urbana.

Assim, importa realçar que as medidas de protecção instituídas para o enquadramento dos imóveis, conjuntos e sítios, graduam a intervenção da administração do património cultural ao estritamente necessário para garantir a continuidade da protecção exigida pela classificação.

Por outro lado, estabelece-se uma estreita articulação com a administração autárquica na tarefa comum de proteger os bens classificados, independentemente da sua graduação. Cumpre sublinhar que o presente decreto-lei consagra, finalmente, a possibilidade de os municípios aplicarem o regime geral de protecção dos bens culturais imóveis previsto na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, aos imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse municipal. Regulam-se, ainda, os casos em que se revela desnecessária a intervenção da administração central em relação às operações urbanísticas em bens imóveis e nas zonas de protecção.

As zonas de protecção são agora configuradas tendencialmente como unidades de planeamento autónomas que permitem antecipar as virtualidades do plano de pormenor de salvaguarda, cuja iniciativa e elaboração compete aos municípios.

O presente decreto-lei estabelece a possibilidade de criação de uma zona especial de protecção provisória cujos efeitos se prolongam até à aprovação da zona especial de protecção. A zona especial de protecção provisória, como a própria designação sugere, visa proteger o enquadramento arquitectónico, urbanístico e paisagístico de um imóvel. Esta zona de protecção é fixada no momento de abertura do procedimento de classificação ou durante a respectiva instrução e permite ultrapassar o constrangimento que a zona geral de protecção de 50 m muitas vezes

suscitava em relação à manutenção das características históricas e do contexto em que o imóvel se insere.

No que respeita ao regime da zona especial de protecção dá-se resposta à principal crítica que se relaciona com as limitações instituídas pela servidão administrativa dos imóveis classificados e que não permitiam atender às especificidades de cada caso concreto. A partir de agora as zonas especiais de protecção têm a extensão e impõem as restrições adequadas à protecção e valorização do imóvel classificado, permitindo, através da respectiva modulação, que os interessados saibam, com maior celeridade e segurança jurídica, quais as operações urbanísticas que aí podem realizar.

A Administração passa a poder identificar os imóveis sobre que pretende, eventualmente, exercer o direito de preferência, evitando, deste modo, a necessidade de milhares de certidões que se consubstanciam numa mera declaração do não exercício desse direito com custos injustificáveis para os administrados.

No domínio urbanístico, definem-se antecipadamente e através de zonamentos, dentro da zona de protecção, as restrições, designadamente, respeitantes à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, o que tem um papel relevante no âmbito da renovação urbana e limita a discricionariedade da intervenção da administração central na apreciação das operações urbanísticas.

As consequências da abertura do procedimento de classificação são agora desenvolvidas de uma forma equilibrada e de modo a proteger o enquadramento do imóvel em vias de classificação. Na verdade, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, determina cautelarmente que o início do procedimento de classificação tem como consequência a suspensão dos procedimentos e licenças ou autorizações urbanísticas em relação ao imóvel como condição da respectiva salvaguarda. Entende-se que a suspensão se deve manter até à decisão do procedimento de classificação e estender o regime à respectiva zona de protecção sob pena de prejudicar irremediavelmente o enquadramento do imóvel e os próprios fundamentos para a sua classificação.

As consequências para os direitos e interesses legítimos dos particulares do efeito da abertura do procedimento são acautelados através da possibilidade de levantamento da suspensão, a pedido do interessado, desde que, no caso concreto, o prosseguimento do procedimento de autorização ou licença não prejudique os valores culturais a proteger. Estabelece-se, igualmente, o dever de a Administração indicar, em caso de decisão desfavorável, os condicionamentos a observar para um licenciamento ou autorização compatíveis com a defesa do imóvel e o respectivo contexto, sem prejuízo da justa indemnização pelos encargos e prejuízos anormais resultantes da extinção de direitos previamente constituídos.

Atendendo a que todo o acto que institui a classificação de bens imóveis aconselha à elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda, a intervenção da administração central limita-se, equilibradamente, a garantir a conformidade e coexistência das operações urbanísticas, baseadas no plano, com as exigências de protecção dos imóveis classificados.

Importa sublinhar que o presente decreto-lei confere aos particulares sujeitos às restrições impostas pela salvaguarda dos imóveis classificados a possibilidade da revisão das decisões da Administração Pública, através de impugnações administrativas, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

O procedimento de classificação valoriza a intervenção obrigatória, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, de um órgão consultivo do Ministério da Cultura em momento prévio à audiência dos interessados, para promover a consensualização e uma melhor ponderação dos motivos que levam a Administração a assegurar a protecção e valorização dos bens culturais imóveis.

Em consonância com as novas competências orgânicas decorrentes do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o presente decreto-lei clarifica o papel do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., e das direcções regionais de cultura, de forma a articular esforços e potenciar sinergias na salvaguarda do património cultural.

Com a presente regulação do procedimento administrativo de classificação evitam-se interpretações divergentes sobre as formalidades a cumprir e sobre a intervenção dos diversos serviços e organismos do Ministério da Cultura.

Esclarece-se, por outro lado, obviando a prática de actos desnecessários e indesejáveis numa óptica de desburocratização, que apenas a proposta de decisão elaborada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., a seguir à intervenção dos interessados em sede de audiência prévia, é que é submetida ao membro do Governo para decidir o procedimento administrativo de classificação. Esta classificação obedece, de acordo com a tradição jurídica portuguesa, sublinhada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, à forma solene de portaria ou decreto, respectivamente, para os imóveis de interesse público e para os imóveis de interesse nacional.

Por fim, concretiza-se a participação das estruturas associativas de defesa do património cultural e estimula-se a sua colaboração com a administração do património cultural.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Foram ouvidas, a título facultativo, a Conferência Episcopal Portuguesa e a Comissão Nacional da UNESCO.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Património cultural imóvel

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Artigo 2.º

Âmbito da classificação

1 - Um bem imóvel é classificado nas categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional.

2 - A classificação de um bem imóvel pode abranger, designadamente, prédios rústicos e prédios urbanos, edificações ou outras construções que se incorporem no solo com carácter de permanência, bem como jardins, praças ou caminhos.

Artigo 3.º

Graduação do interesse cultural e classificação

1 - Um bem imóvel pode ser classificado como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

2 - A graduação do interesse cultural, para efeitos do número anterior, obedece aos critérios previstos nos n.os 4, 5 e 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

3 - A designação de «monumento nacional» é atribuída aos bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios.

CAPÍTULO II

Procedimento de classificação

SECÇÃO I

Abertura do procedimento de classificação

Artigo 4.º

Iniciativa do procedimento

O procedimento administrativo de classificação de um bem imóvel inicia-se oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 5.º

Requerimento inicial

1 - O requerimento inicial é formulado por escrito e contém, designadamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação, localização e descrição do bem imóvel;
- b) Identificação, sempre que possível, da propriedade, posse ou outro direito real de gozo, relativo ao bem imóvel;
- c) Fundamento do pedido em função do interesse cultural do bem imóvel.

2 - O requerimento inicial é apresentado ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I. P.), e deve ser apresentado por via electrónica através da página electrónica do IGESPAR, I. P., nos termos do artigo 73.º

Artigo 6.º

Modelo de requerimento inicial

1 - O IGESPAR, I. P., e as direcções regionais de cultura disponibilizam na respectiva página electrónica o modelo de requerimento inicial.

2 - O modelo de requerimento inicial indica os documentos a juntar e é acompanhado de instruções de preenchimento, designadamente, em relação às categorias de classificação e à respectiva graduação.

3 - O modelo de requerimento e as respectivas instruções de preenchimento são elaborados pelo IGESPAR, I. P., ouvidas as direcções regionais de cultura, e aprovados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 7.º

Instrução do requerimento inicial

1 - No prazo de 20 dias contado da recepção do requerimento inicial, o IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente, verifica se o mesmo se encontra instruído com a totalidade dos elementos exigidos

2 - Se da verificação do requerimento resultar a sua não conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, o IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente, no prazo previsto no número anterior:

a) Solicita ao requerente, por uma única vez, a prestação de informações ou elementos complementares, bem como o aditamento ou a reformulação do requerimento, sob pena de indeferimento; ou

b) Indefere liminarmente o pedido, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os requisitos legais e regulamentares for insusceptível de suprimento ou correcção.

3 - O IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente, pode, no prazo referido no n.º 1, e sem prejuízo do disposto na alínea a) do número anterior, convocar o requerente para a realização de uma conferência instrutória na qual são abordados os aspectos necessários para a boa decisão do pedido.

4 - No caso previsto na alínea a) do n.º 2, o IGESPAR, I. P., deve fixar prazo de 10 a 45 dias para o requerente corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar, suspendendo-se o prazo de decisão do pedido de abertura do procedimento de classificação até à prestação daquelas.

5 - O requerente pode solicitar a prorrogação do prazo fixado nos termos do número anterior ou a continuação do procedimento em alternativa à prestação das informações complementares solicitadas.

6 - No prazo de 10 dias a contar da junção ao processo de elementos adicionais pelo requerente, no caso previsto na alínea a) do n.º 2, se subsistir a não conformidade com os condicionalismos legais e regulamentares que impossibilite a apreciação do requerimento, o IGESPAR, I. P., indefere-o liminarmente.

Artigo 8.º

Abertura do procedimento

1 - O IGESPAR, I. P., decide o pedido de abertura do procedimento de classificação ou o seu arquivamento no prazo de 60 dias a contar da data de apresentação do requerimento inicial, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

2 - O prazo referido no número anterior é prorrogável, mediante despacho fundamentado do director do IGESPAR, I. P., por igual período, quando seja necessário definir uma zona especial de protecção provisória.

Artigo 9.º

Notificação e publicação da decisão de abertura do procedimento

1 - O IGESPAR, I. P., notifica o proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o imóvel, a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel e, quando diferente, o requerente da decisão de abertura do procedimento de classificação.

2 - A decisão de abertura do procedimento de classificação é, ainda, objecto de anúncio a publicar na 2.ª série do Diário da República.

3 - Quando não seja conhecido o proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o imóvel, ou o seu número for superior a 10, consideram-se estes notificados nos termos do número anterior.

4 - A notificação indica:

- a) O conteúdo e objecto da decisão de abertura do procedimento de classificação;
- b) A planta de localização e implantação do bem imóvel e da respectiva zona geral de protecção ou da zona especial de protecção provisória;
- c) Os efeitos da abertura do procedimento;
- d) A aplicação aos bens imóveis situados na zona geral de protecção ou na zona especial de protecção provisória do regime de suspensão previsto no artigo 42.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 10.º

Comunicação

1 - O IGESPAR, I. P., comunica a decisão de abertura do procedimento de classificação à direcção regional de cultura territorialmente competente, à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e, no caso de bem imóvel afecto à Defesa Nacional, à Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa, bem como à conservatória do registo predial competente da situação do bem imóvel, para os efeitos previstos no artigo 39.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

2 - O IGESPAR, I. P., dá ainda conhecimento do acto que decide a abertura do procedimento de classificação à Ordem dos Arquitectos, à Ordem dos Engenheiros e às estruturas associativas de defesa do património cultural.

3 - Para efeitos do previsto no número anterior, o IGESPAR, I. P., promove o registo das estruturas associativas de defesa do património cultural através de formulário electrónico disponibilizado na respectiva página electrónica.

Artigo 11.º

Divulgação da abertura do procedimento

1 - O IGESPAR, I. P., e a direcção regional de cultura territorialmente competente divulgam nas respectivas páginas electrónicas a decisão de abertura do procedimento de classificação com a indicação dos elementos referidos no n.º 4 do artigo 9.º

2 - A câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel divulga o acto que decide a abertura do procedimento de classificação no boletim municipal e na respectiva página electrónica.

Artigo 12.º

Arquivamento do pedido de abertura do procedimento

A decisão de arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação é notificada ao requerente.

Artigo 13.º

Impugnação administrativa

1 - O interessado pode reclamar ou interpor recurso tutelar do acto que decide a abertura do procedimento de classificação ou o arquivamento do pedido, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

2 - A reclamação ou o recurso tutelar referidos no número anterior não suspendem os efeitos da abertura do procedimento.

SECÇÃO II

Efeitos da abertura do procedimento de classificação

Artigo 14.º

Efeitos gerais

1 - Um bem imóvel é considerado em vias de classificação a partir da notificação da decisão de abertura do respectivo procedimento de classificação ou da publicação do respectivo anúncio, consoante aquela que ocorra em primeiro lugar, nos termos previstos no artigo 9.º

2 - Um bem imóvel em vias de classificação fica ao abrigo, designadamente:

a) Do dever de comunicação de situações de perigo que o ameacem ou que possam afectar o seu interesse como bem cultural, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

b) Da prática dos actos ou operações materiais indispensáveis à sua salvaguarda no âmbito do decretamento de medidas provisórias ou de medidas técnicas de salvaguarda, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

c) Da insusceptibilidade de usucapião, nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

d) Do dever de comunicação prévia da alienação, da constituição de outro direito real de gozo ou de dação em pagamento, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

e) Do dever de comunicação da transmissão por herança ou legado, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

f) Do pedido de autorização prévia para a execução de inscrições ou pinturas, bem como a colocação de anúncios, cartazes ou outro tipo de material informativo fora dos locais reservados para o efeito, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

g) Do regime de suspensão relativo aos procedimentos de concessão de licenças ou autorizações, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como a suspensão dos procedimentos de admissão de comunicações prévias;

h) Das restrições previstas para a zona geral de protecção ou zona especial de protecção provisória, nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

i) Do pedido de autorização de obras ou intervenções no bem imóvel, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

j) Das regras estabelecidas em relação a projectos, obras e intervenções de conservação, modificação, reintegração e restauro, designadamente, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho;

l) Das qualificações legalmente exigidas para a autoria de estudos, projectos e relatórios, bem como para a execução de obras ou intervenções, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho.

Artigo 15.º

Suspensão de licenças ou autorizações

A suspensão dos procedimentos de concessão de licença ou autorização e de admissão de comunicações prévias, bem como dos efeitos de licença ou autorização já concedidas e de comunicações prévias já admitidas, prevista no artigo 42.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, mantém-se até à decisão final do procedimento de classificação, salvo se outro prazo for estabelecido na decisão de abertura do respectivo procedimento de classificação.

Artigo 16.º

Suspensão nas zonas de protecção

O regime de suspensão previsto no artigo 42.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e na alínea g) do n.º 2 do artigo 14.º aplica-se aos bens imóveis situados na zona geral de protecção ou na zona especial de protecção provisória, desde que tal seja expressamente indicado na decisão de abertura do procedimento de classificação, e mantém-se até à decisão final do procedimento de classificação.

Artigo 17.º

Levantamento da suspensão

1 - O requerente de licença ou autorização suspensas e aquele que apresentou comunicação prévia suspensa nos termos do artigo 15.º e do artigo anterior pode solicitar ao IGESPAR, I. P., o levantamento da suspensão.

2 - O IGESPAR, I. P., decide o pedido referido no número anterior no prazo de 40 dias e notifica o requerente e a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel.

3 - A decisão desfavorável indica as alterações necessárias que permitam o levantamento da suspensão, sempre que possível, em função da salvaguarda do bem imóvel.

4 - Quando a decisão indique as alterações referidas no número anterior, o interessado pode apresentar pedido de alteração da licença, da comunicação prévia ou da autorização suspensas, de acordo com o previsto no regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

SECÇÃO III

Instrução do procedimento de classificação de bem imóvel

Artigo 18.º

Diligências instrutórias

1 - O IGESPAR, I. P., elabora os estudos necessários e realiza as diligências que entender convenientes para o rápido e eficaz andamento do procedimento de classificação de um bem imóvel e fixação da respectiva zona especial de protecção ou zona especial de protecção provisória, bem como para a identificação do património móvel integrado.

2 - As direcções regionais de cultura podem elaborar os estudos e realizar as diligências referidos no número anterior, de acordo com as instruções, metodologias e procedimentos estabelecidos pelo IGESPAR, I. P.

3 - Para efeitos do previsto nos números anteriores, podem ser estabelecidas formas de cooperação com estabelecimentos de investigação e de ensino superior, bem como com estruturas associativas de defesa do património cultural ou outras entidades de reconhecido mérito na salvaguarda do património cultural imóvel.

4 - O IGESPAR, I. P., em articulação com as direcções regionais de cultura, pode recorrer à contratação de entidades públicas ou privadas para a realização de diligências instrutórias quando tal se revele necessário, designadamente para permitir o cumprimento dos prazos legalmente previstos para a conclusão do procedimento de classificação e de fixação de zona especial de protecção.

5 - Devem ser estabelecidas formas de cooperação com as igrejas ou outras comunidades religiosas sempre que estejam em causa bens imóveis de interesse religioso de que sejam proprietárias.

6 - As formas de cooperação ou contratação previstas nos n.os 3, 4 e 5 para a realização de diligências instrutórias excluem a prática de actos administrativos ablativos.

Artigo 19.º

Prazo geral de conclusão do procedimento de classificação de bem imóvel

1 - Na sequência das diligências instrutórias, o director do IGESPAR, I. P., por sua iniciativa ou por proposta da direcção regional de cultura territorialmente competente, pode determinar, mediante despacho fundamentado, a prorrogação do prazo previsto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, por uma só vez e por igual período.

2 - A prorrogação do prazo referido no número anterior é notificada nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 9.º e divulgada nos termos do n.º 1 do artigo 11.º

Artigo 20.º

Acesso ao bem imóvel

1 - O proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o bem imóvel em vias de classificação deve autorizar o acesso a este bem, permitir a respectiva vistoria, o registo topográfico, fotográfico ou videográfico, bem como a utilização de métodos não intrusivos de detecção arqueológica, na medida do estritamente necessário para a instrução do procedimento de classificação.

2 - Em caso de recusa de acesso ao bem imóvel ou de impedimento da realização das diligências previstas no número anterior, o IGESPAR, I. P., pode requerer suprimimento judicial da autorização.

Artigo 21.º

Interesse cultural

1 - Na instrução do procedimento de classificação, o IGESPAR, I. P., verifica e documenta o interesse cultural relevante do bem imóvel, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Histórico;
- b) Paleontológico;
- c) Arqueológico;
- d) Arquitectónico;
- e) Artístico;
- f) Etnográfico;
- g) Científico;
- h) Social;
- i) Industrial;
- j) Técnico.

2 - O interesse cultural relevante documentado, nos termos do número anterior, deve demonstrar, separada ou conjuntamente, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

3 - Na instrução do procedimento de classificação são, ainda, identificados e tidos em conta os critérios genéricos de apreciação aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como o valor cultural que justifica a respectiva graduação, nos termos do artigo 3.º

4 - A classificação com o grau de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal deve ser justificada em função do valor cultural do bem imóvel na perspectiva da sua protecção e valorização.

Artigo 22.º

Parecer do órgão consultivo

1 - O procedimento de classificação de um bem imóvel e, quando definida, da respectiva zona especial de protecção é obrigatoriamente sujeito a parecer do órgão consultivo competente, referido no artigo 74.º

2 - A deliberação do órgão consultivo refere, de forma especificada e fundamentada, o interesse cultural relevante do bem imóvel e os demais critérios de apreciação aplicáveis, a respectiva categoria e graduação da classificação, bem como a amplitude e a onerosidade da zona especial de protecção proposta.

3 - O prazo para emitir o parecer é de 30 dias, prorrogável por igual período e por uma só vez, em situações devidamente fundamentadas.

SECÇÃO IV

Projecto de decisão de classificação de bem imóvel e arquivamento

Artigo 23.º

Projecto de decisão de classificação de bem imóvel

Uma vez emitido o parecer previsto no artigo anterior, o IGESPAR, I. P., elabora projecto de decisão de classificação do bem imóvel como de interesse nacional ou de interesse público ou determina o arquivamento do procedimento.

Artigo 24.º

Arquivamento do procedimento de classificação de bem imóvel

1 - No caso de arquivamento do procedimento de classificação de bem imóvel os interessados são notificados nos termos dos n.os 1 a 3 do artigo 9.º

2 - O arquivamento é igualmente comunicado às entidades referidas no artigo 10.º

3 - Qualquer interessado pode reclamar ou interpor recurso tutelar do acto que decide o arquivamento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

SECÇÃO V

Audiência prévia dos interessados no âmbito do procedimento de classificação de bem imóvel

Artigo 25.º

Audiência prévia

- 1 - O projecto de decisão de classificação de bem imóvel e, quando definida, da respectiva zona especial de protecção, é sujeito a audiência prévia dos interessados.
- 2 - A audiência prévia obedece ao disposto no Código do Procedimento Administrativo, revestindo a forma de consulta pública quando o número de interessados for superior a 10, e é objecto de notificação e publicação nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 9.º
- 3 - A câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel é ouvida em audiência prévia.
- 4 - A notificação e a publicação para a audiência prévia indicam:
 - a) O sentido do projecto de decisão;
 - b) O local onde os interessados podem consultar o processo administrativo;
 - c) O prazo para a pronúncia dos interessados.

Artigo 26.º

Prazo para a pronúncia dos interessados na audiência prévia

O prazo para a pronúncia dos interessados na audiência prévia em relação ao projecto de decisão de classificação e, quando definida, de zona especial de protecção é fixado pelo IGESPAR, I. P., não podendo ser inferior a 30 dias, sendo publicitado nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 27.º

Consulta do processo administrativo de classificação de bem imóvel

- 1 - O IGESPAR, I. P., envia cópia do processo administrativo de classificação incluindo, quando definida, a respectiva zona especial de protecção, à câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel e à direcção regional de cultura territorialmente competente, de forma a facilitar aos interessados e à câmara municipal a respectiva consulta e a apresentação de observações.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IGESPAR, I. P., e a direcção regional de cultura territorialmente competente devem disponibilizar na respectiva página electrónica os elementos relevantes do projecto de decisão em relação à classificação do bem imóvel e, quando definida, da zona especial de protecção, bem como a indicação do termo do prazo para a pronúncia dos interessados na audiência prévia.

Artigo 28.º

Pronúncia das direcções regionais de cultura no âmbito da audiência dos interessados

As observações suscitadas no âmbito da audiência dos interessados e da câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel são apresentadas junto da direcção regional de cultura territorialmente competente que se pronuncia sobre os respectivos fundamentos e as remete, no prazo de 15 dias, ao IGESPAR, I. P.

SECÇÃO VI

Conclusão do procedimento de classificação de bem imóvel

Artigo 29.º

Relatório final e proposta de decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel

1 - O IGESPAR, I. P., elabora um relatório final do procedimento onde se apreciam as observações apresentadas no âmbito da audiência prévia e pela câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel, a pronúncia da direcção regional de cultura territorialmente competente e o resultado de eventuais diligências complementares.

2 - Com base no relatório final referido no número anterior, o director do IGESPAR, I. P., formula uma proposta de decisão final do procedimento de classificação, bem como, quando possível, de fixação de zona especial de protecção.

3 - No caso de tramitação em simultâneo do procedimento de classificação de bem imóvel e de definição de zona de protecção especial, deve ser elaborado um único relatório final e uma única proposta de decisão em relação a ambos os procedimentos.

Artigo 30.º

Decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel

1 - A decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse nacional cabe ao Governo, sob a forma de decreto, mediante proposta do membro do Governo responsável pela área da cultura.

2 - A decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse público e, quando definida em simultâneo, da zona especial de protecção, compete ao membro do Governo responsável pela área da cultura, sob a forma de portaria.

Artigo 31.º

Notificação e comunicação da decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel

As decisões referidas no artigo anterior são notificadas e comunicadas nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 9.º e do artigo 10.º

Artigo 32.º

Publicação da decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel

1 - O decreto do Governo e a portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura previstos no artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e no artigo 30.º do presente decreto-lei são publicados no Diário da República e indicam, de forma resumida, o respectivo conteúdo e objecto, incluindo a planta de localização e implantação do bem imóvel classificado, bem como, quando existente, o património móvel integrado.

2 - A portaria referida no número anterior deve incluir a zona especial de protecção quando a mesma seja fixada em simultâneo com a decisão final do procedimento de classificação.

3 - O IGESPAR, I. P., bem como as direcções regionais de cultura, disponibilizam na respectiva página electrónica os decretos e portarias de classificação, bem como as restantes portarias que fixem zonas especiais de protecção.

Artigo 33.º

Identificação dos bens imóveis classificados

1 - Os bens imóveis classificados são identificados através de placa informativa e sinalética adequadas para o efeito.

2 - A placa informativa e sinalética referidas no número anterior, bem como as regras de afixação, são aprovadas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais, das obras públicas e da cultura, ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

SECÇÃO VII

Caducidade do procedimento de classificação e desclassificação

Artigo 34.º

Caducidade do procedimento de classificação

1 - O prazo para decidir de forma expressa o procedimento de classificação previsto no n.º 5 do artigo 24.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, pode ser prorrogado, mediante despacho fundamentado do director do IGESPAR, I. P., até ao limite máximo de 120 dias após a denúncia da mora por parte do interessado.

2 - O despacho referido no número anterior é notificado ao interessado.

3 - Após o prazo de 120 dias ou após a prorrogação previstos no n.º 1, considera-se que o procedimento caducou.

4 - No caso de caducidade do procedimento, a abertura de novo procedimento para a classificação do mesmo bem imóvel deve ser expressamente fundamentado.

5 - A prorrogação do prazo referido no n.º 1 e a abertura do procedimento referida no número anterior carecem de aprovação do membro do Governo responsável pela área da cultura, quando esteja em causa a classificação de bem imóvel como de interesse nacional ou de interesse público.

6 - O interessado que denunciou a mora do procedimento pode reclamar ou interpor recurso do acto de prorrogação do prazo referido no n.º 1, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

Artigo 35.º

Desclassificação

1 - A proposta para o início do procedimento de desclassificação depende de despacho favorável do membro do Governo responsável pela área da cultura e é seguida obrigatoriamente da notificação e comunicação previstas nos artigos 9.º e 10.º, bem como de consulta pública.

2 - O início do procedimento referido no número anterior não suspende os efeitos da classificação.

3 - Ao procedimento de desclassificação aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições do presente capítulo.

CAPÍTULO III

Zonas de protecção

Artigo 36.º

Tipos de zonas de protecção

1 - Os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de protecção.

2 - Os bens imóveis em vias de classificação podem beneficiar, em alternativa à zona de protecção prevista no número anterior, de uma zona especial de protecção provisória.

3 - Os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de protecção.

Artigo 37.º

Zona geral de protecção

1 - A zona geral de protecção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação.

2 - Quando o limite da zona de geral de protecção abranja parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de protecção.

Artigo 38.º

Zona especial de protecção provisória

- 1 - O IGESPAR, I. P., pode fixar uma zona especial de protecção provisória com a decisão de abertura do procedimento de classificação ou durante a instrução do mesmo, através de despacho fundamentado do seu director.
- 2 - A zona especial de protecção provisória é fixada quando a zona geral de protecção se revele insuficiente ou desadequada para a protecção e valorização do bem imóvel.
- 3 - O estudo da zona especial de protecção provisória é realizado em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente e com a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel.

Artigo 39.º

Âmbito da zona especial de protecção provisória

A zona especial de protecção provisória tem a amplitude adequada em função da protecção e valorização do bem imóvel em vias de classificação, podendo incluir zonas non aedificandi.

Artigo 40.º

Duração dos efeitos da zona geral de protecção ou da zona especial de protecção provisória

- 1 - Os efeitos da zona geral de protecção ou da zona especial de protecção provisória de um bem imóvel classificado, de interesse nacional ou de interesse público, mantêm-se até à publicação da respectiva zona especial de protecção.
- 2 - O despacho que estabelece uma zona especial de protecção provisória pode ser revogado quando se considerar que os fundamentos da sua criação, nos termos do n.º 2 do artigo 38.º, deixaram de se verificar.
- 3 - No caso previsto no número anterior, o bem imóvel em causa continua a beneficiar de uma zona geral de protecção.

Artigo 41.º

Zona especial de protecção

- 1 - O procedimento administrativo de definição de uma zona especial de protecção inicia-se oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado e pode decorrer em simultâneo com o procedimento de classificação de um bem imóvel.
- 2 - A instrução do procedimento de definição de uma zona especial de protecção é realizada pelo IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente e com a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel, de forma que esta venha a constituir uma unidade autónoma de planeamento.

3 - Na definição da zona especial de protecção pelo IGESPAR, I. P., é ouvido o órgão consultivo competente nos termos do disposto nos artigos 22.º e 44.º

Artigo 42.º

Prazo para a conclusão do procedimento de definição de uma zona especial de protecção

1 - A zona especial de protecção deve ser fixada no prazo máximo de 18 meses a contar da data da publicação prevista no n.º 1 do artigo 32.º

2 - A zona especial de protecção pode ser estabelecida em simultâneo com a decisão final do procedimento de classificação.

Artigo 43.º

Conteúdo da zona especial de protecção

1 - A zona especial de protecção tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da protecção e valorização do bem imóvel classificado, podendo especificar:

a) Zonas *non aedificandi*;

b) Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;

c) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:

i) Podem ser objecto de obras de alteração, nomeadamente quanto à morfologia, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;

ii) Devem ser preservados;

iii) Em circunstâncias excepcionais, podem ser demolidos;

iv) Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;

d) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis;

e) As regras genéricas de publicidade exterior.

2 - A zona especial de protecção assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspectivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado.

3 - Nas situações previstas nos números anteriores são estabelecidos zonamentos específicos e indicadas as restrições estritamente necessárias.

Artigo 44.º

Projecto de decisão de definição de zona especial de protecção

Ouvido o órgão consultivo competente, de acordo com o previsto no artigo 22.º, o IGESPAR, I. P., elabora projecto de decisão de definição de zona especial de protecção.

Artigo 45.º

Audiência prévia no âmbito do procedimento de definição de zona especial de protecção

1 - O projecto de decisão de definição de zona especial de protecção é objecto de audiência prévia dos interessados.

2 - A audiência prévia dos interessados, referida no número anterior deve, sempre que possível, ser realizada em conjunto com a audiência prévia prevista no artigo 25.º

3 - A audiência prévia reveste a forma de consulta pública a realizar em prazo a determinar pelo IGESPAR, I. P., que não deve ser inferior a 30 dias.

4 - As observações dos interessados são apresentadas nos termos do artigo 28.º e podem ter como objecto a ilegalidade, inutilidade, excessiva amplitude ou onerosidade da zona especial de protecção globalmente considerada ou das restrições impostas pelos respectivos zonamentos e demais especificações.

5 - O anúncio da consulta pública, a planta de localização e implantação do bem imóvel classificado e a respectiva zona especial de protecção, bem como a indicação das especificações previstas no n.º 1 do artigo 43.º, são publicados na 2.ª série do Diário da República e notificados à câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel.

Artigo 46.º

Divulgação da consulta pública no âmbito do procedimento de definição de zona especial de protecção

1 - O IGESPAR, I. P., e a direcção regional de cultura territorialmente competente divulgam a consulta pública nas respectivas páginas electrónicas.

2 - A câmara municipal do município onde se situe a zona especial de protecção é responsável pela divulgação da consulta pública no boletim municipal e na respectiva página electrónica.

Artigo 47.º

Relatório final e proposta de decisão do procedimento de definição de zona especial de protecção

1 - O IGESPAR, I. P., elabora relatório final do procedimento onde se apreciam as observações apresentadas no âmbito da audiência prévia e a pronúncia da direcção regional de cultura territorialmente competente e o resultado de eventuais diligências complementares.

2 - Com base no relatório final referido no número anterior, o director do IGESPAR, I. P., formula uma proposta de decisão de definição de zona especial de protecção, especificando a respectiva extensão e restrições.

3 - No caso de tramitação em simultâneo do procedimento de classificação de bem imóvel e de definição de zona de protecção especial, aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 29.º

Artigo 48.º

Decisão final do procedimento de definição de zona de protecção especial

1 - A decisão final de fixação de zona especial de protecção compete ao membro do Governo responsável pela área da cultura e reveste a forma de portaria.

2 - A portaria referida no número anterior deve incluir a decisão final do procedimento de classificação, quando ambos os processos decorram em simultâneo, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º

Artigo 49.º

Divulgação e comunicação da decisão final do procedimento de definição de zona de protecção especial

1 - A decisão final de fixação de zona especial de protecção é divulgada nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 32.º

2 - O IGESPAR, I. P., comunica à conservatória do registo predial competente os bens imóveis ou grupos de bens imóveis na situação referida na subalínea iv) da alínea c) do n.º 1 do artigo 43.º, para efeitos do previsto nos artigos 38.º e 39.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 50.º

Alteração de zona especial de protecção

À alteração de zona especial de protecção aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições do presente capítulo.

Artigo 51.º

Licenças e autorizações em zona de protecção

1 - Nas zonas de protecção de bens imóveis em vias de classificação ou de bens imóveis classificados de interesse nacional ou de interesse público não podem ser concedidas pela câmara municipal ou por qualquer outra entidade licença para as operações urbanísticas admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização previstas no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sem parecer prévio favorável do IGESPAR, I. P.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) As obras de mera alteração no interior de bens imóveis, sem impacte arqueológico;

b) As operações urbanísticas expressamente indicadas na portaria que fixa a zona especial de protecção, nos termos do artigo 43.º

3 - A câmara municipal competente notifica o IGESPAR, I. P., e a direcção regional de cultura territorialmente competente, das licenças ou autorizações concedidas e das comunicações prévias admitidas ao abrigo da alínea b) do número anterior, no prazo de 15 dias.

4 - As licenças ou autorizações concedidas e as comunicações prévias admitidas que infrinjam o disposto no n.º 1 e na alínea b) do n.º 2 são nulas.

Artigo 52.º

Impugnação administrativa do parecer prévio desfavorável do IGESPAR, I. P.

1 - O interessado pode reclamar ou interpor recurso tutelar do parecer prévio desfavorável do IGESPAR, I. P., nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, no âmbito do licenciamento ou autorização das operações urbanísticas previstas no n.º 1 do artigo anterior.

2 - O IGESPAR, I. P., por sua iniciativa ou a pedido do interessado, pode determinar a emissão de parecer do órgão consultivo competente, referido no artigo 74.º, sobre os fundamentos da reclamação.

3 - A reclamação ou o recurso tutelar não suspendem a eficácia do parecer prévio do IGESPAR, I. P., e devem ser decididos no prazo de 30 dias.

CAPÍTULO IV

Conjuntos e sítios

Artigo 53.º

Delimitação

A delimitação de um conjunto ou sítio observa o procedimento de classificação previsto no capítulo ii.

Artigo 54.º

Conteúdo do conjunto ou sítio

1 - Na área abrangida por um conjunto ou sítio, o IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente e com a câmara municipal do município onde se situe o imóvel, especifica:

a) Graduação das restrições, nomeadamente, quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;

b) Zonas non aedificandi;

- c) Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;
- d) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:
 - i) Devem ser preservados integralmente;
 - ii) Podem ser objecto de obras de alteração;
 - iii) Devem ser preservados;
 - iv) Em circunstâncias excepcionais, podem ser demolidos;
 - v) Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;
 - vi) Se encontram sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho;
- e) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis, de acordo com o regime do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho;
- f) As regras de publicidade exterior.

2 - Às operações urbanísticas a realizar em conjuntos ou sítios aplica-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 51.º e 52.º

Artigo 55.º

Zonas de protecção

O conjunto ou sítio podem dispor de zona especial de protecção provisória e de zona especial de protecção, a fixar nos termos do capítulo iii, quando a respectiva fixação seja indispensável para assegurar o enquadramento arquitectónico, paisagístico e a integração urbana, bem como as perspectivas de contemplação.

Artigo 56.º

Imóveis individualmente classificados

1 - Na área abrangida pela delimitação de um conjunto ou de um sítio podem coexistir bens imóveis individualmente classificados.

2 - Os efeitos da zona de protecção de um bem imóvel individualmente classificado mantêm-se até à publicação da classificação do conjunto ou sítio conforme previsto no n.º 1 do artigo 32.º

CAPÍTULO V

Imóveis de interesse municipal

Artigo 57.º

Classificação

1 - Compete à câmara municipal, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a classificação de bem imóvel como de interesse municipal de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

2 - O procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse municipal obedece, com as necessárias adaptações, ao disposto no capítulo ii.

Artigo 58.º

Zonas de protecção

1 - Os bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse municipal podem dispor de uma zona especial de protecção provisória ou de uma zona especial de protecção, quando os instrumentos de gestão territorial não assegurem o enquadramento necessário à protecção e valorização do bem imóvel, mediante deliberação do órgão autárquico competente.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições do capítulo iii.

Artigo 59.º

Conjuntos e sítios

Aos conjuntos e sítios classificados como de interesse municipal aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições do capítulo iv.

Artigo 60.º

Remessa de processo à câmara municipal

1 - Nas situações de arquivamento previstas nos artigos 12.º e 24.º o IGESPAR, I. P., remete oficiosamente cópia do processo que documenta a instrução do procedimento à câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel.

2 - Sempre que o IGESPAR, I. P., considere que o bem imóvel cujo procedimento foi arquivado pode merecer a classificação como de interesse municipal, elabora parecer que remete igualmente à câmara municipal.

3 - Na situação referida no número anterior é dispensado o parecer previsto no n.º 2 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 61.º

Comunicação e divulgação

1 - As câmaras municipais comunicam ao IGESPAR, I. P., e à direcção regional de cultura territorialmente competente a decisão de abertura e a decisão final do procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse municipal, bem como, quando fixada, de zona de protecção.

2 - O IGESPAR, I. P., e a direcção regional territorialmente competente divulgam nas respectivas páginas electrónicas os bens imóveis classificados como de interesse municipal e as respectivas zonas de protecção.

Artigo 62.º

Aplicação do regime da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

As disposições dos artigos 40.º a 54.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, são aplicáveis, com as necessárias adaptações e em conformidade com o previsto no presente decreto-lei, aos bens imóveis classificados como de interesse municipal, à excepção do disposto no artigo 42.º

CAPÍTULO VI

Plano de pormenor de salvaguarda

Artigo 63.º

Regime jurídico aplicável

O plano de pormenor de salvaguarda obedece ao disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as especificidades introduzidas pelo presente decreto-lei.

Artigo 64.º

Objecto

O plano de pormenor de salvaguarda estabelece as orientações estratégicas de actuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de protecção.

Artigo 65.º

Âmbito territorial

O plano de pormenor de salvaguarda pode abranger o solo rural e o solo urbano correspondente à totalidade ou parte de um bem imóvel classificado e respectiva zona de protecção.

Artigo 66.º

Conteúdo material

Sem prejuízo do conteúdo material próprio dos planos de pormenor nos termos do artigo 91.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, o plano de pormenor de salvaguarda deve adoptar o conteúdo material específico apropriado à protecção e valorização dos bens imóveis classificados e respectivas zonas especiais de protecção, estabelecendo, nomeadamente:

- a) A ocupação e os usos prioritários;
- b) As áreas a reabilitar;
- c) Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
- d) A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes do bem imóvel e zona especial de protecção;
- e) As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística;
- f) A delimitação e caracterização física, arquitectónica, histórico-cultural e arqueológica da área de intervenção;
- g) A situação fundiária da área de intervenção, procedendo, quando necessário, à sua transformação;
- h) As regras de alteração da forma urbana, considerando as operações urbanísticas e os trabalhos de remodelação de terrenos;
- i) As regras da edificação, incluindo a regulação de volumetrias, alinhamentos e cérceas, o cromatismo e os revestimentos exteriores dos edifícios;
- j) As regras específicas para a protecção do património arqueológico, nomeadamente, as relativas a medidas de carácter preventivo de salvaguarda do património arqueológico;
- l) As regras a que devem obedecer as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição;
- m) A avaliação da capacidade resistente dos elementos estruturais dos edifícios, nomeadamente, no que diz respeito ao risco sísmico;
- n) As regras de publicidade exterior e de sinalética;
- o) A identificação dos bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que podem suscitar o exercício do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento.

Artigo 67.º

Relação entre autarquia e administração do património cultural

- 1 - A elaboração do plano de pormenor de salvaguarda compete à câmara municipal e é objecto de parceria com o IGESPAR, I. P., e com a direcção regional de cultura territorialmente competente.
- 2 - Os termos da parceria referida no número anterior, entre o IGESPAR, I. P., a direcção regional de cultura territorialmente competente e a câmara municipal competente podem ser objecto de um protocolo, sem prejuízo do acompanhamento obrigatório do plano de pormenor de salvaguarda.

Artigo 68.º

Elaboração

- 1 - O IGESPAR, I. P., pronuncia-se sobre os termos de referência do plano de pormenor de salvaguarda, ouvida a direcção regional de cultura territorialmente competente.
- 2 - A elaboração do plano de pormenor de salvaguarda deve ser realizada por equipa pluridisciplinar, com as qualificações profissionais exigidas por lei.
- 3 - Concluída a elaboração da proposta de plano pormenor de salvaguarda cuja área de intervenção contenha ou coincida com bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou interesse público, e respectivas zonas de protecção, o IGESPAR, I. P., ouvida a direcção regional de cultura territorialmente competente, emite parecer obrigatório e vinculativo no prazo de 60 dias, findo o qual se considera o parecer como favorável.
- 4 - O parecer referido no número anterior, quando desfavorável, indica especificadamente as objecções à proposta do plano de pormenor de salvaguarda e quais as alterações necessárias para a viabilização, sempre que possível, das soluções do plano, em ordem a promover uma solução concertada para a protecção e valorização dos bens imóveis e respectivas zonas de protecção.

Artigo 69.º

Projectos, obras e intervenções

- 1 - Após a entrada em vigor do plano de pormenor de salvaguarda a câmara municipal pode conceder licença para as operações urbanísticas, admitir comunicação prévia, ou emitir autorização de utilização previstas no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sem prejuízo do dever de comunicar ao IGESPAR, I. P., e à direcção regional de cultura territorialmente competente os alvarás concedidos no prazo de 15 dias.
- 2 - O plano de pormenor de salvaguarda não dispensa o parecer obrigatório e vinculativo do IGESPAR, I. P., em relação a projectos, obras ou intervenções em imóveis individualmente classificados de interesse nacional e de interesse público nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho.

3 - O plano de pormenor pode prever expressamente a necessidade de emissão de parecer prévio favorável por parte do IGESPAR, I. P., relativamente a operações urbanísticas que incidam sobre bens imóveis classificados ou em vias de classificação como de interesse nacional ou de interesse público ou sobre imóveis situados nas respectivas zonas de protecção, procedendo à sua identificação em anexo ao regulamento e em planta de localização.

4 - Em qualquer caso, não pode ser efectuada a demolição total ou parcial de bem imóvel classificado ou em vias de classificação sem prévia e expressa autorização do IGESPAR, I. P., aplicando-se as regras constantes do artigo 49.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 70.º

Plano de pormenor de reabilitação urbana

1 - Os planos de pormenor de reabilitação urbana cuja área de intervenção contenha ou coincida com bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, e respectivas zonas de protecção, prosseguem os objectivos e fins dos planos de pormenor de salvaguarda, tendo também para aquelas áreas o respectivo conteúdo.

2 - O plano de pormenor de reabilitação urbana cuja área de intervenção contenha ou coincida com bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou interesse público, e respectivas zonas de protecção depende de parecer obrigatório e vinculativo do IGESPAR, I. P., ouvida a direcção regional de cultura territorialmente competente, a emitir de acordo com o previsto nos n.os 3 e 4 do artigo 68.º

3 - Na situação referida no n.º 1, é dispensada a elaboração de plano de pormenor de salvaguarda.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 71.º

Indemnização

Os prejuízos decorrentes de servidões administrativas ou de outras restrições resultantes da aplicação do presente decreto-lei são indemnizáveis nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Artigo 72.º

Património mundial

1 - A inclusão de um bem imóvel na lista indicativa do património mundial determina oficiosamente a abertura de procedimento de classificação, no grau de interesse nacional, e de fixação da respectiva zona especial de protecção, nos termos do presente decreto-lei.

2 - A zona tampão de bem imóvel incluído na lista do património mundial corresponde, para todos os efeitos, a uma zona especial de protecção.

3 - A planta de localização e implantação de bem imóvel inscrito na lista do património mundial à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, incluindo a respectiva zona de protecção, é publicada sob a forma de aviso no Diário da República no prazo de um ano.

Artigo 73.º

Procedimento informatizado

1 - O requerimento inicial e a instrução dos pedidos de classificação de bens imóveis são realizados por via electrónica através da página electrónica do IGESPAR, I. P.

2 - Até à entrada em funcionamento do procedimento informatizado previsto neste artigo, o requerimento inicial é apresentado, por escrito, junto do IGESPAR, I. P.

Artigo 74.º

Órgão consultivo competente

O órgão consultivo competente a que o presente decreto-lei faz referência nos artigos 22.º e 44.º é o órgão consultivo do Ministério da Cultura, nos termos do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, e do Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março.

Artigo 75.º

Confidencialidade

1 - A divulgação pública de dados referentes aos bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, deve ser restringida, por iniciativa do IGESPAR, I. P., ou a pedido do proprietário, possuidor ou detentor de outros direitos reais, quando da mesma resulte perigo para a segurança, nomeadamente no que diz respeito ao património móvel integrado.

2 - A restrição de divulgação pública de dados, referida no número anterior, pode também ser requerida pelos respectivos proprietários, possuidores ou detentores de outros direitos reais com fundamento na incompatibilidade, no caso concreto, com direitos, liberdades e garantias pessoais.

Artigo 76.º

Interpretação de plantas

1 - As dúvidas suscitadas pela leitura de planta publicada ou divulgada respeitante à delimitação de bem imóvel ou zona de protecção são resolvidas através da consulta do original arquivado para o efeito no IGESPAR, I. P.

2 - O IGESPAR, I. P., faculta, a requerimento dos interessados, reprodução em suporte de papel ou suporte analógico das plantas referidas no número anterior mediante o pagamento de taxa conforme previsto na alínea e) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março.

Artigo 77.º

Adequação de situações existentes

1 - Os actos de classificação de bens imóveis que correspondam materialmente às categorias de conjunto ou sítio são objecto de revisão em conformidade com o regime do presente decreto-lei em prazo a estabelecer por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, mediante proposta do IGESPAR, I. P., ouvidas as direcções regionais de cultura.

2 - As zonas de protecção vigentes à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, são alteradas em conformidade com o seu regime em prazo a estabelecer por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, mediante proposta do IGESPAR, I. P., ouvidas as direcções regionais de cultura.

Artigo 78.º

Bens imóveis em vias de classificação

1 - O regime previsto no presente decreto-lei aplica-se aos procedimentos em curso de classificação de bens imóveis em que ainda não tenha sido realizada a audiência prévia dos interessados.

2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 34.º, os procedimentos de classificação de bens imóveis em curso caducam se não for tomada a decisão final no prazo de um ano a partir da entrada em vigor do presente decreto-lei.

3 - O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado nos termos do artigo 19.º

4 - O IGESPAR, I. P., e a direcção regional de cultura territorialmente competente divulgam nas respectivas páginas electrónicas os bens imóveis em vias de classificação na data de entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 79.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.